

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Solange Maria da Silva

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, 1966-1970:
negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes
modernizadoras do Concílio Vaticano II

Recife, 2009

Solange Maria da Silva

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, 1966-1970:
negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes
modernizadoras do Concílio Vaticano II

Dissertação de mestrado submetida à aprovação do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora Doutora **Sylvana Maria Brandão de Aguiar**, UFPE e, co-orientação do Professor Doutor **Luiz Carlos Luz Marques**, UNICAP.

Recife, 2009

Silva, Solange Maria da

Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970 : negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II / Solange Maria da Silva. – Recife: O Autor, 2009.

180 folhas: il., quadros.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2009.

Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.

**1. História. 2. Igreja católica. Religião – Ação social
3. Conferências episcopais católicas. I. Título.**

**981.34
981**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/111**

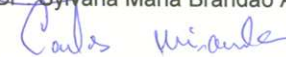


ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA SOLANGE MARIA DA SILVA.

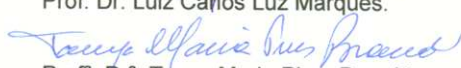
Às 17:00h do dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2009 (dois mil e nove), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna, **Solange Maria da Silva**, intitulada **“Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970: negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito **“APROVADA”**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Sylvana Maria Brandão Aguiar (orientadora), Carlos Alberto Cunha Miranda e Luiz Carlos Luz Marques (Co-orientador). A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da Resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, a Coordenadora, Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 26 de agosto de 2009.


Profª. Drª Sylvana Maria Brandão Aguiar.


Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.


Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.


Profª. Drª Tanya Maria Pires Brandão.


Sandra Regina Albuquerque.

Solange Maria da Silva

Arquidiocese de Olinda e Recife, 1966-1970: negociações e conflitos em torno da aplicação das diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II

Dissertação de mestrado submetida à aprovação do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre, sob orientação da Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, UFPE e, co-orientação do Professor Doutor Luiz Carlos Luz Marques, UNICAP.

Aprovada em: __ de ____ de 2009

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª **Sylvana Maria Brandão de Aguiar**

Orientadora - UFPE

Prof. Dr. **Luiz Carlos Luz Marques**

Examinador externo e co-orientador – UNICAP

Prof. Dr. **Carlos Alberto da Cunha Miranda**

Examinador interno - UFPE

Profª Drª **Tanya Maria Pires Brandão**

Examinadora suplente interna – UFPE

Prof. Dr. **Newton Darwin de Andrade Cabral**

Examinador suplente externo – UNICAP

AGRADECIMENTOS

À Deus, a quem tenho que agradecer pelo dom da vida, em toda sua forma e plenitude. Pela energia e força Dele emanadas para atravessarmos obstáculos e conquistarmos nossas metas, sonhos.

À Prof^a Dr^a Sylvana Maria Brandão de Aguiar. Como orientadora, pela responsabilidade, competência e paciência no lidar com a orientação, tarefa árdua. Com precisão, maestria, com delicadeza e firmeza, apontava as falhas e caminhos a serem percorridos. Como amiga também, porque o mestrado, mesmo não tendo esse propósito, fez com que nascesse entre nós um sentimento de amizade, sincero e verdadeiro. Muitas vezes, as conversas de orientação terminavam em boas “gargalhas”, as quais guardarei como lições acadêmicas e de vida.

Ao Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques. Como co-orientador, que em concordância intelectual com a Prof^a Dr^a Sylvana Brandão, exerceu a rica e competente tarefa de co-orientar nosso trabalho como um dos especialistas em nossa temática. E, como amigo, pelo apoio em todos esses anos de trabalho em equipe e pela amizade, dons inestimáveis e, pelo incentivo inicial e primordial, sempre lembrado, de fazer-me acreditar que é possível “reescrevermos” a nossa história; agradecimento estendido à sua família, a não menos querida e amiga Prof^a Dr^a Emanuela Ribeiro, que juntamente com Beatriz e Gabriela foram de um apoio e amizade extraordinários em um dos momentos mais difíceis por mim vivenciados durante a preparação da Dissertação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq, pelo apoio nesses dois anos de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, o que fazemos através da Prof^a Dr^a Tanya Maria Pires Brandão, que nos proporcionou, dentro de suas competências e possibilidades, condições humanas e burocráticas para a realização do trabalho ora em apreço. E, ao Corpo Docente desse programa, ao qual agradecemos na pessoa do Prof^o Dr. Carlos Alberto da Cunha Miranda, que a partir de seus conhecimentos, competências e experiências acadêmicas nos ajudaram na construção de nosso caminho de Pós-graduandos. E, não poderíamos esquecer-nos de funcionários como senhora Andréa [Liserve], Carmem, Aluízio, João, Sandra, que foram

de uma compreensão, atenção e apoio indescritíveis.

Ao antigo Centro di Documentazione Del Movimento Ecumênico Italiano, CEDOMEI [Livorno, Itália] pelo apoio concedido à minha pesquisa, o que fazemos nas pessoas do professor Riccardo Burigana [e família], ex- diretor do CEDOMEI, e, de Martina Bongini [e família], ex-funcionária do CEDOMEI, queridos amigos, nosso muito obrigada, pelo carinho e apoio de sempre.

Aos Arquivos da CNBB, sede e Regional NE-2, em Brasília e Recife, respectivamente ao qual agradecemos em nome do assessor de Comunicação e professor Valdemir França, cujo apoio foi ímpar no acesso à Documentação ali dispostas. Hoje, grande amigo a quem estimo muito.

À diocese de Joinville (SC), na pessoa de seu bispo, Dom Irineu Roque Scherer, pela presteza e gentileza em ceder documentação pessoal.

À biblioteca da Cúria Metropolitana da arquidiocese de Olinda e Recife, em nome das senhoras Valderez e Josefa, esta carinhosamente conhecida por “Menininha”, cuja dedicação, colaboração em minhas buscas de fontes primárias foram de um valor inestimável, hoje minhas grandes amigas.

Aos nossos entrevistados: Paulo Cordeiro [leigo] e padre Reginaldo Veloso, pela importante colaboração à riqueza documental de nosso trabalho.

À Escola Estadual Alfredo Tenório, através do Corpo Gestor [Andréa e Alexandra]; Docente, representado pelos professores Alexandre e Juliana [a quem agradecemos, particularmente, pelo apoio na correção de nosso trabalho] e; por último aos Discentes, com quem aprendemos a arte do processo ensino-aprendizagem, no sentido profissional, estendido ao pessoal. A todos, nosso muito obrigada pela compreensão e torcida, sobretudo na fase final deste trabalho dissertativo.

Ao Instituto Carmelitano de Teologia – SEDES SAPIENTIAE, o que fazemos em nome de seu secretário administrativo Adilson, sempre tão compreensivo e amigo. Como também aos vários alunos, representados pela turma 2008.1, e outros não menos queridos.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa do Departamento de História da UNICAP o que fazemos através de Fábio e Rafael.

Aos colegas e amigos do mestrado 2007.1, como Grazielle, Gilmária, Chiara,

Hellen, Virgínia Carvalho, João Paulo cujas conversas formais/informais, discussões possibilitaram criar e estreitar boas e sinceras amizades. Agradecimento que estendemos aos colegas da graduação em história, hoje amigos muito estimados, queridos - Elaine Geraldo, Sóstenes, Augusto César, Filipe Domingues, Rivelynno Lins, Hérica, Mary, Olivan, Manoel Júnior, cujos encontros são únicos e eternos.

À minha família [Sérgio, Sandro, Nado e respectivas famílias; às sobrinhas, meus “xodós”: Sara, Maysa, Isadora e; minha querida e amada mãe, Maria], meu ponto de partida e de retorno, minha fortaleza, pela compreensão da ausência e pelo apoio e amor presentes sem limites. Pessoas, que homenageio com este trabalho [enquanto símbolo de superação] e, a quem, em muitos aspectos, devo o que sou hoje.

À pessoa, com quem descobri que para amarmos a dois basta pouco e muito ao mesmo tempo, Massimiliano Pompili. Além do amor, é preciso simplicidade, amizade, sinceridade, cumplicidade, apoio, leveza... “obrigada *caro mio!*” Por estar e fazer parte da minha vida, contribuindo no desenvolvimento de meu ser, simples e complexa alegoria.

Por fim, aos demais, nem mais nem menos, caros e amados amigos: Fabiana Mendes, Elisangela Henrique, Elisangela Moura [nossa querida Super], Lêda [de apoio imprescindível nas discussões teóricas e correções textuais], Roberto, Patrícia, Carla, Jack Maciel, Teo [através do qual agradeço aos demais amigos residentes da CEU’m, UFPE], George Michael, Bruna, Jadilson, Moésia, Moema, Morgana, Alcione, Gomes, Graciela Salum, Fany Montenegro, Graziana/Gianluca, Prof^a Dr^a Silvia Scatena, senhor Massimo Guantini e família, Don Giulio Mons. Malaguti, pela amizade, torcida fiel e apoio em vários anos e, a tantos outros que, de algum modo, contribuíram para que eu chegasse até aqui, transformando-me no que sou.

RESUMO

O intuito principal desta investigação histórica é a compreensão da elaboração, promulgação e aplicabilidade do Plano – nacional – de Pastoral de Conjunto, da Igreja Católica Apostólica Romana, na arquidiocese de Olinda e Recife, entre 1966 e 1970. Tal instrumento de planejamento e intervenção sistemática fora formulado pelos bispos brasileiros com a finalidade de aplicar a eles mesmos, ao clero e aos fiéis, as diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II, na suposição que isso daria à instituição um novo vigor, tanto no âmbito interno (*ad intra*) quanto em sua influência sobre a sociedade (*ad extra*). Não existem estudos, no âmbito historiográfico, que versem sobre a implantação desse Plano, seja nessa arquidiocese seja em outras circunscrições da Igreja católica no Brasil. Assim, a pesquisa teve como objetivo precípua entender o desenrolar de tal processo, analisando as estratégias que os bispos, e seus peritos, julgaram poder aplicar à realidade local. Para isso destacamos, nos sucessivos planos de aplicação formulados pelos bispos e peritos do Regional Nordeste-2 da CNBB e assumidos pela equipe reunida em torno do arcebispo Helder Pessoa Camara e seu auxiliar, José Lamartine Soares, as articulações, os apoios e resistências, as convergências e divergências, entre os setores do clero e do laicato arquidiocesano mais atuante, buscando identificar os que aceitavam e os que refutavam os objetivos propostos. Do ponto de vista teórico, para sistematizar nossa análise, recorremos a conceitos de P. Bourdieu (especialmente os de *campo* e *subcampo religiosos*), de P. Berger (*estruturas de plausibilidade*) e de M. Weber (*carisma* e *ação social*). Também como véis teórico, adotamos em nosso trabalho, o tipo de análise realizada pela historiadora Maria Sylvana Brandão de Aguiar, acerca da elaboração, promulgação e aplicação da Lei do Diretório Pombalino, de 1757, com o objetivo de compreender o processo de Planejamento Pastoral no Brasil pós Vaticano II. Através de tais conceitos, procuramos compreender a dinâmica dos vários *subcampos* arquidiocesanos, na aceitação ou não da modernização da Igreja, e da criação de uma nova *plausibilidade* que lhe reforçasse o *carisma*. Recorremos a várias fontes primárias depositadas nos arquivos da Cúria metropolitana da arquidiocese de Olinda e Recife, nos da própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília e nos de seu Regional, o NE-2 (encíclicas papais, constituições e decretos do Concílio, atas, relatórios e projetos de bispos e peritos). Do ponto de vista metodológico também fizemos convergir o uso de depoimentos orais, como recursos confluentes à compreensão da racionalidade discursiva inerentes aos documentos materiais, sejam estes de natureza oficiais ou não. Do que foi argumentado é possível compreender que a tentativa de implantar na arquidiocese as propostas conciliares, que resultou em iniciativas de grande impacto social, como a Operação Esperança e o Movimento Encontro de Irmãos, gerou também fortes resistências em setores do clero e do laicato, além de atrair, para o arcebispo e seus auxiliares, suspeitas tanto no âmbito político quanto no doutrinal.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica Apostólica Romana. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Renovação Pastoral. Plausibilidade. Campo religioso.

ABSTRACT

The main aim of this historical investigation is to understand the development, promulgation and applicability of “Pastoral de Conjunto” National Plan, from Roman Apostolic Catholic Church, at Recife and Olinda’s archdiocese, from 1966 to 1970. This planning and systematic intervention tool was created by Brazilian bishops, with the aim to reach themselves, the clergy and the followers, so that the modern guidelines from “Concilio do Vaticano II” would be applied. They thought this would give to the Institution a new force inside his structure (*ad intra*) as well as upon society from which they have a big influence. There are not studies at historiography that tell us about the applicability of this plan, neither at local archdiocese nor at Brazilian Catholic Church influence area. So, this research took as its focus the development of this process, paying attention to the bishops and their experts strategies. They intended to apply it in local reality. In order to make things clear, we show the successive applications plans made by the bishops and their experts at “Regional Nordeste-2 da CNBB”. This took place around the person of the archbishop Helder Pessoa Câmara and his adjunct José Lamartine Soares. These plans were accepted by his group and we show the articulations, supports and resistance, the agreements and disagreements between clergy sectors and active laity from the archdiocese. We try to identify those who accepted and those ones who refused the proposed plans. From theoretical point of view and in order to organize our analysis, we used P. Bourdieu (especially those related with religious side), P. Berger (plausibility structures) and M. Weber concepts (charisma and social action). We also took as a theory approach in our research the way of analysis done by the historian Maria Sylvana Brandão de Aguiar, about the elaboration, promulgation and application of Pombalino Directory Law, from 1757, which the aim was to understand the Pastoral Planning process after Vaticano II in Brazil. Through these concepts we aimed to understand archdiocesan subareas dynamic, paying attention to the acceptance or not of the modernization in the church, as well as the creation of a new plausibility hat would give it more charisma. We took a look at several primary sources deposited at metropolitan curia of Recife and Olinda’s archdiocese and its regional areas, the NE-2 (papal encyclical, constitutions and reconciles decrees, minute, reports and bishop and expert’s projects). From a methodological point of view we converged oral testimonies as one more way to comprehend the discursive rationality inherent to the material files, these last ones could be official or not. Taking the arguments we see an attempt to come true the reconciles proposes. That resulted in actions of big social impact. For example “Operação Esperança” (The Hope Operation) e o “Movimento de Irmãos” (The Brothers Movement). These facts created resistance in some of the clergy and laity sectors, and attracted to the bishop and his auxiliaries suspicion both at political and doctrinal scope.

KEY-WORDS: Roman Apostolic Catholic Church. National Conference of Brazilian Bishops. Pastoral Renewal. Plausibility. Religious Camp.

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Recife

Archivio Segreto Vaticano - Cidade do Vaticano, Itália

Biblioteca Central da UFPE

Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE

Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFPE

Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação da UFPE

Biblioteca da Pós-graduação em História da UFPE

Biblioteca da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília

Biblioteca do Regional Nordeste - 2 da CNBB, Recife

Biblioteca da Cúria Metropolitana arquidiocese de Olinda e Recife

Biblioteca del Centro di Documentazione del Movimento Ecumenico Italiano
(CeDoMEI) - Livorno, Itália

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB - Ação Católica Brasileira
ACO - Ação Católica Operária
AOR - Arquidiocese de Olinda e Recife
CAL - Comissão para América Latina
CEB's - Comunidades Eclesiais de Base
CELAM - Conselho Episcopal Latino Americano
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JUC - Juventude Universitária Católica
JUI – Juventude Universitária Independente
MEB - Movimento de Educação de Base
MMM - Movimento por um Mundo Melhor
PE - Plano de Emergência
PPC - Plano Pastoral de Conjunto
PRPC – Plano Regional de Pastoral de Conjunto
REB - Revista Eclesiástica Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E A RENOVAÇÃO CONCILIAR: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E REFLEXÕES TEÓRICAS	23
1.1 - Igreja católica e os desafios do mundo moderno e secularizado	24
1.2 - Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)	33
1.2.1 - Do imobilismo ao <i>aggiornamento</i> : Convocação e desenrolar do Vaticano II	33
1.2.2 - As constituições, decretos e declarações	42
1.3 - A renovação da Igreja Católica brasileira pós Vaticano II	52
CAPÍTULO II: RELIGIÃO E “AÇÃO SOCIAL”: PERCURSO DO PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA	68
2.1 - A arquidiocese de Olinda e Recife sob a administração de: Dom Miguel de Lima Valverde, Dom Antonio de Almeida Moraes Junior, Dom Carlos Coelho e Dom Helder Camara e seu auxiliar, Dom José Lamartine	69
2.2 - Planejamento pastoral na Igreja brasileira: da Pastoral Coletiva do Episcopado brasileiro (1890) ao Plano Pastoral de Conjunto (1965-1970)	86
2.2.1 - O começo inesperado de Pastorais no Brasil	86
2.2.2 - Movimento por um Mundo Melhor: base para o Plano de Emergência	95
2.3 - Elaboração e promulgação do Plano de Pastoral de Conjunto	99
CAPÍTULO III: O PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO NA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE de 1965 a 1970	106
3.1 - Experiências iniciais de Planejamento Pastoral pós-Vaticano II	108
3.1.1 - O <i>trabalho religioso</i> em ação: A execução do PPC em nível nacional	108
3.1.2 - PPC: Uma experiência regional e diocesana	115
3.1.2.1 - Plano Regional de Pastoral de Conjunto I	119
3.1.2.2 - Planos Regionais de Pastoral de Conjunto II	127
3.1.2.3 - Plano Regional de Pastoral de Conjunto III	130
3.2 - Bispos, presbíteros, religiosos, religiosas e leigos: (des)união no <i>campo religioso</i> arquidiocesano	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIA	155
ANEXOS	164
APÊNDICES	173

INTRODUÇÃO

Nosso estudo versa sobre um dos importantes momentos da história da Igreja Católica brasileira quando, ela mesma, através de seu Episcopado, assume a responsabilidade de renovar-se, promovendo a aplicação do Plano de Pastoral de Conjunto aprovado durante o último período do Concílio Ecumênico Vaticano II, em outubro de 1965. Nosso recorte privilegia o estudo desta tentativa, na arquidiocese de Olinda e Recife, AOR.

A ideia da relevância dessa análise e a decisão de enfrentá-la, nasceu das provocações suscitadas pelos resultados das pesquisas que deram origem ao trabalho monográfico do curso de Bacharelado em História, intitulado: “A CNBB NÃO QUER MAIS TER DONOS”: A MUDANÇA DE RUMO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL NA ASSEMBLÉIA DE 1964.

A partir daquela Assembleia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, sofreu mudanças estruturais, isto é, subdividiu-se em vários Regionais, forma de organização que permanece até o momento. No ano posterior a tal reorganização foi aprovado o Plano de Pastoral de Conjunto, PPC, depois de intenso trabalho de pesquisa e discussões entre os bispos e os peritos desses novos Regionais. Terminado o Concílio, os bispos voltaram ao Brasil com a tarefa de implementar o Plano, visando à renovação, na linha conciliar, do inteiro conjunto da Igreja Católica brasileira. Alguns voltaram entusiasmados, outros reticentes, uns poucos decididamente contrários.

O intuito principal desta investigação histórica foi compreender tanto a elaboração e promulgação do Plano – nacional – de Pastoral de Conjunto, quanto analisar suas adaptações à realidade do Regional Nordeste-2, além de discutir os resultados de sua aplicação sistemática na arquidiocese de Olinda e Recife, entre 1966 e 1970. Sabendo que tal instrumento de planejamento e intervenção metódica fora formulado pelos bispos brasileiros com a finalidade de aplicar a eles mesmos, ao clero e aos fiéis, as diretrizes modernizadoras do Concílio Vaticano II, na suposição de que isso daria à instituição um novo vigor, tanto no âmbito interno (*Ad intra*) quanto em sua influência sobre a sociedade (*Ad extra*), interessou-nos saber como se saíram, na arquidiocese, dois dos padres conciliares brasileiros mais entusiastas: Helder Pessoa

Camara, um dos idealizadores do Plano, e seu bispo auxiliar, José Lamartine Soares.

Desde a monografia percebíamos os embates entre os *subcampos* do catolicismo brasileiro. Naquele estudo já ficara claro que, depois da aprovação do documento em estudo, a situação fora acentuada. Portanto, a pesquisa monográfica despertou em nós a necessidade de entender a dinâmica dos vários grupos desse cenário ao adotar ou rejeitar o PPC.

Como também procuramos compreender se alguns dos executores, do clero e/ou leigo, conseguiram substituir seus *habitus* (na acepção de Pierre Bourdieu), por outros mais condizentes com a disposição social que viriam a assumir com a implantação do PPC, pensando e agindo numa perspectiva pós Vaticano II.

No nível da História da Igreja Católica brasileira percebemos uma lacuna existente entre os trabalhos acadêmicos, até então desenvolvidos, que versassem especificamente sobre o tema, isto é, a aplicação do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife. Nesse sentido, acreditamos que a dissertação, ora apresentada, somar-se-á aos estudos já contemplados sobre a implementação do Concílio Ecumênico Vaticano II na Igreja Católica brasileira.

Nesse ínterim, procuramos entender a execução desse Plano a partir dos conflitos entre os *subcampos religiosos* da AOR e a sua significação sócio-religiosa para uma sociedade em processo de transformação, bem como para a comunidade eclesial católica em fase de adaptação conciliar, sempre em constante articulação, luta pela manutenção do poder sobre o *capital simbólico*, nesse mesmo espaço religioso.

A análise de nosso objeto está inserida em um cenário sócio-religioso marcado por efervescências de acontecimentos históricos, envolvendo a sociedade e a Igreja Católica do mundo e do Brasil.

Nosso trabalho, temporalmente, situou-se na década de 60, mas os acontecimentos aí vivenciados são continuidade de décadas anteriores. Isto é, foram fatores históricos como a Modernidade, *secularização*, Guerra Fria, Revolução Cubana, entre outros, os responsáveis para que a Igreja repensasse sua relação, intervenção na sociedade civil e católica na tentativa de impedir o avanço comunista, fazendo-a, inclusive, repensar suas práticas para o mundo *Ad extra* institucional. Por essa razão, entende-se que, para o mundo católico havia dois caminhos: adaptar-se aos desafios

interpostos pela sociedade moderna e depois às diretrizes do Vaticano II ou correr o risco de perder o controle sobre o *capital simbólico*, segundo perspectiva de Pierre Bourdieu.

A Igreja Católica na década de 60 parecia um pouco enfraquecida no que se refere à imagem e função sobre ela criada - a de salvadora do mundo, que legitimava seu poder de controle no mundo católico. A fé parecia abalada, em parte, pela *secularização*, embora nem todos os setores da sociedade tenham sido atingidos por esse fator, como bem reconsiderou Peter Berger.

O catolicismo ocidental, diante dos acontecimentos históricos anteriormente pontuados, apresentou-se, embora hajam controvérsias, em *crise de plausibilidade*. Segundo a concepção de Berger, essa crise consistia em que a fé, os ritos, crenças no mundo católico, pareciam não mais “salvar” o cristão do sofrimento, das dores causadas pelo mundo em transformação. O cristão moderno, secularizado, não perdeu a fé, mas esta deixou de ser o único caminho de alívio em momentos de aflição. Ele apercebeu-se, diante da realidade moderna, que a religião não era mais a única via de resposta às dificuldades e dúvidas despertadas pelos desafios da vida cotidiana.

Isto é, o sentimento de insatisfação gerado no interior da Igreja, seja com a Modernidade, seja com a *secularização*, permitia uma série de reflexões acerca da função da Igreja no mundo e o que ela estava fazendo para viver de acordo com este presente, o que gerou uma crise de sentidos, de *plausibilidade*.

Esta decadência no catolicismo brasileiro, vale ressaltar, não foi um fenômeno generalizado, uma vez que existiram os *subcampos religiosos* satisfeitos com a Igreja que possuíam, quer dizer, as práticas, o comportamento do catolicismo no mundo apresentavam-se plausíveis. Por outro lado, o mesmo não se pode dizer de outros *subcampos*.

O Concílio Ecumênico Vaticano II, de certo modo, foi instalado para dar respostas à sociedade diante da *crise de plausibilidade*, pois com ele, o mundo católico pareceu criar novas condições plausíveis, que justificassem, legitimassem, mais uma vez, a importância da Igreja para o mundo, sobretudo, para o clero e fiéis. Por isso, o clero católico ocidental, reunido em Concílio, pretendeu trazer renovações à sua prática

pastoral, acontecimento caracterizado pelo papa que o idealizou, de *aggiornamento*¹. Assim, o Concílio foi convocado pelo Papa João XXIII (28 de outubro de 1958 a 3 de junho de 1963), continuado e concluído por Paulo VI (21 de junho 1963 a 06 de agosto de 1978).

Numa perspectiva nacional, na Igreja Católica brasileira e, sobretudo local, na arquidiocese de Olinda e Recife, o Plano de Pastoral de Conjunto foi o instrumento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB², para promover a implantação das diretrizes conciliares nas dioceses brasileiras.

Por isso, propusemo-nos analisar, primeiro, em nível nacional, como se deu a origem e o processo de elaboração do PPC, enquanto recurso *plausível* da Igreja Católica e seus *agentes religiosos*, para recuperar-se do período de descrédito perante a sociedade.

Segundo, também em nível nacional, partimos para investigar como se deu a promulgação para quem dela participou e em que circunstância participou. Se foi uma discussão conciliatória, sem conflitos, ou ao contrário. Até porque, o *campo religioso* em estudo, apresentou-se plural, do ponto de vista das idéias, do *habitus*, da disposição adotada pelos vários *agentes religiosos*, durante o processo em análise.

Terceiro, em nível nacional e, sobretudo, regional e arquidiocesano, examinamos a aplicação propriamente dita do Plano de Pastoral de Conjunto. Portanto, procuramos compreender o impacto social e religioso da implantação das seis linhas de trabalho dos Planos de Pastoral de Conjunto nacional e dos três Regionais do NE-2.

Aqui acrescentamos a discussão acerca dos grupos que participaram de todo processo, desde a sua elaboração, à aplicação do PPC e como aconteceu sua implementação no nível das posturas de aceitação, rejeição, empenho. Desse modo, objetivamos entender o cenário e o desenvolver deste caminhar de Planejamento Pastoral pós Vaticano II, se a implantação ocorreu e em quais níveis pessoais e estruturais, aconteceu.

Para uma Igreja Católica de tradição milenar, entendemos que a implantação

¹ Termo utilizado por João XXIII para referir-se à atualização da linguagem da Doutrina e da Liturgia da Igreja diante das necessidades do mundo moderno.

² A CNBB foi fundada em 1952. Resultado do empenho e articulação política do então Bispo Auxiliar da arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Helder Pessoa Camara. Em 1964 foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife. Emérito desde 1985, faleceu em agosto de 1999.

das diretrizes conciliares não seria um processo fácil. A proposta de *aggiornamento* poderia por em risco o tradicional controle do catolicismo ocidental sobre a sociedade cristã. Por essa razão, em nossa pesquisa questionamos: “Como o PPC foi aceito pela sociedade eclesial arquidiocesana?” e, “Quais os níveis de aceitação e de resistências pelos vários *subcampos* que a compõem?”. E estas são as questões que buscamos responder ao longo dos três capítulos.

Do ponto de vista metodológico baseamo-nos, para a construção de nossa trama dissertativa, na História Social. Para tanto, recorremos à definição elaborada pela historiadora Sylvana Brandão, segundo a qual, enfatiza que:

proceder estudos históricos comparativos entre elaboração, promulgação e aplicabilidade das leis [...] constitui um terreno muito fértil à História Social, por se tratarem de fenômenos históricos condensadores das esferas políticas, econômicas e mentais. Mais ainda, por se tratarem de micro-análises que alcançam dimensões macro para a compreensão de grandes períodos de transição e rupturas na História do povo brasileiro³. (Grifo nosso).

Em nosso caso, a concepção de Sylvana Brandão acerca da História Social permite-nos dialogar com nossa temática, uma vez que, para entendermos a elaboração e execução do Plano de Pastoral de Conjunto na arquidiocese de Olinda e Recife, precisamos compreender as rupturas e continuidades relacionadas às práticas sociais, políticas, culturais como também religiosas do povo brasileiro, especialmente o nordestino. Tanto que, conforme veremos especificamente no terceiro capítulo, durante o período de execução do Plano, foi necessário fazer levantamento prévio da conjuntura do Nordeste para que o Regional Nordeste-2 da CNBB, tivesse condições de promover tal execução atendendo as necessidades dessa região.

Ressaltamos que, em nosso trabalho, tomamos por base, enquanto aporte teórico, a tese da historiadora Sylvana Brandão para compreender nosso objeto, desde a elaboração à aplicação do Plano de Pastoral de Conjunto, visto que, em trabalho de doutoramento, pioneiro - e único do gênero pelo que podemos constatar durante nossa

³ AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão: A Amazônia na segunda metade do século XVIII**. Recife, 1999, p. 12 [Introdução]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

pesquisa – vislumbrou o processo de elaboração, promulgação e materialização da Lei intitulada: Lei intitulada *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, em 17 de agosto de 1757.

O estudo de Brandão acerca do Diretório Pombalino enriqueceu o desenrolar de nossa dissertação por defender que,

Não compreender uma lei a partir dos componentes de sua materialização significa, de um lado, acreditar, ingenuamente, que os pressupostos anunciados em seu texto foram efetivamente cumpridos e as situações históricas que se desejava modificar, plenamente alcançadas. Por outro lado, pior, significa acusar de ineficientes os agentes sociais a quem se destina a lei⁴. (Grifo nosso).

O cerne de nosso trabalho converge com essa perspectiva de Lei definida pela historiadora Sylvana Brandão, por que propomo-nos a esmiuçar a aplicação do PPC na AOR a partir do *trabalho religioso* empreendido pelos agentes também religiosos, assim como pelos leigos.

Da reflexão teórica acrescentamos à nossa narrativa histórica os conceitos elaborados por Max Weber⁵, Peter L. Berger e Pierre Bourdieu, cujos conceitos abordamos no capítulo I.

O conceito de *campo*, entre outros também importantes, como *habitus*, *estratégia*, de Pierre Bourdieu, ajudou-nos na compreensão acerca da teia formada pela pluralidade dos grupos religiosos que compõem o *campo religioso* da Igreja Católica, inclusive brasileira e arquidiocesana.

Pluralidade que se sobressaiu durante o estudo acerca do desenrolar do Concílio Vaticano II, em que os interesses ali expressos mostraram as divergências entre os *subcampos* participantes. Conflitos esses ocorridos tanto a nível nacional quanto universal do *campo religioso* católico.

⁴ AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão: A Amazônia na segunda metade do século XVIII**. Recife, 1999, p. 25 [Capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

⁵ No Capítulo II utilizaremos o conceito Ação Social, que segundo Weber “orienta-se pelo comportamento de outros, [que] podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. [...]”. WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 13-14. v. 1.

O conceito de *campo*, de Pierre Bourdieu, também forneceu-nos ainda subsídios para a avaliação das razões que justificaram a posição conflituosa da Igreja contra o comunismo. Uma história de décadas. Tanto que, em 1937, Pio XI promulgou a Encíclica *Divini Redemptoris* condenando o comunismo ateu. Possivelmente, já se difundia a ojeriza aos comunistas, o que se aprofundou com a aprovação desta Encíclica. Para tal análise da relação entre o medo do comunismo e catolicismo, recorreremos aos conceitos de Pierre Bourdieu sobre a função social da religião na sociedade moderna.

Bourdieu, ao nosso ver, de algum modo, justifica a aversão da instituição religiosa diante do comunismo ao definir que

a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção de pensamento e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos⁶.

No caso de Peter Berger, utilizamos, entre outros conceitos, principalmente, os de *secularização* e *estruturas de plausibilidade*, visando compreender o cenário de nossa temática, que sofreu influência da Modernidade na forma de pensar e agir, tanto da sociedade civil quanto da religiosa. Nesta época, a sociedade questionava valores, práticas, tradições, fossem elas sociais, religiosas, políticas. “A crise de credibilidade’ na religião é uma das formas mais evidentes do efeito da *secularização* para o homem comum. [...] A **secularização acarretou um amplo colapso da plausibilidade das definições religiosas** tradicionais da realidade”⁷. Colapso esse, que para Berger, anos mais tarde não terá validade ao refazer leituras sobre o fenômeno *secularização*, sobre o que discutimos no capítulo II. *Secularização* que não só atingiu parcela da sociedade, mas também a consciência⁸.

Diante do que afirmamos, o conceito de *estruturas de plausibilidade*, ajudou-

⁶ PIERRE, Bourdieu. **A economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 33-34. (Coleção Estudos).

⁷ BERGER, L. Peter. **O dossel sagrado**: Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 139. (Sociologia e religião – n. 2).

⁸ Idem. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

nos a entender a situação de crise religiosa e teológica da sociedade com o suposto enfraquecimento dessa estrutura eclesial, que justificou a convocação do Vaticano II, para a qual João XXIII, entre outras prerrogativas, tinha por finalidade adequar a Igreja a este momento de transformações científica, tecnológica, cultural. Com a Modernidade, “o tempo se secularizou, a religião deixou de ser o único referencial para compreender o mundo e a humanidade acreditou que estava fadada ao progresso, a ser alcançado pela razão”⁹.

Uma vez justificados os aportes teórico-metodológicos, apresentaremos a seguir, a descrição estrutural de nossa dissertação, composta por três capítulos, além do sumário, desta introdução, considerações finais, anexos, apêndices.

No capítulo primeiro, intitulado “**IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E A RENOVAÇÃO CONCILIAR: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E REFLEXÕES TEÓRICAS**”, propusemo-nos a reconstruir o cenário histórico de nossa temática do período de 1966 a 1970. Primeiramente, delineamos o cenário histórico do nosso espaço temporal, marcado por importantes momentos, entre eles, o impacto das idéias modernas sobre a sociedade relacionada com a *secularização*, percebendo através disso, os respectivos reflexos na Igreja brasileira e; o mencionado Concílio Vaticano II e sua proposta inovadora.

Num segundo momento promovemos o diálogo entre os vários pesquisadores, lista significativa, importante, mas não muito extensa acerca do PPC, de modo a rever suas percepções, contribuições e de como perceberam a elaboração e aplicação do PPC.

Para composição deste, como dos demais capítulos, utilizamo-nos de fontes primárias e secundárias. Das primeiras, denominamos as fontes inéditas impressas ou manuscritas. Neste último caso, temos como exemplo as Cartas-Circulares¹⁰; Periódico

⁹ Para tal conceito nos baseamos em RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão: 1889-1922**. Recife, 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco.

¹⁰ Documentos particulares à Dom Helder Pessoa Camara. Eram escritas pelo então arcebispo durante suas vigílias e remetidas ao grupo de colaboradores que o auxiliava em suas atividades pastorais. O Nome mais famoso atribuído à este grupo: Família Mecejanense. As Cartas-Circulares estão classificadas em Conciliares; Inter-conciliares e Pós-conciliares. Todas encontram-se atualmente arquivadas no Arquivo do Centro de Documentação Dom Helder Camara, em Recife.

mensal da Revista de Cultura Católica – Vozes¹¹; Atas das Assembleias Gerais Ordinárias da CNBB; além de outros documentos também da CNBB, entre eles relatórios, boletins, correspondências. Ainda às fontes primárias somaremos documentos da Santa Sé; além de fontes orais, como recurso complementar.

No segundo capítulo, denominado **“RELIGIÃO E “AÇÃO SOCIAL”:** PERCURSO DO PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA”, fizemos um passeio pela história, resgatando movimentos e documentos religiosos que influenciaram o pensar, o elaborar e o implantar do Plano de Pastoral de Conjunto. Para tanto, examinamos as influências de Pastorais Coletivas do final do século XIX até segunda metade do século XX, com o objetivo de compreender o poder de influência e interferência da Igreja Católica sobre a sociedade cristã, o que foi feito sistematicamente a partir de 1890, quando foi elaborada a Pastoral Coletiva, transformada, desde então, em documento de divulgação da ordem e preceitos católicos, legitimando o poder institucional sobre clero e fiéis.

Muito dessa intervenção da Igreja Católica na sociedade cristã foi mediada por algum projeto e/ou documento pastoral, resultado de estudos, pesquisas, as quais executaram o papel de investigar, previamente, as necessidades e realidades a serem superadas num momento em que as *estruturas de plausibilidade* da Igreja Católica pareciam ameaçadas. Por isso, explica-se o desdobramento das Pastorais Coletivas em Planos Pastorais.

Em se tratando do histórico de Planos Pastorais, curiosamente, algumas obras de pesquisadores brasileiros, apontam o Plano de Emergência, PE, como precursor de Planejamento Pastoral em nosso país. Ele foi precursor sim, do PPC e não de Planejamento Pastoral como um todo. Até porque existe um hiato de 75 anos entre o PPC e a Pastoral Coletiva de 1890. Após esta última, outras Pastorais e Constituições eclesiais foram promulgadas para corroborar as diretrizes desse documento de 1890.

À importância em estudar tais documentos, acrescentamos a necessidade de compreender o Movimento Por Um Mundo Melhor, que preparou terreno católico para

¹¹ Periódico fundado em 1907 pela Igreja Católica Brasileira. A pesquisa de tal periódico foi realizada na Biblioteca da Cúria Metropolitana da arquidiocese de Olinda e Recife. Nele, a pesquisa foi limitada entre os anos de 1958 e 1970.

introdução do Plano de Emergência na Igreja Católica, na década de 60. Portanto, o estudo desse movimento explica-se pelo interesse de fazer reconstrução histórica acerca de Planejamento Pastoral no Brasil.

Para composição deste capítulo utilizamos documentos dos arquivos da sede da CNBB, em Brasília; do Regional Nordeste-2 da CNBB e, da Cúria Metropolitana da arquidiocese de Olinda e Recife como relatórios, correspondências recebidas e emitidas, atas das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias Gerais da CNBB; como também as Cartas-Circulares do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Pessoa Camara.

No terceiro capítulo, intitulado “**O PLANO REGIONAL DE PASTORAL DE CONJUNTO NA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE de 1966 a 1970**”, discutimos as circunstâncias, os bastidores da implantação do Plano de Pastoral de Conjunto. Para tanto, baseamo-nos, principalmente, em fontes primárias inéditas, escritas e orais com intuito de mergulhar nas minúcias deste cenário pós-conciliar, composto por diferentes grupos religiosos do *campo religioso*¹², sobretudo arquidiocesano, cujos *subcampos*, responsáveis pela implantação do PPC, foram caracterizados pelo bispo, presbíteros, religiosos, religiosas e leigos. Grupos esses, que, de acordo com as circunstâncias, adotaram ou não novo *habitus*, uma nova disposição na sociedade, civil e religiosa, no sentido de Bourdieu, para promover a *ação social* proposta pelo PPC. Segundo Max Weber a *ação social* orienta-se pelo comportamento de outros, conhecidos ou desconhecidos. Mas, deixa claro que nem toda *ação* é *ação social* como, por exemplo, alguns aspectos do comportamento religioso, contemplação, oração¹³.

¹² O uso dos conceitos de *Campo Religioso* e de *Habitus Religioso* nos baseamos em: BOURDIEU, Pierre. **A economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos).

¹³ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, v. 1.

CAPÍTULO I

1. IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA E A RENOVAÇÃO CONCILIAR: REVISÃO HISTORIOGRÁFICA E REFLEXÕES TEÓRICAS

Três momentos foram fundamentais para a composição e foco de nossa discussão historiográfica acerca da aceitação do Concílio Vaticano II pelo Episcopado brasileiro. Como também do Plano de Pastoral de Conjunto na Igreja Católica em nível nacional, depois em nível regional e local, isto é, no Regional Nordeste-2 e na arquidiocese de Olinda e Recife, nosso foco. São eles: Igreja Católica brasileira e os desafios do mundo moderno e secularizado; Concílio Ecumênico Vaticano II e; Perspectivas de Planejamento Pastoral na Igreja brasileira na década de 60: Discussão historiográfica.

A partir dessa discussão historiográfica baseada nesses três momentos, procuramos entender o percurso da Igreja Católica brasileira durante sua adequação ou tentativa de adequação aos desafios sociais, políticos, religiosos da década de 60. O que fizemos através da análise, sobretudo, da aplicação do Plano de Pastoral de Conjunto, resultado de despertar para uma nova prática de *Doutrina Social da Igreja* no Brasil.

Do ponto de vista teórico, em nossa narrativa, optamos pelo uso de alguns conceitos que nos ajudaram na linha de construção de nosso objeto temático. Para tanto, alguns conceitos foram: *ação social*¹⁴, de Max Weber; *estruturas de plausibilidade*; *secularização*, de Peter Berger. *Campo e subcampo religiosos*; *habitus*; *estratégia*; *capital simbólico* e social, de Pierre Bourdieu.

Para essa investigação teórica, recorreremos à outros autores da sociologia da religião, que fizeram releituras dos principais conceitos tanto de Peter Berger, quanto de Pierre Bourdieu, por nós usados, com o propósito de enriquecer nosso trabalho.

¹⁴ Segundo Max Weber “a ação social [...] orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]. Os 'outros' podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. [...] Nem todo tipo de ação – também de ação externa – é 'ação social'. [...] Não o é, por exemplo, o comportamento religioso, quando nada mais é do que contemplação, oração solitária etc.” WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 13-14. v. 1.

1.1 - Igreja Católica e os desafios do mundo moderno e secularizado

O mundo católico ocidental em meados do século XX, mais profundamente, nos anos 50 e 60, passou por uma fase de questionamentos de suas práticas, posturas, diante da sociedade contemporânea. Nesse período, antes do Concílio Vaticano II, existia um hiato entre Igreja e sociedade humana. O mundo político era indiferente ao mundo religioso. Este momento, sobre o qual estamos discutindo, foi influenciado por dois acontecimentos do âmbito temporal, *secularização*¹⁵ e Modernidade, sobre os quais justificaremos em que perspectivas estamos utilizando tais conceitos, importantes para o debate de nosso tema.

Pensamos ser importante discutir Modernidade e *secularização*, por entendermos que foram etapas históricas que abalaram a tradicional presença da Igreja na sociedade, contribuindo para a convocação de um concílio. Atitude que contrariou a opinião da Cúria Romana e do pensamento teológico dominante, para os quais, desde a declaração da infalibilidade pontifícia do Vaticano I, na Igreja não haveria mais necessidade de concílios, assembléias tidas como particularmente perigosas.

Os dois eventos, *secularização* e Modernidade, estão inter-relacionados porque contribuíram para formação dos ares de incerteza, de crise imposta pela sociedade moderna, que repercutiram intensamente no *campo religioso católico*¹⁶ ocidental. Conceito este que, “compreende o conjunto das relações que os *agentes religiosos* mantêm entre si no atendimento à demanda dos ‘leigos’”. Agentes esses “socialmente reconhecidos como únicos habilitados a produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos”, os quais só são constituídos como tais “na medida em que os outros membros da mesma sociedade seja destituídos da sua capacidade de trabalho religioso”¹⁷.

Quanto ao tema Modernidade, temos que considerar a existência de várias definições do termo no âmbito da pesquisa científica, por isso optamos em nosso trabalho pela definição elaborada por Emanuela Ribeiro, complementando-a com as de

¹⁵ Do latim “saeculum” = esta era ou época presente.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

¹⁷ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “**A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu**”. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 184.

outros autores¹⁸.

Segundo Emanuela Ribeiro, a Modernidade tem origem “no Iluminismo do século XVIII”, o século cartesiano, em que a razão foi o principal referencial para compreensão do mundo. Naquele século a sociedade, que vivenciava transformações, cultivava o desprezo pelo passado, questionando crenças e tradições¹⁹.

As sociedades dos séculos XIX e XX prosseguiram nas mudanças políticas, sociais, religiosas, econômicas viabilizadas pela Revolução Industrial e, sobretudo, pela Revolução Francesa, em 1789, revolução que, na opinião de Kumar “levou o mundo para uma nova era da história. Marcou o nascimento da Modernidade – isto é, de uma época que está em constante formação e reformação diante de nossos olhos”²⁰. Isso provocou reviravolta das ideias, trazendo à tona concepções como liberalismo, nacionalismo, socialismo. Primeiro na Europa, expandindo-se, posteriormente pela América Latina e mundo.

Com a Modernidade “o tempo secularizou-se, a religião deixou de ser o único referencial para compreender o mundo e, a humanidade acreditou que estava fadada ao progresso, a ser alcançado pela razão”²¹. Portanto, a palavra-chave para este importante momento histórico foi *progresso*. Ao nos referirmos a este termo não podemos esquecer que foi um movimento que trouxe em si a emergência do individualismo, no sentido de singular, autoconsciente, ambicioso. Ele, o *progresso*, revelou-se nas realizações científicas, filosóficas, artísticas, “iniciando e desenvolvendo os tempos modernos”²².

Os movimentos, em linhas gerais, de ordem política, econômica, social, ideológica, iniciados séculos atrás, com o *humanismo* do século XVII, *Iluminismo* e *Revolução Francesa* no século XVIII e *Revolução Industrial*, no XIX provocaram mudanças importantes ao modo de pensar, organizar e agir da sociedade, exercendo forte influência sobre a vida da Igreja católica, obrigando-a a repensar sua

¹⁸ Para o conceito de Modernidade nos baseamos também em: KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução: Ruy Jungmann; Tradução do Capítulo I: Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006; IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

¹⁹ RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2003, p. 08.

²⁰ Ibidem, p. 119.

²¹ Ibidem, p. 08.

²² IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p. 194.

funcionalidade e comportamento nessa sociedade em transformação.

A Igreja em discussão, especialmente nos séculos XIX e XX, sentiu-se afetada pelo progresso, pela *secularização* e pela recusa de parte da sociedade em aceitar a vida depois da morte, tal como tradicionalmente aceita pela cultura ocidental; também pelo individualismo; o avanço técnico-científico, a expansão do Protestantismo e a laicização do Estado.

Quanto a *secularização*, pautamo-nos principalmente em Peter Berger para entender tal fenômeno, entendido enquanto “processo pelo qual **setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições** e símbolos religiosos (...)”, isto é, refere-se à *secularização* das instituições, mas não deixa de discutir a *secularização* da consciência, que em nosso entender possui estreita relação com a Modernidade²³.

Quando Berger coloca que o processo de *secularização* ocorreu em setores da sociedade leva-nos a pensar na sua releitura sobre o conceito, anos mais tarde:

O mundo de hoje, (...), é tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares. Isso quer dizer que toda uma literatura escrita por historiadores e cientistas sociais vagamente chamada de “**teoria da secularização**” **está essencialmente equivocada**. Em trabalhos anteriores, **contribuí para essa literatura**. Eu estava em boa companhia – a maioria dos sociólogos da religião tinha opiniões semelhantes, e nós tínhamos boas razões para afirmá-las. **Algumas das obras produzidas ainda se sustentam**.²⁴ (Grifo nosso).

Vimos que, posteriormente, Berger entendeu que a *secularização* não foi um processo uniforme na sociedade humana. Alguns setores desta sociedade secularizaram-se, outros não. Assim como, verificamos que, em se tratando da Igreja Católica ocidental, podemos inferir que alguns *subcampos* secularizaram-se, em detrimento de outros.

Por outro lado, para Cecília Mariz, esta última obra de Berger, apresenta mais continuidades que rupturas das obras anteriores. Isto é, Mariz afirma que Berger

²³ BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 119.

²⁴ Idem. “**A dessecularização do mundo: uma visão global**”. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, nº 21, 2000, p. 10. Disponível em: <www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger-21.1_2000.pdf>. Acesso em: 18 Maio 2008.

em Rumor de anjos, por exemplo, levou “os leitores a concluir que a religião não estava destinada a desaparecer, ao menos na vida privada, onde a secularização seria sempre parcial”²⁵.

Da relação entre Modernidade e *secularização*, Berger também faz nova leitura, entendendo que são dois acontecimentos que merecem ser reavaliados,

a modernização leva necessariamente a um declínio da religião, tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas. E é justamente **essa ideia central que se mostrou estar errada**. Com certeza, **a modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros**.

Mas ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contrasecularização. Além disso, a secularização a [sic] nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. **Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas**, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso²⁶. (Grifo nosso).

Para consubstanciar nossa discussão, recorreremos a Jerkovic, o qual analisou em artigo a *secularização* associando-a à Modernidade e ao Cristianismo, na perspectiva anteriormente abordada.

Para Jerkovic, durante a década de 60, concebeu-se a ideia de que o processo secularizador permitiria que o homem, por meio da consciência, reconhecesse a “mundaneidade do mundo pela libertação do controle religioso”, despertando-o para sua autonomia no domínio da natureza e da história²⁷. Isso não significa que o “homem tornou-se a-cristão”²⁸. Significa apenas que o cristão foi colocado em situação inteiramente nova, permitindo-o questionar as *estruturas de plausibilidade da Igreja* que pareciam não dar mais respostas às necessidades do ser cristão, pois segundo Berger,

²⁵ MARIZ, Cecília Loreto. “**Secularização e Dessecularização**: comentários a um texto de Peter Berger”. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, volume 21, n. 1, abril de 2001, p. 31. Disponível em: <www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger-21.1_2000.pdf>. Acesso em: 18 Maio 2008.

²⁶ BERGER, Peter. “**A dessecularização do mundo: uma visão global**”. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, nº 21, 2000, p. 10. Disponível em: <www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger-21.1_2000.pdf>. Acesso em: 18 Maio 2008.

²⁷ JERKOVIC, Jerônimo. “**Cristianismo e secularização**”. In: Revista católica de cultura – Vozes. n. 12, p. 1059-1087, dez. 1968.

²⁸ Ibidem, p. 1085.

o indivíduo permanece nesta estrutura que a concepção do mundo em questão permanecerá plausível a ele. A força desta plausibilidade, indo de certezas inquestionáveis através de firmes probabilidades a meras opiniões, dependerá diretamente da força da estrutura que a sustenta²⁹.

Com a Modernidade, a razão e não mais a religiosidade, tornou-se um dos critérios básicos de avaliação diante dos desafios sociais impostos ao homem que, por conseguinte, buscou superar a *crise de plausibilidade*, buscando explicações para as transformações do mundo nas ciências, não prendendo-se apenas às afirmações bíblicas, teológicas.

Ainda, segundo Jerkovic,

cada época tem consciência de sua descontinuidade com as épocas precedentes. É claro. Mas a atual ruptura reveste-se duma significação bem diferente. [...] Nesse sentido um saber prático ensinou [o homem moderno] a relativizar ou transformar princípios morais, científicos, políticos, etc. tradicionalmente tidos como intangíveis. A técnica [...] foi fator decisivo na elaboração do *ethos* contemporâneo e na revolução cultural que lhe seguiu. [...]. No contexto atual o homem nascido sob o vertiginoso desenvolvimento da ciência e da técnica, configurou uma nova maneira de ser, uma nova maneira de compreender e interpretar a vida em comum, [...] de conceber as religiões em geral e o Cristianismo em especial. (...) ³⁰.

Portanto, para Jerkovic a *secularização* emancipa o homem do controle tão somente religioso, permitindo-o expandir sua visão de mundo para além da perspectiva religiosa. Do ponto de vista da existência cristã, todas as “províncias” teológicas e suas traduções pastorais foram afetadas por este fenômeno, tornando necessário reinterpretar a teologia e os planos pastorais. Continua Jerkovic, a *secularização* fez questionar, sobretudo, o significado da Igreja e dos cristãos, neste mundo que se quer adulto e autônomo³¹.

Em nosso entendimento, a criação de uma nova *plausibilidade*, torna-se necessária enquanto mecanismo de sobrevivência de uma estrutura eclesial que se

²⁹ BERGER, Peter. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 68.

³⁰ JERKOVIC, Jerônimo. “**Cristianismo e secularização**”. In: Revista católica de cultura – Vozes. n. 12, dezembro de 1968, p. 1059-1061.

³¹ Ibidem, p. 1063-1064.

pretende legítima para o *campo religioso* católico brasileiro. Nesse sentido, o cristão parece querer compreender sua época e sentir-se, fazer-se parte dela.

A *secularização* como fator emancipador do homem, numa perspectiva regional, não assustava bispos como Dom Helder Camara³², que afirmou tranqüilamente: “ganharemos em estudar a *secularização*, do ângulo latino-americano. Os cristãos deste Continente, optamos pelo desenvolvimento que transformamos em batalha nossa”. Com a vantagem que, acrescenta Dom Helder Camara, na medida em que o desenvolvimento se estabelecer no continente, dele desaparecerá, paulatinamente, o cristianismo ingênuo ali existente, desafio que transformará as massas em povo³³. Desafio que parece enfrentar vários obstáculos, no sentido de que, a igreja não é um corpo homogêneo. Nela existem os *subcampos*, onde a concorrência pela manutenção do *capital simbólico* é uma constante.

O *capital simbólico* “corresponde ao conjunto dos rituais, como as boas maneiras ou o protocolo, ligados à honra e ao reconhecimento”. O capital, seja ele de que gênero for, “se acumula por meio de operações de investimento, transmite-se pela herança, permite extrair lucros segundo a oportunidade que seu detentor tiver de operar as aplicações mais rentáveis”³⁴. Por isso, em nosso entender, a concorrência pela manutenção do *capital simbólico* acontece constantemente porque o *campo* católico brasileiro é um *campo* de disputa de poder pelo controle desse *capital*. Os interesses de alguns *subcampos* em detrimento de outros, estão em jogo.

Pelo que vimos até o momento, percebemos que a *secularização* não representou ruptura entre o homem e sua fé, mas despertou-o para uma nova forma de ser cristão. Para um novo modo de pensar, ver, agir, permitindo apreender um *habitus* diferente do anteriormente adotado. Um *habitus* que permitisse o cristão ver a religião, a sociedade sob perspectivas também modernas e secularizantes. Para este conceito de *habitus* nos baseamos em Pierre Bourdieu, que se refere a:

um sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo

³² À época, arcebispo de Olinda e Recife. No segundo capítulo abordaremos o cenário histórico desta entidade e a relevância de seus principais atores para a nossa temática, durante nosso espaço-temporal.

³³ CAMARA, Helder, Dom. “**Teologia, humanismo e desenvolvimento**”. In: Revista católica de cultura – Vozes. n. 5, 1968, p. 442-443.

³⁴ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 53-54.

durante o processo de socialização. As disposições são atitudes, inclinações para perceber, sentir, fazer, pensar, interiorizadas pelos indivíduos em razão de suas condições objetivas de existência, e que funcionam então como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão³⁵.

Da relação entre Modernidade e *secularização*, a historiografia vigente do final do século XIX até a década de 90, mostrava a impossibilidade de que a Modernidade e a Igreja católica caminhassem pela mesma via³⁶. *Subcampos* da Igreja Católica condenou a Modernidade, a *secularização*. Um exemplo da posição oficial do clero contra a existência desses dois acontecimentos históricos foi a publicação da *Encíclica Quanta Cura*, de 1864, que condenava os erros da sociedade moderna, conforme podemos perceber nos fragmentos a seguir:

Sabeis muito bem, Veneráveis Irmãos, que em nosso tempo há não poucos que, aplicando à sociedade civil o ímpio e **absurdo princípio chamado de naturalismo, atrevem-se a ensinar** 'que a perfeição dos governos e o **progresso civil** exigem imperiosamente que a sociedade humana se constitua e se governe **sem preocupar-se em nada com a religião, como se esta não existisse**, ou, pelo menos, sem fazer distinção nenhuma entre a verdadeira religião e as falsas'. E, contra a doutrina da Sagrada Escritura, da Igreja e dos Santos Padres, não duvidam em afirmar que 'a melhor forma de governo é aquela em que não se reconheça ao poder civil a obrigação de castigar, mediante determinadas penas, os violadores da religião católica, senão quando a paz pública o exija'.³⁷ (Grifo nosso).

O mesmo Papa que publicara o *Quanta Cura*, Pio IX, complementa-a com um apêndice, *Sílabo dos erros*, que se tornou igualmente famoso. Entre os oitenta erros do *Sílabo*, publicado no mesmo ano da *Encíclica*, insiste-se naquele que afirma: “o pontífice romano pode e deve reconciliar-se e concordar com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna”³⁸. Naquele momento isto significou que o Sumo Pontífice,

³⁵ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 77.

³⁶ RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2003.

³⁷ PAPA PIO IX. **Encíclica Quanta Cura**. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura&lang=bra>>. Acesso em: 08/07/2008 às 12:55h.

³⁸ MECBRIEN, Richard P. **Os papas**. Os pontífices: De São Pedro a João Paulo II. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000, p. 352.

representando alguns dos *subcampos* do catolicismo apostólico romano, adotou a postura de aversão às transformações do mundo. Nesse sentido, a Igreja Católica reafirmava seus dogmas, sua tradição perante a Modernidade, postura que, em nossa visão, enquadra-se no conceito de *redução cognitiva* de Peter Berger, no sentido de que, a instituição reafirma a ortodoxia ao fiel diante das mudanças a serem introduzidas na sociedade. Portanto, *redução cognitiva* quer dizer, o fechamento em torno de si face ao risco de ser tomado pela condição moderna é a principal característica desta relação com as mudanças. Esse conceito para Berger é um dos resultados da crise da estrutura de plausibilidade enfrentado pela religião³⁹.

Nesse sentido, esse fechamento da instituição católica em torno de si mesma, pode ser interpretado, para nós, como *estratégia* para manutenção do seu poder no *campo religioso católico*. Por *estratégia*, conceito de Pierre Bourdieu, entende-se as *estratégias* de investimento simbólico que

são ações que visam conservar e aumentar o capital de reconhecimento. Trata-se de estratégias cujo objetivo é reproduzir esquemas de percepção e apreciação mais favoráveis às suas propriedades e produzir ações capazes de serem apreciadas favoravelmente segundo essas categorias⁴⁰.

Por outro lado, de acordo com as necessidades apresentadas pela sociedade moderna, o comportamento eclesial modificou-se gradualmente.

Para compreendermos melhor esse processo de adaptação da Igreja Católica aos novos tempos, notificamos em nossa discussão um estudo realizado por Emanuela Ribeiro, no qual defendeu a tese de que a Igreja passou a se utilizar de aspectos da Modernidade para sua própria *legitimação*⁴¹, especialmente separando os mecanismos e frutos do progresso científico, que passaram a ser aceitos, incentivados

³⁹ BERGER, Peter L. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. Ver especialmente o Capítulo 1.

⁴⁰ Cf. BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 70.

⁴¹ Utilizamos o termo na acepção sociológica baseado em Berger, segundo o qual, *legitimação* "são as explicações, justificações e teorias mais ou menos sistematizadas em apoio às concepções em foco". In: BERGER, Peter L. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 66.

e adotados, das afirmações filosóficas e ideológicas, essas repelidas⁴².

Sendo assim, entendemos que, o adaptar-se da Igreja diante dos desafios dos novos tempos significa olhar não apenas para si, mas agir também externamente, com base na *Doutrina Social da Igreja*, aliando Igreja e sociedade no enfrentamento do mundo em transformação. A origem da *Doutrina Social da Igreja* veio com a *Encíclica Rerum Novarum*, RN, de Leão XIII, publicada em 1891, sobre a condição do operário. Esta Encíclica foi considerada pioneira em se tratando de documento oficial da Igreja sobre a *Doutrina Social da Igreja*. “De fato, é o primeiro texto oficial da Igreja que aborda de forma global os problemas derivados da sociedade industrial”⁴³.

Ao tratar de Questão Social e Igreja, a RN explicita a responsabilidade da instituição católica para com os problemas sociais, cuja solução depende da Igreja, da religião. Isto porque, para o corpo eclesial, cabe à Igreja católica salvaguardar a religiosidade e se o cristão encontra-se em problema é dever de quem a gere solucioná-lo ou, pelo menos, amenizá-lo⁴⁴.

No entanto, para Jean Comby⁴⁵, intelectual francês que se propõe a estudar a história da Igreja associada à história da humanidade, a *Rerum Novarum*, além de ser resultado das pesquisas sociais e produto do cenário dos anos de 1890, constata, embora tardiamente, que a sociedade mudou⁴⁶. Para Comby a importância dessa Encíclica situa-se na Igreja, muito embora não deixe de considerar que os “cristãos sociais não estão de acordo entre si” no que se trata da intervenção do Papa na crise operária⁴⁷. Neste sentido, concordamos com Comby no que se refere à compreensão de que a Igreja Católica não é uma instituição homogênea em suas posturas e práticas. No nosso entendimento, esta pesquisa vem a corroborar com a idéia da existência de *subcampos religiosos* em seu interior.

Percebemos que, diante do que discutimos, a Igreja Católica apresentava-se em crise de *plausibilidade* para alguns *subcampos*, numa época em que parte do clero

⁴² RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2003, p. 08-10.

⁴³ CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina social da Igreja: Abordagem histórica*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 51.

⁴⁴ PAULO VI. Encíclica *Rerum Novarum*, 15 de mai. 1891. Carta sobre a condição operária. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 12 de jul. 2008.

⁴⁵ Professor da Faculdade Católica de Lyon, França.

⁴⁶ COMBY, Jean. **História da Igreja II: Do século XV ao século II**. 2. ed. Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail V. Sobral. Tomo II. São Paulo: Loyola, 2001.

⁴⁷ Ibidem, p. 170-171.

priorizava a atenção à instituição e não ao mundo; em que as necessidades do homem foram mais afloradas, e este precisava do apoio e atenção da Igreja.

Com essa situação, gradativamente, a Igreja parece ter despertado e reagido contra o imobilismo, que a caracterizou por séculos. Provavelmente, essa mudança de postura estava associada à reconquista de espaço perdido, ou seja, à sua própria manutenção, sobretudo após a Modernidade⁴⁸.

A adoção de uma nova postura perante a condição moderna não foi vivida de forma homogênea, esteve marcada por tensões na própria estrutura hierárquica. Nesse sentido, as noções de *campo* formuladas por Bourdieu de que o *campo* se constitui em relação aos seus agentes, no caso em questão, na relação que os *agentes religiosos* travam entre si, ajudou-nos a compreender este lugar de tensões que configurou o ambiente eclesial do Vaticano II.

Provavelmente os objetivos que levaram à convocação do breve Concílio Vaticano I⁴⁹, que de algum modo “preparou o alargamento do catolicismo para além do eurocentrismo”⁵⁰ nem de longe, aproximaram-se dos do Vaticano II, no sentido de se propor a atender àquelas emergências modernas. Pelo contrário, em 1869/70 objetivava discutir e solucionar principalmente questões institucionais.

1.2 - Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)

1.2.1 - Do imobilismo ao *aggiornamento*: convocação e desenrolar do Vaticano II

A historiografia por nós selecionada permite-nos constatar que o Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado e aberto por João XXIII (papa de 1958 a 1963) e

⁴⁸ SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá. **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

⁴⁹ O Vaticano I foi convocado por Pio IX em 1869. Sua principal realização foi a promulgação da Constituição dogmática *Pastor Aeternus* (lat., Pastor eterno) que definiu o Primado e a Infalibilidade dos Papas. Cf. MECBRIEN, Richard P. **Os papas**. Os pontífices: De São Pedro a João Paulo II. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000, p. 351-352.

⁵⁰ “El Concilio Vaticano I, [...] contribuyó a preparar la dilatación del catolicismo más allá del eurocentrismo [...]”. ALBERIGO, Giuseppe. “**El Concilio Vaticano I (1869-70)**”. In: ALBERIGO, G. (Ed.). *Historia de los concilios ecuménicos*. Salamanca; Espanha: Sígueme, 1993, p. 332.

continuado por Paulo VI (papa de 1963 a 1978), foi a tentativa mais clara da Igreja Católica rumo à tão pretendida adaptação ao mundo contemporâneo em transformações sociais, tecnológicas, intelectuais⁵¹.

Anunciado pelo Papa João XXIII a um restrito grupo de Cardeais, reunidos para a liturgia conclusiva da Semana de Orações pela Unidade dos Cristãos, em Roma⁵², a idéia de um Concílio apresentou-se de forma inesperada, imprevista. Todos foram pegos de surpresa, inclusive a Cúria Romana, num período marcado pela “hegemonia do clima de Guerra Fria e pela satisfação de um catolicismo imóvel nas suas certezas”⁵³.

O anúncio ocorreu num momento em que a Igreja vivenciava clima de imobilismo, de um lado, e alimentava um profundo temor em relação à propagação do comunismo, de outro. Aqui nos referimos ao comportamento da Igreja anterior ao Concílio, voltado apenas para as questões de interesse institucional.

Para entendermos esta fase que estamos analisando da Igreja Católica, recorreremos ao conceito de *estruturas de plausibilidade* proposto por Peter Berger. Segundo Berger, “toda concepção de mundo, qualquer que seja seu caráter ou conteúdo, pode ser analisada em termos de sua estrutura de plausibilidade”, entendendo-a como o “conjunto de definições sociais da realidade, relações sociais que aceitam tais definições sem questioná-las, bem como as terapias e legitimações que as sustentam”.⁵⁴

O conceito ajudar-nos-á a compreender o cenário com o qual se deparou João XXIII, que tão logo eleito Sumo Pontífice foi levado, pelas circunstâncias daquele

⁵¹ Para este item basear-nos-emos, entre outras obras, em: ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Italia: Società editrice il Mulino, 2005; ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo, C.Ss.R. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção alternativas); BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005; SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **Do Vaticano II a um novo concílio? Um olhar de um cristão leigo sobre a Igreja**. São Paulo: Ceris; Rede e Paz; Loyola, 2004; MARQUES, Luiz Carlos L. “Dos tons verdes e amarelos do Concílio Vaticano II”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

⁵² João XXIII (28 de outubro de 1912- 03 de junho de 1963), sucessor de Pio XII, anuncia em 25 de janeiro de 1959, meses após sua eleição, o Concílio Ecumênico. ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Italia: Società editrice il Mulino, 2005.

⁵³ Para relação entre Guerra Fria e Catolicismo utilizamos: ALBERIGO, 2005, p. 16.

⁵⁴ BERGER, Peter L. **Rumor de anjos: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural**. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 67.

momento, à decisão de tentar abrir a Igreja para o mundo moderno.

Segundo Berger, “a ‘crise de credibilidade’ na religião é uma das formas mais evidentes do efeito da *secularização* para o homem comum” e que “a *secularização* acarretou um amplo colapso da plausibilidade das definições religiosas tradicionais da realidade”⁵⁵. Essa situação de descrédito, de algum modo, ajuda-nos a entender seus efeitos sobre a criação e desenrolar do Concílio Vaticano II.

Sabemos que a decisão de realizá-lo partiu do papa João XXIII, é o que afirma a historiografia consultada. Mas, não esqueçamos que nosso objeto de trabalho faz parte de um *campo religioso católico*, em disputa, o qual “compreende o conjunto das relações que os *agentes religiosos* mantêm entre si no atendimento à demanda dos ‘leigos’”. Agentes esses “reconhecidos como únicos habilitados a produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos”⁵⁶. A partir dessa concepção de *campo religioso*, baseado em Pierre Bourdieu, o Concílio estava marcado por tensões. Em que, por exemplo, a decisão do papa João XXIII não foi aceita por *subcampos* da Igreja Católica Apostólica. Houve resistência, inclusive da Cúria Romana. Nesse sentido, recorremos a Bourdieu para entender melhor esse *campo* de tensão católico:

a razão de ser de uma instituição e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo mas sim no *campo* de forças antagonistas ou complementares no qual, em função de interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual define e **se redefine continuamente**, na luta – e através da luta – **a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos**⁵⁷. (Grifo nosso).

Com a situação de insatisfação, de *crise de plausibilidade* diante do mundo moderno, a realização do evento conciliar representou, na opinião de Giuseppe Alberigo, um misto de “esperança e renovação” para alguns *subcampos* da Igreja Católica. Mas esse sentimento de esperança e renovação não era alimentado por outros *subcampos*, conforme vimos corroborando.

⁵⁵ BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 119.

⁵⁶ TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião**: enfoques teóricos. Petrópolis; RJ: Vozes, 2003, p. 184.

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 81.

A essência dos objetivos a serem atingidos pelo Vaticano II, resultado dos trabalhos das várias Comissões do período Pré-conciliar, foi sintetizada por Giuseppe Alberigo⁵⁸, um dos principais pesquisadores sobre o Vaticano II: “Ele [João XXIII] havia aberto um tempo novo na Igreja, havia reproposto **os temas essenciais da caridade e da unidade**, estreitamente unidos com aqueles da renovação da atitude espiritual, das estruturas eclesiais, mas também da reformulação da Doutrina”⁵⁹. Provavelmente ao lançar tais temas para discussão no âmbito de um Concílio, o então Papa não levou em consideração a pluralidade do *campo religioso* em foco, visto que, nos bastidores, o próprio Alberigo vai atestar as animosidades desse mesmo *campo* durante os trabalhos conciliares.

Ainda na visão de Alberigo, a vontade de João XXIII para a realização do Concílio está associada à abertura de um novo tempo, significando novo alento às práticas, ao pensar, ao agir da Igreja no mundo contemporâneo.

Essa vontade de João XXIII que acabamos de evidenciar, foi, para nós, resultado de uma necessidade da Igreja católica de adaptar-se aos desafios dos novos tempos. Essa necessidade encontrou iniciativa e voz na pessoa do Sumo Pontífice em questão, no entanto, sua postura não contaria com apoio homogêneo. Até porque, como bem pontuou Alberigo⁶⁰, o Concílio foi marcado por vários grupos, divididos em uma *maioria* e uma *minoría* conciliares, situação que se encaixa no conceito de Pierre Bourdieu sobre os *subcampos* que compõem a Igreja Católica, resultado da dinâmica social, por vezes conflituosa.

Foi nesse clima que o Vaticano II foi convocado e desenvolvido para dar respostas à sociedade cristã em mudanças. Nessa perspectiva, para melhor compreensão da crise na relação Igreja-Mundo contemporâneo, recorreremos a Peter Berger, sobre a *crise de plausibilidade* advinda do processo de *secularização*:

⁵⁸ Entre os historiadores italianos citados neste trabalho, destacamos Giuseppe Alberigo, de Bologna [notável e conceituado historiador, falecido em junho de 2007] pela forma séria, crítica e analítica de abordar o evento conciliar, com a competência de historiador.

⁵⁹ “Egli [João XXIII] aveva aperto un tempo nuovo nella chiesa, aveva riproposto i temi essenziali della carità e dell'unità, strettamente congiunti con quelli del rinnovamento dell'attitudine spirituale, delle strutture ecclesiali, ma anche della riformulazione della dottrina”. ALBERIGO, G. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna;Italia: Società editrice il Mulino, 2005, p. 61.

⁶⁰ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005.

Provavelmente, pela primeira vez na história, **as legitimações religiosas do mundo perderam sua plausibilidade**, [quer dizer, sentido], não apenas para uns poucos intelectuais e outros indivíduos marginais, mas para amplas massas de sociedades inteiras. Isso ocasionou uma crise aguda não apenas para a nominação das grandes instituições sociais, (...). Surgiu um problema de 'significado' tanto para instituições como o Estado e a economia, quanto para as rotinas ordinárias da vida cotidiana⁶¹. (Grifo nosso).

Nossa leitura do período pós-conciliar mostra-nos algumas idas e vindas da Igreja Católica no processo de enfrentamento aos desafios a ela propostos pela sociedade. Apesar de algumas resistências num *campo religioso* em eterna disputa pela manutenção do *capital simbólico*, ainda hoje, a história aponta alguns progressos, conforme abordaremos mais adiante.

Surpreendente, para Giuseppe Alberigo, foi o impacto mediático despertado pelo anúncio do Papa num momento histórico marcado pela *secularização*. Não se sabia ao certo o significado do Vaticano II. Isso porque foi convocado sem um projeto pronto, o que foi outra característica que marcara sua singularidade⁶².

Sem plano definido, significou que os próprios padres conciliares junto à Cúria Romana e os Papas (primeiro João XXIII, depois Paulo VI) seriam os artífices, do início ao fim do evento conciliar. Muitos dos padres conciliares se perguntavam qual a finalidade do Concílio. Apesar disso, segundo Alberigo, as pessoas haviam compreendido a iniciativa como sinal de esperança, de renovação. “Praticamente, sem mediação, a iniciativa do Pontífice atraiu milhões de homens e mulheres e os convenceu da ideia liberante e inovadora”⁶³. Da mesma forma, provocou aversão, medo, insegurança, sobretudo de parte do clero habituado ao antigo modelo pré-vaticano, que não se sentia preparada para as novidades que estariam por vir.

O Vaticano II encontrou quase todos os prelados despreparados. Para Alberigo, a justificativa estava na longa separação entre a fase ante-preparatória e preparatória [iniciado em janeiro de 1959 com anúncio oficial] e abertura do evento

⁶¹ BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 137.

⁶² ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005.

⁶³ “Praticamente senza mediazioni, l'iniziativa giovannea giunse a milioni di donne e di uomini e li convince della propria portata liberante e innovativa”. ALBERIGO, 2005, p. 24.

[outubro de 1962]. Tanto que apenas ao final do segundo período as dúvidas ficaram aclaradas quanto a não-brevidade e finalidades específicas, renovadoras⁶⁴. O seu formato foi completamente diverso de todos os concílios anteriores, que em geral foram convocados para julgar conflitos eclesiais, tanto doutrinários quanto disciplinares⁶⁵. Por isso, seu caráter inovador, marcado pelo *aggiornamento*⁶⁶ que, do ponto de vista eclesial, doutrinário⁶⁷, marcou os rumos da história da Igreja Católica no século XX. No sentido de ter proporcionado novas reflexões, comportamentos e práticas teológicas para alguns *subcampos* do catolicismo ocidental.

Justamente por não ter um projeto pronto, inicialmente, o Vaticano II estruturou-se com uma dinâmica particular. Moldando-se ao longo do desenrolar, sobretudo nos dois primeiros períodos. Apenas sua essência estava definida: renovar a Igreja, ponto alto do evento para a maioria dos autores⁶⁸ que discutiram o tema.

Segundo Ney Souza⁶⁹, para respaldo legal, o Concílio Vaticano II pautou-se no denominado *Código do Concílio*. Regulamento que geriu, juridicamente, o comportamento das pessoas participantes; as regras a serem obedecidas durante evento e o proceder dos trabalhos conciliares. Nos primeiros concílios da Igreja não houve regulamento. Eram geridos conforme a situação da época⁷⁰.

Em seu processo de construção o Vaticano II passou pelo período de antepreparação (1959-1960), sob responsabilidade de uma comissão, composta por grupo

⁶⁴ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005, p. 73.

⁶⁵ Idem. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006.

⁶⁶ Termo adotado, primeiramente por João XXIII ao definir a renovação proposta à Igreja Católica, um dos objetivos principais do Concílio que convocara.

⁶⁷ Estamos nos referindo a aprovação e promulgação dos vários Decretos, Constituições e Declarações. Constituições: *Lumen gentium* [Da Igreja]; *Gaudium et Spes* [Igreja no mundo atual]; *Sacro Sanctum Concilium* [Sobre Sagrada Liturgia]; *Dogmática Dei Verbum* [Da Revelação Divina]. Decretos: *Unitati Redintegratio* [Do Ecumenismo]; *Apostolicam Actuositatem* [Sobre Leigos].

⁶⁸ Entre tais autores temos, entre outros: ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005; BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

⁶⁹ Presbítero da arquidiocese de São Paulo. Licenciado em Filosofia e História. Doutor em História Eclesiástica pela Universidade Gregoriana em Roma (Itália). Atualmente é professor de História da Igreja em graduação e pós-graduação do Centro Universitário Assunção (Unifai), além de membro da Sociedade de Teologia e Estudos da Religião (Soter).

⁷⁰ SOUZA, Ney. **“Contexto histórico e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II”**. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 32. (Coleção alternativas).

restrito de cardeais, secretariados por especialistas em áreas religiosa e jurídica.

Nessa fase, segundo Beozzo⁷¹, vários bispos, arcebispos, cardeais - dos cinco continentes - foram consultados sobre os temas que a eles interessavam ver discutidos no novo Concílio. Cerca de 1800 bispos mandaram sugestões ou *vota*⁷². Por exemplo, segundo levantado por Marques, em meticulosa pesquisa sobre participação dos prelados brasileiros, dos “175 prelados brasileiros vivos antes do início do 1º período conciliar, 132 enviaram um total de 116 *vota*”⁷³, que em muito contribuíram para a fase preparatória. Os *vota* foram fundamentais para elaboração dos esquemas, divididos por temáticas durante a fase preparatória.

Para preparação oficial (1960-1962), devido à complexidade do evento, foi nomeada uma Comissão Central e outras dez, organizadas por temas: “1. teológica; 2. administração das dioceses; 3. clero e povo; 4. sacramentos; 5. liturgia; 6. estudos eclesiais; 7. ordens; 8. Igrejas orientais; 9. missões; 10. Apostolado dos leigos”⁷⁴. Além de dois secretariados: “1. Para os meios de comunicação e, 2. Para unidade dos cristãos”⁷⁵. O interessante desta composição é que dela poderiam participar bispos de todo o mundo, amenizando o “monopólio completo da Cúria e dos ambientes romanos”⁷⁶ sobre os trabalhos conciliares, algo não comum anteriormente.

Entretanto, a Cúria apesar das limitações, procurou dentro de suas possibilidades, interferir no desenrolar dos trabalhos das Comissões conciliares. Situação que nos faz, mais uma vez, recordar as lutas entre os *agentes religiosos* pela manutenção do poder também religioso no ambiente conciliar, no qual as disposições desses *agentes*, isto é, sua forma de pensar, agir, perceber funcionam como “princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão”⁷⁷ disposições essas denominadas por

⁷¹ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

⁷² Votos [lat. *Vota*]; Voto [lat. *Votum*].

⁷³ MARQUES, Luiz Carlos L. “**Dos tons verdes e amarelos do Concílio Vaticano II**”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das religiões no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004, p. 277. 3 v.

⁷⁴ SOUZA, Ney. “**Contexto histórico e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II**”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 30. (Coleção alternativas).

⁷⁵ Ibidem, p. 30.

⁷⁶ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005. p. 30.

⁷⁷ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 77.

Bourdieu de *habitus*, que de certo modo influenciou o desenrolar dos trabalhos dos padres conciliares.

Ao final da fase preparatória, foram enviados setenta esquemas elaborados com base nas respostas das consultas aos bispos. Versavam sobre: fonte da revelação; depósito da fé; ordem moral; liturgia; família; *comunicação social* e unidade da Igreja, cujos conteúdos provocaram insatisfação, exceto o esquema da liturgia, devido à contradição entre os projetos e a orientação indicada pelo Papa João XXIII. Os padres conciliares não sabiam que os esquemas se tratavam de idéias inacabadas. Mesmo assim, essas temáticas nortearam o Concílio.

Uma outra questão que suscitou dúvidas entre os padres conciliares foi o tempo de duração do Vaticano II. Não imaginaram que se prolongaria tanto, até porque havia o exemplo do Vaticano I [1869-1870], interrompido prematuramente por conta da guerra franco-prussiana⁷⁸.

Questionamentos sobre o futuro do Concílio sugerem duas questões.

Primeiramente, uma vez que, seu projeto não estava pronto, sem definição estrutural, significa, em nosso entendimento, que o Vaticano II estava vulnerável a não atingir os objetivos propostos por João XXIII. Tanto que o primeiro período serviu para que os prelados, ali presentes, sentissem o Concílio, estruturassem seu formato, ajustassem-no, percebessem sua essência, definissem os planos de trabalho. Como também o proceder das intervenções nas assembléias conciliares; o elaborar e aprovar os documentos.

Este período foi um momento de sistematização de todo o processo que se desenrolou ao longo dos três últimos. Tanto, que não foi possível promover nenhuma discussão densa dentre os diversos temas propostos para análise na primeira fase.

Acrescenta-se que o Vaticano II, durante todo o desenrolar, também representou um espaço de articulação, de *estratégias* envolvendo os diversos *subcampos religiosos* participantes. Conforme colocou Oscar Beozzo⁷⁹, durante o evento, muitas redes de relações foram criadas, outras, já existentes, estreitadas. A

⁷⁸ SOUZA, Ney. “Contexto histórico e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 17. (Coleção alternativas).

⁷⁹ BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

situação, dada a ampla participação do Episcopado brasileiro, foi historicamente bastante significativa, uma vez que, o número de participantes no Vaticano II foi amplamente maior que no concílio anterior, no qual estiveram presentes apenas 07 bispos de um total de 11⁸⁰.

Segundo, houve o receio de que fosse interrompido, tal qual o Vaticano I, após a morte de João XXIII, a 03 de junho de 1963. Ocorreram indagações, se continuaria ou não. Não se sabia quais seriam as intenções do novo Papa, além do que, diante de um *campo religioso*, composto por *subcampos*, alguns deles, oponentes ao Vaticano II, de tudo se poderia esperar. “Não se podia esconder que o Concílio tinha numerosos e prestigiosos opositores, sobretudo nos ambientes romanos, e ninguém haveria de forçar o novo papa a continuá-lo, se ele não quisesse”⁸¹.

A oposição ao *aggiornamento* da Igreja católica não era desconhecida, os conflitos que caracterizavam tal *campo religioso católico*⁸², evidenciaram-se durante o evento por conta de interesses diversos.

Muitas vozes foram favoráveis, o que podemos perceber em parte considerável dos autores pesquisados, reconhecendo a contribuição do Concílio Vaticano II aos novos rumos seguidos pela instituição católica, litúrgica e doutrinalmente. Isso proporcionou a Igreja um novo vigor, na perspectiva daqueles que pretendiam uma Igreja diferente da época tridentina, criando assim uma *nova estrutura de plausibilidade*, que fizesse sentido aos anseios, reflexões afloradas durante o Vaticano II, devolvendo-lhes, desse modo, a influência sobre a sociedade, tornando-a mais atuante, mais presente na vida do leigo.

No entanto, outras vozes funcionaram com eco em sentido contrário, responsáveis, desde a abertura, pela produção e divulgação de escritos anônimos, externando a aversão às ideias inovadoras sugeridas pelo Concílio, conforme atesta *L'Osservatore della domenica*,

⁸⁰ PORTO, Márcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades – UFC, 2007, p. 23.

⁸¹ “Non ci si poteva nascondere che il concilio aveva numerosi e autorevoli oppositori, soprattutto negli ambienti romani, e nessuno avrebbe potuto costringere il nuovo papa a continuarlo se egli non lo avesse voluto”. ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna; Itália: Società editrice il Mulino, 2005, p. 61.

⁸² Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos).

o primeiro texto publicado em agosto de 1962 [...] foi assinado sob o pseudônimo Maurice Pinay. **Trata-se de um apanhado de acusações gratuitas e ilógicas contra os Padres Conciliares** os quais **'tramam destruir'** – conforme se lê no apelo ao leitor – as **mais sacras tradições**, realizando reformas audaciosas e malévolas, tipo aquelas de Calvino, Zuinglio e outros grandes [...] com a finalidade de modernizar a Igreja e colocá-la ao nível da época, porém, com o propósito oculto de abrir as portas ao comunismo, acelerar a destruição do Cristianismo⁸³. (Grifo nosso)

No entanto, o susto da interrupção não se confirmou. Um breve conclave elegeu entre 19 e 21 de junho de 1963, o arcebispo de Milão, Cardeal Giovanni Battista Montini, que adotou o nome Paulo VI, o qual resolve continuar a “herança” de João XXIII, desarmando, sutilmente, a oposição ao *aggiornamento*. Por enquanto, a postura daqueles que se opunham ao Vaticano II, aos ideais de João XXIII não mudou, apenas adormeceu por um tempo até galgar novo fôlego.

1.2.2 As constituições, decretos e declarações

O que nos interessa neste item é a leitura da renovação pretendida pelo Concílio Vaticano II através dos documentos [constituições, decretos e declarações] nele aprovados e promulgados e, em que circunstâncias ocorreram as discussões.

Muitos autores, ao discutirem sobre a importância deste evento, principalmente, os que dele participaram, falam de maneira apaixonada, esquecendo de sublinhar *os subcampos religiosos*, as tramas, os conflitos, frequentemente travados no âmbito da aula conciliar, sobretudo no interior das Comissões conciliares responsáveis pela (re)elaboração, discussão dos esquemas. Um pouco desta visão apaixonada percebemos nas entrelinhas de um discurso de saudação aos cristãos, realizado por Bispos do Nordeste após a chegada do segundo período conciliar:

Iluminada por esse espírito, **a grande aula conciliar jamais se mostrou como uma arena na qual se defrontassem**

⁸³ APOLLONNIO, Ugo. “L'anonima letteratura anticonciliare”. In: Il Concilio Ecumenico Vaticano II. Rivista L'Osservatore della domenica. Milano; Roma: Curata dalla società Manzoni & C.S.p.A, 25 gennaio 1966. (Numero speciale sul Concilio).

antagonistas e de onde deversem resultar vencidos e vencedores; mas foi um **encontro de irmãos movidos** pela mesma solicitude do bem estar da Igreja e da felicidade dos homens. Acima das legítimas divergências de formulação prática nascidas das diferentes experiências pessoais e regionais, **o que todos queriam era o triunfo da verdade [...]**⁸⁴. (Grifo nosso).

No entanto, através das leituras em fontes secundárias, percebemos o quanto as discussões nas Comissões conciliares foram tensas, ao ponto de Paulo VI tentar renovar tais Comissões a partir do terceiro período, mas este preferiu manter a mesma estrutura, acrescentando nelas outros membros, alguns eleitos, outros nomeados por ele. Atitude que acentuou as desavenças, novamente, entre os *subcampos*.

A discussão do projeto *De ecclesia*, por exemplo, que resultou na Constituição Dogmática, de mesmo nome, foi intensa. O *De ecclesia* mostrou quanto os temas teológicos polarizaram a parte doutrinária do Concílio [foco principal do empenho dos conciliares]. O debate da Colegialidade Episcopal e da participação dos bispos na direção da Igreja foram temas que geraram conflitos e aqui foi difícil impor os princípios renovadores propostos pelo concílio⁸⁵, o que mostra que o Vaticano II não foi tão aberto, renovador o quanto se pensou. A leitura que fazemos desse momento é de um exemplo muito claro das tensões reveladas no *campo religioso* pela manutenção do *poder simbólico*, conforme Bourdieu, “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem”⁸⁶, durante o Vaticano II.

A historiografia em pauta sobre o Vaticano II nos aponta que não foram fáceis as discussões nas assembleias. Nesse sentido, há uma convergência dessa visão nos trabalhos de José Oscar Beozzo e Giuseppe Alberigo, em que afirmaram da impossibilidade de aprofundar tais discussões, o que, de certo modo, prejudicou as decisões finais dos documentos promulgados.

As Comissões e as plenárias das aulas conciliares contavam com empenho dos participantes, mas também com conflitos. No geral, a modificação de um texto

⁸⁴ “**EPISCOPADO SAÚDA POVO BRASILEIRO**”. Roma, 4 dez. 1963. In: Revista católica de cultura - Vozes, n. 1, jan. 1964, p. 73.

⁸⁵ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006, p. 115.

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 09.

resultava da vontade de um grupo limitado ou de algum orador isolado. Por exemplo, para proceder a reelaboração válida de um texto, as comissões deveriam saber, em linhas gerais, qual era a orientação da maioria do Concílio⁸⁷, em nossa investigação, não foi isso que percebemos.

Apesar das tensões no âmbito das Comissões, ao final do segundo período foram promulgados dois documentos: O primeiro, *Sagrado Concílio*, que equivale à Constituição sobre Liturgia, refere-se à reforma litúrgica, um marco importante, segundo visão de Alberigo, na vida da Igreja “porque com a decisão conciliar, completava-se um itinerário longo e complexo para sancionar uma participação ativa do fiel comum nas celebrações”⁸⁸.

Na realidade, **a constituição**, ditando as diretivas para uma renovação litúrgica, **formulava uma série de princípios teológicos** (centralidade da Palavra de Deus) **e eclesiológicos** (destaque da igreja local) **de grande alcance**, deixados longamente na sombra, destinados, porém, a influenciar positivamente a obra inteira do Vaticano II⁸⁹. (Grifo nosso).

O segundo, Decreto sobre os meios de *Comunicação Social*. O documento não foi discutido profundamente como deveria, o que constituiu uma falha, pois era um canal importante de evangelização⁹⁰.

As circunstâncias de elaboração desses dois documentos no segundo período conciliar nos levar a pensar numa questão. Cada qual apresentava em seus objetivos, alcances diferentes. O *Sagrado Concílio*, em nosso entender, foi direcionado, objetivamente, para modificar as estruturas da Igreja, e temos a impressão de que, neste houve maior interesse, mais profundas discussões porque as mudanças daí originadas atingiriam a Igreja *Ad intra*.

Quanto ao Decreto sobre os meios de *Comunicação Social*, não abalaria tão profundamente as mesmas estruturas. Essa idéia induziu-nos a pensar que ao Decreto não foi dada a devida importância. Nesse sentido, inferimos que, a mesma Igreja Católica Apostólica Romana, que falava em renovar-se, parecia pretender mudar para

⁸⁷ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006, p. 87.

⁸⁸ Ibidem, p. 98.

⁸⁹ DOSSETTI apud ALBERIGO, 2006, p. 99.

⁹⁰ DOSSETTI apud ALBERIGO, 2006, p. 99.

permanecer a mesma, isto é, fortalecer-se e manter seu poder de influência.

Alguns grupos participantes do Concílio, na verdade, a maioria, acreditava nos progressos do Concílio, como foi o caso do Episcopado brasileiro, por exemplo. Em mensagem enviada aos cristãos brasileiros, é notificado, na visão deles, o primeiro grande feito do Vaticano II, a promulgação da Constituição ora em discussão:

O Vaticano II aprovou como seu primeiro documento definitivo a Constituição sobre a Sagrada Liturgia. **É uma notícia que não podemos deixar de saudar com imensa alegria!** Mesmo porque a aprovação desse documento, com uma votação praticamente unânime, marcou de certo modo, a grande hora sagrada do Concílio em que se mostrou palpável a ação de Deus unindo os homens na verdade e na paz⁹¹. (Grifo nosso).

Aqui, o leitor desavisado, lendo o discurso do bispado brasileiro presente em Roma, poderia deduzir que a discussão e aprovação dos documentos conciliares tenham transcorrido sem divergências e conflitos, como se o Vaticano II fosse desprovido de *subcampos*, não marcados por interesses diferentes, sem disputa de poder.

Para o Episcopado brasileiro, a aprovação desta Constituição teve significativa relevância para a renovação da vida da Igreja. Na mensagem acima, os bispos brasileiros reconheceram o valor do Concílio e que a execução da Constituição “levará o povo a rezar melhor, a desfrutar mais largamente os tesouros da Missa, dos Sacramentos, da Palavra de Deus”⁹². Como foi reconhecido também “o alcance pastoral” do Decreto sobre os meios de Comunicação Social, que promoverá diálogo de união entre os homens. Teologicamente, na visão do clero aberto às inovações, o texto atenderia às expectativas de renovação pastoral, doutrinal. Na prática, sabemos que o *campo religioso* em questão não era tão homogêneo quanto parecia crer as expectativas em torno do *De ecclesia*.

Ao final do terceiro período, nas mesmas circunstâncias dos projetos anteriores, vivenciado em clima de conflitos internos, foram discutidos e aprovados outros documentos: *Constituição Dogmática Lumen Gentium*; sobre *Liberdade*

⁹¹ “**EPISCOPADO SAÚDA POVO BRASILEIRO**”. Roma, 4 dez. 1963. In: Revista católica de cultura - Vozes, n. 1, jan. 1964, p. 73.

⁹² Ibidem, p. 73.

Religiosa; *Decreto Unitatis Redintegratio* [sobre Ecumenismo]; *Apostolado dos Leigos*; *Relação da Igreja com Povo Hebreu*; *Decreto sobre as Igrejas Orientais*. Entre estes, o que mais sofreu oposição na assembléia conciliar foi o esquema sobre Liberdade Religiosa [documento quer pretendia acabar com opinião de que Igreja era inimiga da liberdade]. A resistência surgiu por parte dos bispos italianos e espanhóis, que temiam pela sorte do privilégio de suas igrejas. O adiamento de votação deste esquema para o próximo período, [sem consulta da assembleia, mas por decisão do presidente do conselho, o Card. Tisserant] elevou as tensões no seio do Concílio, aflorando as desavenças entre os participantes, o que denota as *estratégias* implementadas no *campo religioso* em questão.

Em Carta-Circular Dom Helder emite opinião sobre a questão,

1. Na Basílica, foi anunciado que o próximo esquema será o Ecumenismo. Na Comissão de Teologia, por 18 votos a 4, venceu o acréscimo a este Esquema - que já era bom e se tornou ainda melhor com o capítulo sobre outras religiões e especialmente o judaísmo - de um célebre capítulo **sobre a Liberdade religiosa** ou liberdade de consciência. Já está sendo impresso para distribuição aos Padres Conciliares. Ao discutir-se a questão do tamanho das dioceses, mais uma vez se viu como é difícil isenção de ânimo quando se legisla em causa própria. **É praticamente impossível a Bispos italianos de Dioceses mínimas entender a conveniência e até a necessidade de fundir algumas Circunscrições Eclesiásticas**⁹³. (Grifo nosso).

Nessa linha de raciocínio, não podemos esquecer a *semana negra*, especificamente entre 14 e 21 de novembro de 1964, responsável pelo quase naufrágio do Concílio, no terceiro período. Duas razões provocaram a crise.

De acordo com Alberigo, a primeira foi o acréscimo de *Nota explicativa prévia* ao *De Ecclesia* feita pelo papa Paulo VI. Causou descontentamentos, porque esta se tornou pública sem consentimento da Assembleia.

A segunda razão diz respeito ao acréscimo de emendas ao *Decreto sobre Ecumenismo* às vésperas da votação final, restando aos conciliares, rejeitar totalmente ou aceitar as modificações sem questioná-las. As emendas foram realizadas também

⁹³ MARQUES, Luiz Carlos L. (Org.). **Vaticano II**: Correspondência Conciliar. Circulares à Família do São Joaquim (1962-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE / Instituto Dom Helder Camara, 2004, p. 330. v. I/1.

por Paulo VI. Segundo Alberigo, o que salvou o Concílio foi o senso de responsabilidade dos presentes⁹⁴. Em nosso entendimento, ao invés de responsabilidade, seria mais provável a necessidade de priorizar interesses em jogo. Isto é, quando falamos em *subcampo religioso*, segundo concepção de Pierre Bourdieu, não podemos esquecer a luta constante pelo controle do *capital simbólico*. Por isso, em nossa concepção, qualquer que fosse o documento aprovado durante o Concílio, ele era nada mais que o interesse de algum *subcampo religioso*, em detrimento de outro, ou ser resultado de negociação entre os *subcampos*.

Apesar das divergências, a promulgação do Decreto *Unitati Redintegratio*⁹⁵, sobre Ecumenismo, na visão de Alberigo, representou um grande passo do Concílio, porque foi elaborado com perspectiva renovada da prática ecumênica nos últimos séculos. Fez com que o catolicismo deixasse de resistir ao secular empenho pela reconstituição da unidade cristã⁹⁶.

Na prática, é considerável a visão de Elias Wolff, que fez um parecer sobre os objetivos pretendidos com Decreto que permite repensar a aplicabilidade de tais diretrizes do documento.

Permanecem comportamentos e atitudes de resistência às orientações conciliares sobre o diálogo com outras Igrejas e com as religiões. Caminhos autônomos, paralelos e por vezes reducionistas, marcados por preconceitos, obstaculizam os caminhos de aproximação, diálogo e cooperação. (...). a identidade eclesial é afirmada por tendências que enfatizam mais a separação do que a sintonia e a convergência⁹⁷. (Grifo nosso)

Outros documentos também pretenderam inovações à Igreja Católica, segundo visão de parte do Clero brasileiro, como por exemplo, o Decreto sobre *Apostolado dos Leigos*, que objetivou a participação dos leigos na vida da Igreja. Pelo menos essa era a pretensão.

Os padres conciliares, no Decreto sobre Apostolado dos Leigos, queriam

⁹⁴ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006.

⁹⁵ Publicado em 24 de novembro de 1964.

⁹⁶ ALBERIGO, Op. Cit., 2006, p. 69.

⁹⁷ WOLFF, Elias. **"A recepção do Decreto Unitatis redintegratio no Brasil"**. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Org.). *A unidade na diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do Decreto Unitatis redintegratio sobre o ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 27.

reconhecer ao “povo de Deus” uma efetiva liberdade de escolhas, formas e modos de associação com relação às diversas conjunturas históricas e aos específicos contextos culturais. Quanto a essa efetiva liberdade, ela estava restrita ao *campo* de ação, à prestação de serviços na Igreja, não alcançava as necessidades do leigo.

Mais detalhadamente, em nível arquidiocesano, ampliaremos discussão acerca dos leigos no terceiro capítulo.

Discutiremos agora as circunstâncias e essência de um dos últimos documentos aprovados ao final do Concílio, a *Constituição Gaudium et Spes*. Diferente de todos os demais, não resultou dos esquemas elaborados na fase preparatória do Vaticano II, mas foi pensado e concebido totalmente no terceiro e quarto períodos.

Sobre esta Constituição ressaltaremos algumas considerações, para nós relevantes, sobre as expectativas criadas acerca de determinado documento e a coerência entre conteúdo e circunstância de sua elaboração, assim como da sua aplicação.

Da idealização até abertura e desenvolvimento do Concílio, um de seus objetivos principais foi o interesse de criar um mecanismo que promovesse diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. A primeira tentativa nessa direção do Papado de João XXIII foi a publicação da *Encíclica Pacem in Terris* [em 11 de abril de 1963] menos de dois meses antes da morte. Nela afirmava-se que o “reconhecimento dos direitos e responsabilidades humanos é a base da paz mundial”⁹⁸. À época, acreditava-se que o papa acalentava a esperança de reconciliação entre os países envolvidos na Guerra Fria. A publicação foi o meio encontrado para conclamar ao mundo a paz mundial, ameaçada pela possibilidade de uma guerra nuclear.

A *Gaudium et Spes*, cuja comissão tinha o cardeal Suenens na coordenação, originalmente Esquema XIII [nome do documento inicial que deu origem à *Gaudium et Spes*], teve sua discussão iniciada durante o terceiro período. Para Alberigo é difícil imaginar, naquele momento, a expectativa gerada para a criação deste documento. Entre alguns *subcampos religiosos* falava-se deste documento como sendo a *obra-prima* do Concílio. Visão esta que diverge de Giuseppe Alberigo, para o qual seria

⁹⁸ MECBRIEN, Richard P. **Os papas**. Os pontífices: De São Pedro a João Paulo II. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000, p. 380.

necessário preparo espiritual e doutrinário que permitisse sua elaboração sobre sólida base teológica. **“Era mais fácil desejar que a Igreja saísse da atitude desconfiada e polêmica diante da modernidade, que planejar com clareza uma atitude de amizade”**⁹⁹. Esta passagem nos faz inferir, mais uma vez, os conflitos em jogo, no cenário religioso do catolicismo brasileiro.

A falta da *Gaudium et Spes* para alguns padres conciliares “ressentia-se do fato de não ter sido feita uma seleção teológica de fundo. [...] Faltou ainda uma reflexão teológica adequada que permitisse chegar a formulações plenamente satisfatórias”¹⁰⁰. Muitos teólogos procuraram amenizar as expectativas sobre o Esquema XIII. Outros concebiam-no enquanto ideias iniciais de diálogo entre Igreja e o mundo.

Diante do que verificamos com a pesquisa, para parte do clero conciliar, não se poderia esperar postura diferente. Para vários padres conciliares não significou mais do que testemunho de boa vontade.

Na visão de Alberigo, a contribuição mais eficaz que o concílio poderia dar, na mesma perspectiva do Esquema XIII, “consistia em desenvolver coerentemente a renovação da Igreja mesma [...] a ponto de dar contribuição decisiva também para o progresso da humanidade”¹⁰¹. Mas, para desenvolver essa renovação, de modo coerente, seria necessário apoio dos padres conciliares.

De certo modo, houve empenho sim, mas de *subcampos* diferentes, entre eles o liderado por Dom Helder Camara. Um dos principais articuladores nos bastidores do Concílio, entre outros padres conciliares, que fizeram com que as discussões avançassem no momento em que havia o risco de recuo na elaboração do Esquema XIII, futura *Gaudium et Spes*.

As falhas teológicas, pontuadas por Alberigo anteriormente, também foram evidenciadas pelo grupo ecumênico durante as discussões sobre o documento. Para Dom Helder, as observações a seguir mostraram os embates entre *subcampos* do Concílio, onde foi séria e fatigante a batalha a ser vencida para que o documento fosse aprovado na Basílica:

⁹⁹ ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo, C.Ss.R. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006, p. 128.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 128.

¹⁰¹ Ibidem, p. 129-132.

A Apresentação está muito eclesiástica: a Igreja se apresenta de modo paternalista, em atitude mais apologética do que de abertura. - Teologia do Esquema. Insuficiente à teologia do Esquema: falta uma Cristologia que abrace a vida do homem e a desdobre como vida em Cristo. A teologia da Igreja se reduz a seu aspecto hierárquico e a noção de Povo de Deus não está bastante afirmada: dá a impressão de ignorar o Esquema *De Ecclesia*. (...)¹⁰².

Mas o que estava em questão, segundo petição transcrita em Carta-Conciliar de Dom Helder é que:

este Esquema XIII, já agora esperado pela opinião pública de numerosos países, **como revestindo uma importância decisiva para a obra pastoral empreendida pelo Concílio**. Segundo o nosso parecer, **conviria, pois, não apenas conservá-lo**, mas ainda **tudo fazer para assegurar-lhe a qualidade** que um tal assunto requer; 2. **que julgamos praticamente impossível conduzir, um esquema, tão novo e tão difícil, à perfeição desejável, antes do fim da presente Sessão Conciliar**. É preciso ainda, depois de um largo debate na Assembléia, um certo tempo de reflexão e de trabalho para que a Comissão responsável possa levar a bom termo a missão que lhe foi confiada. Eis o motivo pelo qual julgamos que este Esquema *De Ecclesia in mundo hujus temporis*, **justifica, por si, uma 4a Sessão Conciliar, por mais breve que ela seja**. E ousamos, filialmente, pedir a Vossa Santidade que receba, com benevolência, o pedido que neste sentido lhe fazemos....¹⁰³. (Grifo nosso).

Esta petição, assinada por várias Conferências internacionais, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi importante na tentativa de assegurar a promulgação do que veio a ser a *Gaudium et Spes*, o que demonstra que o risco de interrupção do processo de sua aprovação foi eminente. Pois, no mesmo documento acima citado, Dom Helder Camara evidenciou as resistências à aprovação em reuniões da Comissão Mista, responsável pelo Esquema XIII. Para que fosse discutido, elaborado e, finalmente promulgado, foi necessária muita insistência e determinação de

¹⁰² CAMARA, HELDER. 41ª Carta-Circular. Roma, 16/17.10.1964. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 160. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.2).

¹⁰³ Idem. 32ª Carta-Circular. Roma, 01/10.10.1964. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 126. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.2).

alguns padres, inclusive tentando convencer o Papa da importância dessa prova.

Nossa investigação apontou que o debate sobre a *Gaudium et Spes* mostrou a diversidade de percepção, de *habitus* entre os *subcampos* conciliares. Entre os vários setores, identificamos um grupo, liderado por europeus, que não encarava a *Gaudium* como grande feito de Concílio, por ter sido aprovado com falhas do ponto de vista teológico. Como também, em seus fins, apontava-se que os problemas cruciais de países do terceiro mundo não foram expostos em suas diretrizes.

Mas, vale salientar que a visão européia, aqui demonstrada, não era homogênea. Havia padres conciliares, entre eles outros europeus, que entendeu a *Gaudium et Spes* enquanto diretriz inovadora. Foi o caso, por exemplo, do arcebispo de Turim, cardeal Michele Pellegrino ao afirmar que, “a novidade do Concílio constitui um fato evidente”. Mas adiante insiste nessa constatação: “Na *Gaudium et Spes*, a constituição em que, com plena consciência, a Igreja se põe diante da realidade do mundo atual”¹⁰⁴.

O Concílio Vaticano II dividiu o *campo religioso* católico. Para uma parte do clero representou um impacto na vida *Ad intra* e *Ad extra* da Igreja. Foi um período de resultados, em alguns aspectos, na história da Igreja, o que provocou mudanças, algumas sutis, outras mais profundas. Conforme declarou Alberigo, foi a primeira vez que um Concílio foi convocado e desenvolvido com objetivo de renovar a Igreja Católica. Mas, existia a oposição de parte do clero, que resistia à mudanças, ao novo.

As tensões representaram a pluralidade de interesses, quebrando com a idéia de que o Concílio foi uma reunião homogênea, pelo menos foi o que deduzimos a partir de nossa pesquisa. Foi o que percebemos, por exemplo, com a discussão sobre o *De ecclesia*, como também sobre o debate para expansão da participação do leigo na Igreja, gerando severas discussões. O argumento do *De ecclesia*, sobre a hierarquia da Igreja, mostrou o quanto o Concílio foi marcado pelo conservadorismo, o quanto foi e é conflituoso o *campo religioso* católico ocidental.

Muitas expectativas foram afloradas. Havia a sede de mudança. Mas, ressaltamos que, estamos analisando uma instituição milenar, cujos *subcampos*

¹⁰⁴ PELLEGRINO, Michele. “O que Fica e o que Muda após o Concílio”. In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 28, fasc. 2, junho de 1968, p. 390.

religiosos são complexos, com *habitus* plurais, onde cada *subcampo* possui seu modo de ver, pensar, agir, o que foi refletido nas decisões conciliares. Os conflitos travados durante as Comissões conciliares foi resultado dessa diversidade de *habitus*, conforme concepção de Bourdieu.

Alguns pontos, para nós, foram relevantes. Primeiro, o Concílio permitiu a Igreja questionar sua hierarquia, sua função, sua relação com o mundo em transformações - intelectuais, sociais, econômicas. Segundo, fez com que o mundo católico olhasse em torno de si, não apenas para si mesmo. Outro exemplo singular foi a adoção da língua vernáculo para alguns textos litúrgicos, substituindo o latim. Mas, queremos enfatizar que foram projetos. Muitos, na prática, foram fadados ao esquecimento. Ao mesmo tempo, para outros *subcampos*, o Concílio significou um momento de reflexão e mudança de atitudes.

1.3 - A renovação da Igreja Católica brasileira pós Vaticano II

Neste item, temos por objetivo abordar o ponto específico de nosso trabalho, a aplicação do Vaticano II na Igreja brasileira a partir do Plano de Pastoral de Conjunto. Para tanto, abordaremos o levantamento de autores que discutiram sobre o tema.

É importante salientar que, neste item faremos a discussão historiográfica tão somente do que significou o Plano de Pastoral de Conjunto para teólogos e historiadores na Igreja Católica brasileira. O que diferencia da análise que faremos no capítulo seguinte sobre o processo de Planejamento Pastoral no âmbito católico também brasileiro.

São duas vertentes completamente diferentes, que merecem, em nosso entender, espaços específicos. No primeiro caso estudamos o que foi produzido sobre nosso objeto em âmbito nacional. O segundo, diz respeito ao estudo do processo de Planejamento Pastoral em todo Brasil para compreendermos as *estratégias* da Igreja Católica na tentativa de manutenção de sua hegemonia no *campo religioso brasileiro*.

A *legitimação* desta hegemonia estaria relacionada às *estruturas de plausibilidade* colocadas à disposição de seus fiéis, no sentido de Peter Berger. Com

essa amostra, pretendemos mostrar qual foi o percurso da Igreja Católica em termos de Planejamento Pastoral até surgir o PPC, que foi resultado de um lento e progressivo processo histórico da Igreja Católica no Brasil.

Como vimos, os acontecimentos da sociedade moderna fez o homem colocar-se numa situação de dúvidas, incertezas quanto ao seu futuro, seja político, social, religioso, cultural, na qual a *estrutura de plausibilidade do campo religioso católico* estava sendo questionada. A Igreja católica por sua vez, pelos motivos já expostos, ver-se-á obrigada a criar novas *estratégias* de adaptação à nova situação histórica. *Estratégias*, marcadas por divergências, mas, convertidas na maioria das vezes, em deliberações textuais, as quais, segundo os personagens da Igreja, sobretudo teólogos, tornaram-se base para as transformações que se pretenderam implantar nas dimensões *Ad intra*¹⁰⁵ *Ad extra*¹⁰⁶ daquela instituição.

Em meio a este cenário, a Igreja brasileira, através da CNBB¹⁰⁷, criou seu mecanismo de adaptação, por meio de redes de articulação. Nos bastidores do Concílio o Episcopado brasileiro agiu, articulou com seus *subcampos*. Por isso, em pleno ambiente conciliar, a instituição consegue aprovar o Plano de Pastoral de Conjunto¹⁰⁸, documento que, para parcela do clero brasileiro, serviu de instrumento para implantar as novidades trazidas, já em nosso texto aludidas, nas dioceses brasileiras. Situação

¹⁰⁵ “A igreja e o diálogo consigo mesma, explicando a igreja enquanto mistério do Cristo vivo em seus fiéis (corpo místico) e para uma igreja renovada deve fazer: missões, catequese; santificação, oração”. Cf. ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006, p. 67.

¹⁰⁶ “Diálogo com o mundo; o empenho da igreja deverá levar em conta: justiça social, direitos humanos, evangelização dos pobres, a paz e a guerra”. Cf. ALBERIGO, 2006, p. 67.

¹⁰⁷ A CNBB foi idealizada pelo Padre Helder Pessoa Camara, no princípio dos anos 50. Suas atividades foram iniciadas em outubro de 1952, reunindo inicialmente apenas os cardeais e os arcebispos residenciais. Helder foi escolhido como secretário, nomeado para tanto bispo (1952) e em seguida arcebispo auxiliar do cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1955), Dom Helder ocupou por doze anos a Secretaria Geral da entidade. Durante esse período a CNBB teve nele e nos demais prelados a ele ligados, uma liderança sensível aos problemas sociais e às transformações políticas que o país ia passando, situação que não agradava a alguns grupos religiosos que foram formados ao longo do concílio.

¹⁰⁸ Estruturalmente o PPC divide-se em três partes principais: A primeira corresponde à Introdução geral do Plano, e apresenta dados gerais sobre a CNBB, sua história e suas finalidades, assim como o objetivo geral, sua ligação com o Plano de Emergência, e os princípios básicos que orientaram a formulação das diretrizes. A segunda corresponde ao *plano de fundo* de toda formulação do Plano e de seu desenvolvimento. A terceira parte contém o Plano nacional de atividades da CNBB, e define os objetivos de trabalho, a sistemática adotada, os responsáveis pela execução, as tarefas, datas, prazos. CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. **Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Documentos da CNBB, nº 77), p. 15-18.

essa que foi mais bem definida e incentivada, em nível latino-americano, no encontro do CELAM, Conselho Episcopal Latino-americano, em Medellín, Colômbia, em 1968, que significou uma espécie de mini-concílio voltado para a América Latina¹⁰⁹.

Quando falamos em aplicação, estamos nos referindo à adoção, implantação de um determinado Plano de Pastoral, baseado em diretrizes, métodos, objetivos, diante de uma realidade que se pretende superar.

Para chegarmos à perspectiva do resultado final do Vaticano II, precisamos entender a essência do PPC e como foi sua repercussão na produção historiográfica brasileira. Para tanto, optamos por fazer uma abordagem cronológica, em ordem crescente das obras investigadas, de modo que, permitisse-nos perceber as continuidades e rupturas da fonte matriz com a mais recente.

De início, sem nenhuma pretensão, esclarecemos que não é vasta a produção de cunho histórico existente sobre nosso tema, isto é, que associem a recepção conciliar na Igreja brasileira com o Plano de Pastoral de Conjunto. Não podemos omitir que existe, sim, uma gama de obras sobre a recepção conciliar no Brasil, mas não abordam, especificamente a discussão sobre Planejamento Pastoral.

Dos pesquisadores que trouxemos para este espaço, constatamos que o primeiro a publicar sobre o Plano de Pastoral de Conjunto na Igreja Católica brasileira foi o padre Raimundo Caramuru¹¹⁰. A importância de sua obra em nosso trabalho dar-se por ser a fonte matriz sobre Planejamento Pastoral no Brasil pós Vaticano II.

Metodologicamente, pontuamos algumas críticas à obra, por ser de cunho descritivo e estrutural. Não percebemos reflexão crítica, trata-se de uma narrativa, em que o autor descreve, passo a passo, a elaboração e desenrolar do PPC dentro das circunstâncias históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais da sociedade brasileira. Raimundo Caramuru narrou as minúcias do projeto estrutural, promulgação, aplicação e avaliação do documento. Por essa razão, consideramos importante estudar sua obra. Além do que, a obra revela as nuances de ações do Episcopado brasileiro, de encontros e movimentos, como os da Conferência dos Religiosos do Brasil, da Ação

¹⁰⁹ O CELAM, Conselho Episcopal Latino Americano.

¹¹⁰ BARROS, Raimundo Caramuru de, Pe. **Brasil, uma Igreja em renovação**. A experiência brasileira de planejamento pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967. Pe. Caramuru Barros foi responsável pelo primeiro rascunho do projeto do PPC.

Católica Brasileira e do Movimento por Um Mundo Melhor, que criaram as condições para que a Igreja brasileira implementasse seu desejo de renovação, despertado no início da década de 60, resultando na elaboração, primeiro do Plano de Emergência, depois do Plano de Pastoral de Conjunto.

Padre Raimundo Caramuru inaugurou na Historiografia da Igreja brasileira o objetivo que sustenta o Plano de Pastoral, cuja finalidade “é criar meios e condições para que a Igreja, no Brasil, tome consciência, cada vez mais profunda, da sua situação e se renove, de acordo com as linhas abertas pelo Concílio Vaticano II”¹¹¹. Depois dele, todos os demais intelectuais sobre o assunto, sejam teólogos, sejam historiadores, concordam com essa assertiva.

Gervásio Fernandes de Queiroga, em tese de doutoramento publicada em 1977, não se distanciou da linguagem e argumentação de Raimundo Caramuru em se tratando de nossa temática, sobre a qual foi breve, pois o foco de seu estudo versou acerca da “*Comunhão e corresponsabilidade na CNBB*”.

Gervásio Queiroga dedicou alguns brevíssimos parágrafos observando a essência do PPC, sobre o qual formula a tese de que, ele foi fruto de dois grandes eventos simultâneos, “que sacudiram e transformaram nossa vida eclesial”¹¹², esta defesa percebemos claramente também na obra de Raimundo Caramuru. Estes eventos são: o Plano de Emergência¹¹³, PE e o Vaticano II.

O PE foi um importante documento elaborado e aprovado em 1962, pouco antes da abertura do Concílio, fundamental para a preparação da Igreja Católica ao recebimento do PPC. Este, na verdade, segundo Queiroga, foi, com efeito, continuidade e superação do plano anterior e expressão e realização pastoral do Vaticano II¹¹⁴. Estas duas razões, em torno do surgimento do último documento em foco, aparecem na maioria dos autores que trataram da temática. Sobre a questão em discussão, continua Queiroga que, é natural que o PPC possua em sua estrutura alto teor de estímulo de renovação pastoral, de que o PE já possuía, principalmente porque ele foi concebido

¹¹¹ BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil, uma Igreja em renovação**. A experiência brasileira de planejamento pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967, p. 36.

¹¹² QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, padre. **CNBB: Comunhão e Corresponsabilidade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977, p. 374.

¹¹³ Sobre este Plano e temas correlatos nos debruçaremos com maiores detalhes no próximo capítulo.

¹¹⁴ QUEIROGA, Op. Cit.

num momento de efervescência eclesial¹¹⁵.

Nesse período em questão, em nosso entender, a *estrutura de plausibilidade* da Igreja Católica para o mundo cristão estava em *xeque*, *que* no dizer de Peter Berger as *estruturas de plausibilidade* refere-se aos ritos, Doutrinas e todos os demais elementos que legitimam o poder da Igreja Católica na sociedade:

As legitimações existem como definições disponíveis da realidade, objetivamente válidas. Constituem parte do 'saber' objetivado da sociedade. **Para se tornarem efetivas no respaldo da ordem social terão**, entretanto, **de ser interiorizadas** e servir para definir igualmente a realidade subjetiva¹¹⁶. (Grifo nosso).

Acresce-se à perspectiva de Queiroga, o fato de que a concepção do Plano contou com apóio técnico, além de aspectos teológicos, da sociografia e sociologia religiosa, o que fez diferença inquestionável, aspecto esse concordado por Raimundo Caramuru. Essa mesma base metodológica não foi usada durante a elaboração do PE, visto que foi solicitado em situação de emergência, logo não foi meticulosamente pensado, estudado, escrito e, talvez por esse motivo, não tenha atendido vários dos objetivos propostos.

Em linhas gerais Queiroga traçou características do PPC, sugerindo, implicitamente, as diferenças com o PE. Deste modo evidencia a consistência textual do primeiro, sistematicamente organizado, em detrimento do segundo, resultado de documentos justapostos:

Um embasamento teológico apreciável – calcado muitas vezes literalmente no Vaticano II – mais orgânico e arejado que o PE; Maior aderência à realidade brasileira, graças a melhor conhecimento da situação econômico-social-religiosa; elevado padrão de técnica de planejamento, adaptada ao ser-agir eclesial; exigência e montagem de uma organização bem estruturada para garantia da execução, acompanhamento e avaliação das atividades programadas¹¹⁷.

Diante da leitura, percebemos que a narrativa de Queiroga limita-se à análise

¹¹⁵ QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, padre. **CNBB: Comunhão e Corresponsabilidade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.

¹¹⁶ PETER, L. Berguer. **O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulinas, 1985, p. 45. (Coleção sociologia e religião; 2).

¹¹⁷ QUEIROGA, Op. Cit., p. 376.

comparativa e descritiva dos objetivos e finalidades dos textos e da conjuntura em que foram pensados os dois planejamentos, PE e PPC. Não fez críticas, o que é condição primeira do trabalho do historiador, examinar criticamente.

Não fugindo da linha de raciocínio, porém com um caráter mais bem investigativo e amplo acerca da renovação conciliar a partir do planejamento pastoral no Brasil, trazemos à discussão Maria Carmelita de Freitas, teóloga. Em tese de doutorado, publicada em 1997, tratou da renovação pastoral na Igreja brasileira. Sua *estratégia* de pesquisa não mudou muito do modelo do padre Raimundo Caramuru no sentido de que, Maria Carmelita contemplou movimentos surgidos na década de 50 e 60, como também o comportamento de instituições como a CNBB, CRB, que foram fundamentais para implementação do processo de planejamento pastoral no Brasil¹¹⁸.

Maria Carmelita, apesar da linguagem teológica de sua narrativa, pontua algumas críticas sobre os conflitos do *campo religioso católico*, cenário de implantação do Plano de Pastoral de Conjunto.

Sua atuação em nível nacional, porém não constitui uma decisão fácil para o episcopado, pois supõe a superação de obstáculos de caráter estrutural e mesmo ideológico, bem como a capacidade de articular dissenso e comunhão, confronto e colaboração. **Supõe também uma insistente intervenção do Papa para ajudar a unir e mobilizar o episcopado em torno da proposta**¹¹⁹. (Grifo nosso).

Maria Carmelita, em seu desdobramento acerca do PPC, concorda com Raimundo Caramuru e Fernandes Queiroga ao colocar dois fatores base para o surgimento do PPC - o PE e o Vaticano II. Ou melhor, Maria Carmelita vai além ao afirmar que, “todas as iniciativas”, isto é, os vários encontros que levaram a elaboração do PPC, na década de 60, “ao mesmo tempo que visavam à implementação do PE, constituíam uma preparação remota para o Plano de Pastoral de Conjunto. Nesse sentido, é correto afirmar que, a partir da aprovação do PE, teve início a elaboração do PPC”¹²⁰.

Continuando nosso debate, na mesma linha de raciocínio, incluímos um

¹¹⁸ FREITAS, Maria Carmelita de Freitas. **Uma opção renovadora**: A Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral, um estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

¹¹⁹ Ibidem, p. 359.

¹²⁰ Ibidem, p. 85.

outro autor, o historiador Laurindo Araújo¹²¹, que diverge da posição a-crítica defendida por Fernandes de Queiroga quando discorreu sobre os Planos Pastorais em estudo.

Laurindo Araújo promoveu diálogo entre os Planejamentos da Igreja brasileira, focando o Plano de Emergência, Plano Pastoral de Conjunto e os Planos Bienais¹²², sobre os quais propôs-se a elucidar três aspectos: O 'que' os bispos quiseram dizer, 'porque' quiseram dizer e, 'o que' conseguiram dizer nas condições conjunturais da época¹²³.

Para responder às proposições acima, vamos aos poucos. Do Plano de Emergência, composto de duas partes, a primeira com características pastorais, mais bem fundamentadas e elaboradas, voltadas para a reforma interna da Igreja, partindo das paróquias. A segunda, pelo contrário, preocupada com realidade econômico-social, teria possibilidades remotas de implantação, pois a proposta para isso seria a realização de reformas estruturais, de modo que a Igreja, enquanto responsável por esse processo, interferiria no âmbito político através de “incentivos como o MEB, sindicalização rural, Frentes Agrárias, treinamento de líderes e até, eventualmente, colaboração com a Aliança para o Progresso”¹²⁴. No PE, segundo Laurindo Araújo, constatou-se a mesma justificativa utilizada para fundação da CNBB em 1952, como superação de isolamento do bispado brasileiro, viabilização e intensificação das atividades pastorais.

Outra questão discutida por Laurindo Araújo é que, o PE parte de um prisma ideológico, isto é, ataque aos vários inimigos da Igreja, como o materialismo capitalista; aumento expressivo do protestantismo; difusão do marxismo nas Universidades e sindicatos. Mas, o perigo maior a ser combatido era o comunismo ateu. Ameaça esta que vem sendo condenada oficialmente nas Encíclicas papais desde a *Quanta Cura*, [em 1864, Pio IX]; depois a *Rerum Novarum* [em 1891, Leão XIII]; e a *Divini Redemptoris*, [em 1937, Pio XI], esta última promulgada, especificamente contra o

¹²¹ Para composição desse trabalho que ora analisamos, o autor basear-se-ou em publicações de José Oscar Bezzo e Pe. Raimundo Caramuru, de 1982 e 1967, respectivamente. Pe. Caramuru foi o autor do primeiro esboço do Plano Pastoral de Conjunto.

¹²² Estes foram elaborados também pela CNBB após o fim da vigência do PPC em 1970.

¹²³ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988.

¹²⁴ Ibidem, p. 188.

comunismo.

Percebe-se, inclusive, no texto do PE, a parcialidade da análise sobre a realidade brasileira, focando tão somente as problemáticas sócio-econômicas do setor urbano, em detrimento da pastoral do *campo*, que ficou à margem. Outra crítica foi direcionada sobre dois pontos: a centralidade da essência do Plano para com a CNBB, “que na concepção vertical das relações de poder, empreende a tarefa de modernizar, aqui, o aparelho eclesialístico”¹²⁵. E a não valorização do leigo nas atividades pastorais, que foi relegado ao plano secundário nas atribuições de tarefas mais significativas para execução do mesmo. Desse modo, as pastorais especializadas foram desprezadas. A razão para este escanteio, segundo Laurindo Araújo, talvez se explique pelo temor da influência dos marxistas nos movimentos católicos de esquerda, como os casos da JOC, JUC, ACO etc¹²⁶.

O regime militar responsável pela tensão criada entre Estado e Igreja, principalmente após as perseguições aos representantes da instituição católica, de certa forma, propagou esta idéia, principalmente ao perseguir tais movimentos¹²⁷. Portanto, para Laurindo Araújo,

o sujeito do PE converge para os bispos e os meios operacionais de execução se concentram nas estruturas paroquiais e nos colégios. O processo e renovação passam pela paróquia, pelos Seminários, pela renovação dos Seminários e da formação sacerdotal, pela renovação dos educandários católicos¹²⁸.

Conclui:

Uma leitura mais atenta do PE permite concluir que ele foi antes um momento de *introspecção* da Igreja brasileira, olhar *Ad intra*, reproduzindo as orientações gerais do Vaticano, referentes à renovação pastoral na paróquia e na formação sacerdotal, fortalecendo o clericalismo, expresso no mesmo, carecendo de um

¹²⁵ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 189.

¹²⁶ Juventude Operária Católica; Juventude Universitária Católica e Ação Católica Operária entre outras são movimentos pastorais especializados surgidos a partir da Ação Católica.

¹²⁷ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 115.

¹²⁸ ARAÚJO, Op. Cit., p. 190.

olhar *Ad extra*, para fora, não atendendo pedido de João XXIII¹²⁹.

Posteriormente, quanto à abordagem acerca da criação do PPC, Laurindo Araújo concordou com Fernandes Queiroga, com sua defesa de que o PE e o Vaticano II refletiram sobre a criação daquele, cujo “objetivo, prevalece, mais uma vez, a absorção da Igreja local pela Universal”¹³⁰. Novamente, repete-se a mesma dialética, as necessidades do cristão ou não, assim como sua participação no processo de inclusão fica a desejar no texto. Nele, parece não existirem mecanismos que induzam as questões ou propostas efetivas¹³¹. Por isso, para Laurindo Araújo foi espantoso que o Episcopado Brasileiro tenha pensado num formato de Plano Pastoral, sem atingir todas as necessidades e níveis da Igreja. Até porque, havia a abertura modernizante proposta pelo Vaticano II, despertando muitos bispos para o problema da pobreza no terceiro mundo, mesmo diante da conjuntura excludente implantada pela Ditadura militar [que relega os cidadãos às instâncias de paternalismo e assistencialismo].

Ainda segundo Laurindo Araújo, algumas das faltas cometidas no PE, intensificam-se no seu sucessor, o PPC, que centra os objetivos na hierarquia e relega a participação do leigo na elaboração. Nesse sentido, Araújo coloca que a diferença é que, no PPC predomina fundamentos científicos de técnicos e especialistas, daí sua riqueza, aspecto esse também valorizado pelo historiador Luiz Marques, o qual afirma que, entre os vários elementos destacáveis deste Plano, foi “sua coragem em promover o conhecimento científico da realidade sócio-político-cultural e religiosa do Brasil”, voltado à prática, utilizável como instrumento nas “decisões pastorais”¹³². Deixemos claro que, ao se falar da influência do caráter científico, atribuído ao Plano de Pastoral de Conjunto, são características notificadas por alguns dos autores até o momento citados.

Diferente desse ponto de vista, Laurindo Araújo esclarece disparidade entre o conteúdo do PPC e a prática, conforme discutiremos melhor durante nossa amostra, a

¹²⁹ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 191.

¹³⁰ Ibidem, p. 192.

¹³¹ Ibidem, p. 192.

¹³² MARQUES, Luiz Carlos Luz. “**Manter a Igreja em clima de Concílio**: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 135. v. 4.

arquidiocese de Olinda e Recife, no terceiro capítulo. Diante do posto, indaga:

Uma das conseqüências seria: se, para elaboração do plano se contou, predominantemente, com os especialistas, para executá-lo, se contará com quem, se uma vez que os leigos engajados – pastorais especializadas – não foram convocados para a elaboração? Ainda mais: como se faziam presentes, de um lado, as práticas e devoções e os valores do Catolicismo Popular, bem como as 'esperanças e angústias' dos pobres, que constituem o maior contingente da 'Igreja na base'?¹³³

É preciso reconhecer que, para nós, as questões levantadas por Laurindo Araújo, com base, em sua maior parte, nos estudos realizados por José Oscar Beozzo, são pertinentes. No entanto, não cabe a nós concordar ou não, por enquanto, com tais pontos de vistas, posto que as questões até agora colocadas fazem referências aos Planejamentos da Igreja brasileira em nível nacional. Nosso foco, ressaltamos, é a aplicabilidade do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife. Pelo que nos consta, não existe até o momento, trabalhos publicados no meio acadêmico enfatizando a perspectiva a que nos propomos, nem com base em documentação de que dispomos.

Mesmo com os aspectos “técnico-burocratizante-clericalista e autoritário [sic]” dos Planos, Laurindo Araújo reconhece o impacto de tais textos para a renovação da Igreja brasileira, principalmente durante a vigência do PPC, de 1966 a 1970.

Outra autora importante para compreender a propagação de nosso objeto na historiografia brasileira é Marina Bandeira, intelectual leiga, ex-dirigente do Movimento de Educação de Base (MEB).

Sua obra não nos trouxe densas explanações sobre nossa temática, ao contrário, abordou-a brevemente, ao referir-se às eleições da VI Assembléia da CNBB, que foi fundamental para as mudanças estruturais desta instituição. Além do desmembramento da CNBB, que passou a ser administrada por Regionais, ocorreram eleições para todos os cargos, entre eles o de Secretário Geral, ocupado até então, por Dom Helder Camara desde a sua fundação em 1952. O resultado dessas eleições de 1964 pôs fim à hegemonia dos Bispos Nordestinos nos principais cargos. Outra pauta

¹³³ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 193.

daquela Assembléia foi o exame do anteprojeto do PPC. Segundo Marina Bandeira, este foi continuidade “do trabalho iniciado logo após a aprovação do Plano de Emergência, a cargo do núcleo de assessores da CNBB que, durante longo tempo promoveram reuniões em Regionais da CNBB, dos diversos setores da Igreja, tanto sacerdotes quanto leigos”¹³⁴.

Conforme vimos expondo, não é exatamente isto que defende Laurindo Araújo. Ele não constata a participação dos leigos no processo de elaboração do PPC, o que se torna um problema no momento da sua aplicação, porque, quem elaborou, em parte, não é o mesmo que o ministrou. Quem o produziu, em alguns aspectos, não sabia das necessidades da comunidade cristã.

No entanto, em outra visão, Laurindo Araújo e Marina Bandeira aproximam-se. Isto é, quanto à responsabilidade delegada, sobretudo aos bispos, para execução do Plano, os quais [prelados] voltam-se “mais diretamente para os problemas específicos das regiões do país nas quais estão situadas suas respectivas dioceses”¹³⁵. Para essa aplicabilidade, a Igreja contará com as Comunidades Eclesiais de Base¹³⁶, uma das recomendações da primeira diretriz do PPC.

Inicialmente, pensamos fazer uma abordagem da discussão historiográfica respeitando a ordem cronológica de publicações dos vários autores. Mas, em se tratando de José Oscar Beozzo, não foi possível. Visto que, sobre nossa temática Beozzo publicou duas obras. A primeira foi 1982, um artigo na Revista Eclesiástica Brasileira (REB)¹³⁷. A segunda, de 2005, resultado de sua tese de doutoramento.

As apreciações enunciadas por Beozzo em 1982, quanto à estrutura do Planejamento, são centradas na hierarquia da Igreja e não na realidade dos grupos marginalizados¹³⁸. Essas mesmas críticas não aparecem nas rápidas alusões feitas ao

¹³⁴ BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Vozes; Educam, 2000, p. 248.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ O termo, segundo Marina Bandeira [com em explicação concedida pelo Pe. Raimundo Caramuru], teoricamente baseia-se na obra do francês Abbé Boulard, que “usava a expressão comunidades eclesiais de base para descrever os resultados de sua experiência com pequenos grupos na França”. BANDEIRA, Op. Cit., p. 248-249. Com isto, o primeiro Plano Pastoral de Conjunto propõe estímulo dessas experiências no Brasil.

¹³⁷ BEOZZO, José Oscar. “Planejamento Pastoral na Igreja do Brasil”. In: Revista Eclesiástica Brasileira, 1982.

¹³⁸ BEOZZO, José Oscar. “Planejamento Pastoral na Igreja do Brasil”. In: Revista Eclesiástica Brasileira, 1982.

mesmo Planejamento Pastoral brasileiro, PE e PPC, em sua tese. Pelo contrário, Beozzo descreve o processo de elaboração e, posteriormente, da implementação desse Planejamento. O que foi compreensível, visto que o objetivo de sua tese versou acerca da participação do Episcopado brasileiro no Concílio Ecumênico Vaticano II.

O que destacamos na tese de Beozzo é a constatação de que, o Episcopado brasileiro voltou do Concílio com um ambicioso Plano Pastoral de Conjunto [aspecto esse concordado por Marques, conforme veremos posteriormente] criado e aprovado com a finalidade de que as dioceses, em cada aspecto da vida da Igreja, apreendessem, vivenciassem as orientações conciliares. Defendeu ainda que, a grande novidade foi a CNBB, por meio do PPC, ter aceito o desafio de converter os ensinamentos e documentos do Vaticano II em diretrizes de trabalho pastoral. Para Beozzo, a compreensão do PPC, inteligente e estrategicamente, não se deu por meio da morosa discussão dos Decretos, Constituições e Declarações, mas pela pastoral, meta principal de João XXIII ao convocá-lo¹³⁹.

Sobre a aplicação do Vaticano II, no Brasil, o historiador Luiz Marques considera que, na “**historiografia religiosa brasileira** não existe trabalho diretamente consagrado”¹⁴⁰. [Grifo nosso]. De fato, os trabalhos pioneiros publicados foram de responsabilidade, em área pluridisciplinar¹⁴¹.

Luiz Marques, em seu mais recente estudo¹⁴², vai de encontro às defesas de Fernandes de Queiroga e Oscar Beozzo em torno da origem do PPC enquanto expansão e resposta do PE e do Vaticano II, respectivamente. E acrescenta um terceiro motivo extra-ecclesial para reconstrução histórica do plano: o Golpe militar de 64, que trouxe irreparáveis implicações tanto à vida civil e política do nosso país, como também à vida do episcopado brasileiro¹⁴³, o que, em nosso entender, influenciou nas

¹³⁹ Idem. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

¹⁴⁰ MARQUES, Luiz Carlos Luz. “**Manter a Igreja em clima de Concílio**: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 116. v. 4.

¹⁴¹ Entendemos por Pluridisciplinaridade: “A existência de relações complementares entre disciplinas mais ou menos afins [...]”. ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Porto Alegre: Artmed, 2002. Apud SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes. São Paulo: Paulus, 2006, p. 29.

¹⁴² MARQUES, Op. Cit.

¹⁴³ MARQUES, Luiz Carlos Luz. “**Manter a Igreja em clima de Concílio**: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 116.

reestruturações que sofreu durante os anos de vigência, de 1966 a 1970.

Da leitura de Luiz Marques, baseada, sobretudo, em documentação inédita da CNBB¹⁴⁴, destacamos os detalhes a respeito da discussão para o que veio a ser o PPC, que começou antes mesmo da VI Assembleia Ordinária da CNBB¹⁴⁵, realizada em 1964, precisamente durante o terceiro período conciliar, que promoveu mudanças radicais na instituição, conforme já aludimos.

Primeiramente, a ideia era de que os Planos Pastorais da Igreja brasileira fossem bienais e restritos aos limites regionais, para em seguida, ampliá-los a um *planejamento nacional*, proposta esta lançada pelo antigo Secretário Geral. Com a eleição dos novos dirigentes da CNBB, seguiu-se o aprofundamento das indagações, que foram intensificadas e organizadas pelo novo Secretário Geral, Dom José Gonçalves da Costa, condição essa que, para Marques, fez diferença no andamento do processo de aprovação.

Das características gerais da estrutura do PPC, organizada em “seis linhas de ação pastoral”, Marques destaca que era a concretude da aceitação do Vaticano II, uma vez que, tinha por base todos os seus 16 documentos, promulgados e por promulgar antes do término do Concílio. Desse modo, Marques ressalta que através desse Planejamento a Igreja brasileira não apenas *canalizou e traduziu* as orientações conciliares, mas as *superou*. Por isso, em nossa compreensão, o mais claro exemplo dessa superação, foi o incentivo do projeto para a continuação da experiência das CEB's, Comunidades Eclesiais de Base, na Igreja do Brasil, que “de maneira simples, mas eficaz, conseguem praticar mais intensamente as exigências da *Doutrina Social da Igreja*. Elas tornam visível o compromisso com os pobres. Sua própria existência e atuação é uma **denúncia da iniquidade social**”¹⁴⁶. (Grifo nosso).

No *campo religioso* em estudo, formado pela pluralidade e conflitos, este modo de “ser Igreja” por meio das CEB's, despertava olhares avessos de *subcampos*

¹⁴⁴ Luiz Carlos L. Marques baseou-se nas Atas das reuniões da Comissão Central da CNBB 1958 a 1967.

¹⁴⁵ Para maiores informações acerca das mudanças estruturais e conjunturais trazidas pela VI Assembleia Ordinária da CNBB, consultar: QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **CNBB: Comunhão e Corresponsabilidade**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977; SILVA, Solange Maria da. **O fim da era Helder Camara: Mudança de rumo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1964)**. Monografia [Bacharelado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2006.

¹⁴⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. Brasília: Paulinas, 1982, p. 35. (Documentos da CNBB – n. 25).

divergentes, a exemplo do bispo Dom Geraldo Proença Sigaud, como também extra-ecclesial, para os quais [ao contrário do que pensavam outros *subcampos*, do qual participavam clérigos mais liberais, como Dom Helder, Dom José Távora e tantos outros], as CEB's poderiam se “transformar em núcleos de uma guerra de sublevação esquerdista do Brasil”¹⁴⁷.

Não poderíamos finalizar, sem inserirmos na discussão ora em pauta, o historiador Márcio Porto, que analisou o catolicismo cearense, na década de 60 a partir do episcopado de Dom Delgado, arcebispo de Fortaleza (1963-1969).

Ao esmiuçar os deslocamentos, as mudanças desse catolicismo, Márcio Porto, trouxe o PPC com as mesmas concepções lançadas pelos autores anteriores¹⁴⁸. Isto é, a Igreja brasileira foi pioneira ao terminar o Concílio com planejamento pronto a ser aplicado em suas dioceses. Foi a adequação do PE às orientações do Vaticano II, necessidades despertadas inicialmente pela *Constituição Lumen Gentium*¹⁴⁹ [que versa sobre a Igreja] e confirmada pela *Gaudium et Spes*, fruto de intensas discussões do Esquema XVII e depois Esquema XIII. Esta Constituição sobre a Igreja no Mundo atual sintetizou a essência do novo “ser Igreja”, em que,

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração¹⁵⁰.

Segundo Márcio Porto, Dom Delgado defendia que a aplicação de uma pastoral, conforme a que estavam pensando em implantar no pós-Concílio em toda Igreja do Brasil, “deveria ser mediada pela problemática das questões sociais da época” e para esse fim esta mesma Igreja deveria renovar-se. Entendia que, era imprescindível

¹⁴⁷ PORTO, Marcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)**. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Humanidade – UFC, 2008, p. 18.

¹⁴⁸ BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005; ALBERIGO, Giuseppe. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna, Italia: Società editrice il Mulino, 2005; MARQUES, Luiz Carlos Luz. “Manter a Igreja em clima de Concílio: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004. 4 v.

¹⁴⁹ PORTO, Op. cit., 2008.

¹⁵⁰ PAULO VI. 1965. **Gaudium et Spes**. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 13 jan. 2008.

a criação de uma quarta via, isto é, o caminho mais eficiente para enfrentar a crise sócio-político-econômica seria através da construção e vivência de uma pastoral coletiva. Tais ideias foram *estratégias* de negar às correntes, que viam a solução para tais crises por vias extremadas¹⁵¹.

Como vimos, os argumentos aqui revelados foram consensuais em dizer que, o PPC foi o mecanismo mais eficiente de aplicação do Vaticano II na Igreja brasileira, “no sentido de promover uma renovação segura, sistemática e orgânica, sob orientação do episcopado brasileiro”¹⁵², que assumiu a responsabilidade de executar o plano em nível nacional. Só não podemos afirmar que, para essa finalidade, contou “com a participação das forças da Igreja e de **todos os católicos**” [Grifo nosso], conforme afirmou Márcio Porto, porque nesta afirmativa última, percebemos, conotativamente, o sentido de totalidade e, homogeneidade e, quando estudamos a Igreja, não a entendemos enquanto um corpo uno, mas, sim, na concepção de Pierre Bourdieu¹⁵³, um *campo religioso* multifacetado, complexo e tensionado.

¹⁵¹ PORTO, Marcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)**. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Humanidade – UFC, 2008, p. 37.

¹⁵¹ Ibidem, p. 42.

¹⁵² Ibidem, p. 42.

¹⁵³ Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003; BOURDIEU, Pierre. **A economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos).

CAPÍTULO II

2. RELIGIÃO E “AÇÃO SOCIAL”: PERCURSO DO PLANEJAMENTO PASTORAL NA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA

Nesse capítulo pretendemos vislumbrar duas situações da Igreja brasileira, de algum modo, complementares para entender a sua ação pastoral de forma ampla.

Primeiro, compreender as continuidades e rupturas entre as administrações de quatro notórios arcebispos da arquidiocese de Olinda e Recife e, com isso, estudar o cenário histórico de como se deu cada uma das respectivas administrações.

Em segundo lugar, investigaremos o percurso do Planejamento Pastoral na Igreja brasileira desde a sua **Pastoral Coletiva**, de 1890, por nós considerada matriz em termos de Planejamento Pastoral no Brasil, até o mais recente **Plano de Pastoral de Conjunto**, nacional e Regionais, enquanto desdobramento da primeira, para então encontrarmos os pólos de convergências e de divergências do ponto de vista da *ação social*¹⁵⁴ da Igreja para com ela mesma e com a sociedade.

¹⁵⁴ Neste Capítulo utilizaremos a concepção de Max Weber sobre *Ação social*, segundo o qual, “a ação social [...] orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]. Os 'outros' podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas. [...] Nem todo tipo de ação – também de ação externa – é 'ação social'. [...] Não o é, por exemplo, o comportamento religioso, quando nada mais é do que contemplação, oração solitária etc.” WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 13-14. v. 1.

2.1 - A arquidiocese de Olinda e Recife sob a administração de: Dom Miguel de Lima Valverde, Dom Antonio de Almeida Moraes Junior, Dom Carlos Coelho e Dom Helder Camara e seu auxiliar, Dom José Lamartine

Para compreendermos a dinâmica do *campo religioso* da arquidiocese de Olinda e Recife, AOR, durante a década de 60, recuamos nossa pesquisa até os primeiros anos da década de 50 para percebemos as rupturas e continuidades de cada uma das administrações dos arcebispos por nós delimitados, analisando assim, a atuação dos *subcampos* na arquidiocese.

Dos dois primeiros arcebispos de nossa lista, Dom Miguel de Lima Valverde (1922-1951) e Dom Antonio de Almeida Moraes Junior (1951-1960), verificamos com os acervos consultados que, a postura política de ambos os sacerdotes condizia com as práticas de um *subcampo* mais conservador.

Dom Miguel Valverde, por exemplo, em Carta Coletiva de 1931, deixa claro suas opções por três instituições: Igreja, Família e Estado. Da Igreja discorre: “Seguros de que é legítima a autoridade de quem nos manda, obedeçamos com fidelidade. A obediência na Igreja, sendo coisa tão sagrada, é um verdadeiro manancial de bênçãos para quem obedece”¹⁵⁵.

O pronunciamento de Dom Miguel Valverde permitiu-nos pensar que sua postura, defendendo a obediência incondicional à Igreja, mostrou uma visão direcionada à defesa do Catolicismo tradicional. Sua política pareceu ter sido aceitável na arquidiocese de Olinda e Recife porque ali permaneceu durante quase três décadas. A partir disso, entendemos que sua postura, senão aceitável, foi ao menos tolerável.

Da família, defendeu a constituição patriarcal, donde a obediência da família deve-se ao pai, seu principal responsável. “**É uma autoridade** que deve ser exercida com prudente amor e amorosamente obedecida, **acatada e reverenciada**”.

Quanto ao Estado, não foi muito diferente sua postura, ao defender que o cidadão deve “obedecer ao príncipe” porque é o mesmo que obedecer a Deus; **o não à**

¹⁵⁵ VALVERDE, Miguel de Lima, dom. **Carta Pastoral** – Quaresma de 1931. Recife: Oficinas graphicas da Associação da boa imprensa, 1931, p. 08.

obediência incorre em pecado¹⁵⁶. Então, o controle hierárquico prevalecia, segundo sua postura, o que denota a *legitimação* da ordem no *campo religioso arquidiocesano*.

Segundo biografia da arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Valverde, no exercício de sua função, não deixou a desejar, pastoralmente. Realizou inúmeras visitas pastorais onde procurava conhecer as necessidades espirituais da sua diocese. Incentivou, entre suas ações, os movimentos da Ação Católica; instituições e associações religiosas, trabalhando pelo aperfeiçoamento dos seus diocesanos, com o objetivo de promover a renovação da vida cristã. Interessava-se também pela arte sacra, conservação e restauração de igrejas históricas, o Seminário, a Catedral de Olinda e o velho Palácio dos Bispos¹⁵⁷.

Diante das breves argumentações da arquidiocese de Olinda e Recife, exaltando a atuação de Dom Miguel Valverde, inferimos que sua administração recebia certo apoio.

Quanto a Dom Antonio de Almeida Moraes Junior, antes de vir para a AOR, foi sagrado bispo de Montes Claros, MG, em 12 de dezembro de 1948, de onde tomou posse em 31 de janeiro de 1949. Dois anos depois foi promovido a arcebispo de Olinda e Recife, em 17 de novembro de 1951 e tomou posse em 19 de março de 1952.

A breve biografia da arquidiocese destaca seu episcopado por grandes feitos e dinamismo¹⁵⁸. Apenas esqueceram-se de notificar que ele exaltava o trabalho como caminho para alcançar a dignidade humana, como também exortava o comunismo.

Segundo Dom Antonio de Almeida, os comunistas não eram “capitalistas disfarçados. Eles sonham com um grande abalo na *organização social*, para que haja uma mudança, na esperança de que libertos do jugo do dinheiro” poderão seguir seus instintos empreendedores, esforços pessoais. Em sua visão, essa postura contra a injustiça social nada mais era que expressões do capitalismo, portanto poderiam aniquilar a essência da natureza humana¹⁵⁹. Nesse sentido, para Dom Antonio de Almeida o que falta ao capitalismo é o humanismo na relação capital-trabalho e era por

¹⁵⁶ VALVERDE, Miguel de Lima, dom. **Carta Pastoral** – Quaresma de 1931. Recife: Oficinas graphicas da Associação da boa imprensa, 1931, p. 11.

¹⁵⁷ ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. Disponível em:

<<http://www.arquidioceseolindarecife.org.br/arcebs3.htm>>. Acesso em: 15 março 2009.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ MORAES JUNIOR, Antonio de Almeida, Dom. **Carta Pastoral de saudação à Arquidiocese de Olinda e Recife**. 1952, p. 28.

essa razão que, possivelmente, em nosso entender, condenou o capitalismo e o comunismo.

Tendo, porém, requerido à Santa Sé sua transferência, o Papa João XXIII o transferiu para a recém-criada arquidiocese de Niterói, onde foi seu 1º arcebispo, o que se deu em 23 de abril, tendo tomado posse em 21 de agosto de 1960¹⁶⁰.

Com a transferência de Dom Antônio de Almeida Moraes Junior da arquidiocese de Olinda e Recife, teve início um tipo de atuação mais aberta, mas flexível, progressista, o que só veio a corroborar com a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu sobre a concepção de *subcampos religiosos*. Sob essa ótica, buscamos respeitar a administração de três bispos, Dom Carlos Coelho, Dom Helder Camara e, seu bispo auxiliar, Dom José Lamartine. A partir de suas ações e atitudes, pretendemos compreender e avaliar, o comportamento pastoral dessa diocese diante dos desafios postos no espaço temporal proposto.

Começamos por Dom Carlos Coelho, paraibano da cidade de João Pessoa, nascido em 1907. Diante do histórico da administração dos arcebispos anteriores a Dom Carlos, podemos inferir que seu arcebispado foi de transição, por ter substituído Dom Antônio de Almeida Moraes Junior¹⁶¹ e, como seu sucessor, Dom Helder Pessoa Camara, de postura mais liberal. Em nosso julgamento, estes bispos constituíam *subcampos* distintos na composição do *campo religioso* católico brasileiro à época sobre a qual discorreremos. Entretanto, notificamos que, mesmo revelando faces distintas de uma mesma Igreja, ambos apresentavam também além das controvérsias e tensões, elementos de unidade. Isto é, dentro da estrutura do *campo*, os grupos procuram fazer com que suas ações sejam legitimadas e passem a ser reconhecidas pelos *agentes religiosos* deste *campo*.

Percebemos aqui a heterogeneidade do *campo religioso* católico, marcado por *redes de relações*¹⁶² diversas e também complexas a partir do momento em que já

¹⁶⁰ **ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE.** Disponível em: <<http://www.arquidioceseolindarecife.org.br/arcebs3.htm>>. Acesso em: 15 março 2009.

¹⁶¹ Nasceu em 1907, em Sapucaí-Mirim, Minas Gerais. Estudou no Seminário Diocesano de Taubaté, SP, ordenando-se em 1927. Foi sagrado Bispo de Montes Claros. Com a morte de Dom Miguel de Lima Valverde em 1951, foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife, aí permanecendo até 1960, quando foi transferido para Niterói.

¹⁶² Cf. BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

evidenciamos dois prelados situados em *subcampos religiosos* opostos.

No que se refere ainda a Dom Carlos Coelho, ele concluiu seus estudos no Seminário daquela cidade, ordenou-se em 1930, em João Pessoa. Antes de ser nomeado arcebispo da Província Pernambucana, atuou como vigário em Cajazeiras (PB); em 1948 foi tornado bispo de Nazaré da Mata e em 1954 transferiu-se para Niterói onde permaneceu até a designação para a arquidiocese de Olinda e Recife, em 1960. Nela ficando até seu inesperado falecimento, em Recife, no ano de 1964, enquanto ainda se realizava o Concílio Vaticano II, do qual participara nos dois primeiros períodos.

À época de sua chegada, Pernambuco fervilhava politicamente, coincidindo com a campanha e pleito que elegera Miguel Arraes, o qual tinha tendência política de esquerdista e progressista, representando os interesses da classe camponesa, contingente populacional do meio rural, que reivindicava seus direitos diante da exploração dos latifundiários.

Esse cenário da chegada de Dom Carlos Coelho, encaminha-nos para o quadro da situação sócio-política, cujo germe está no final da década de 50, que se estenderá durante os anos sessenta. Estamos nos referindo às lutas no *campo*, travadas entre os trabalhadores rurais, que faziam parte das Ligas Camponesas. A Igreja, por sua vez, justificava que esse movimento camponês estava impregnado pelos ideais comunistas¹⁶³.

Algumas das características de Dom Carlos Coelho perceberemos em seu sucessor Dom Helder Pessoa Camara: a preocupação com a miséria, marginalização do homem do Nordeste, que para ele era uma “ofensiva à dignidade humana”; combate do avanço comunista para que não se infiltrasse como praga entre os clérigos e leigos¹⁶⁴. Essa postura, em especial de Dom Carlos, contra o comunismo, possivelmente teve a contribuição do processo envolvendo a Revolução Cubana, em 1959, no ano anterior ao início de seu episcopado. Logo, a Igreja Católica brasileira vivenciava o clima de tensão disseminado pelos ideais comunistas no mundo.

Sobre esses comportamentos convergentes dos dois sacerdotes em estudo -

¹⁶³ Sobre o tema, consultar publicações do historiador Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro, da UFPE.

¹⁶⁴ COELHO, Carlos Gouvêa. **Mensagem de Natal**. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife, 1961, p. 02. In: Biblioteca da Cúria Metropolitana.

Dom Carlos Coelho e Dom Helder Camara - vimos que ambos discursaram contra o comunismo. Por exemplo, Dom Carlos, em mensagem de Natal publicada em 1961, afirmou aos seus diocesanos que não via possibilidade de o comunismo “ser aceito por uma consciência cristã. Deplora a violência, [...] o fanatismo, [...] a cassação do direito de dissentir, [...] a eliminação da livre iniciativa, da propriedade privada”¹⁶⁵. Revestido por esses valores, continua Dom Carlos,

Não é possível imaginar-se cristãos comunistas.[...] Não é possível nenhuma colaboração com o comunismo. **Os cristãos sabem que o dilema capitalismo-comunismo é falso**, e propõe uma posição medial que é a vivência do Evangelho, a prática da doutrina da Igreja que consagra uma ordem social justa e humana, que não se define em termos negativos e condenatório [...] ¹⁶⁶. (Grifo nosso).

Vimos que o discurso de Dom Carlos Coelho objetivava reafirmar que o poder da Igreja sobressaía a qualquer ameaça externa, o que em nosso entendimento, não deixa de ser uma *estratégia* de um *agente religioso*, no caso em foco, o arcebispo, reconhecido especialista na produção do *capital simbólico*, o qual necessariamente, precisava ser mantido. Para tanto, as intervenções públicas da Igreja Católica devem seguir a orientação de afastar as ameaças sobre o poder dessa mesma instituição.

Um outro aspecto que marca a mesma linha de ação entre Dom Carlos e Dom Helder diz respeito à aversão ao paternalismo em suas práticas pastorais. Nesse sentido, Dom Carlos defendia que

a nossa geração tem o dever de ajudar **a promoção das classes trabalhadoras** e, sobretudo rurais. **Não é de certo, com paternalismo que essa promoção se fará.** E sim oferecendo aos trabalhadores os meios de eles próprios sentindo-se responsáveis e adultos através do processo de educação de base, realizarem a sua própria incorporação aos bens comuns da civilização¹⁶⁷. (Grifo nosso).

Tanto Dom Carlos quanto Dom Helder procuravam combater o paternalismo em seus discursos, em suas ações. Mais uma vez, em nosso olhar, esse tipo de

¹⁶⁵ COELHO, Carlos Gouvêa. **Mensagem de Natal**. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife, 1961, p. 02. In: Biblioteca da Cúria Metropolitana.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 02.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 06.

argumentação condenatória por mais que pareça legítima para os *agentes* em estudo, mais pareceu uma “estratégia de investimento simbólico” com o intuito de “aumentar e conservar o capital de reconhecimento” da instituição religiosa enquanto tal¹⁶⁸. Em nossa concepção, percebe-se que, enquanto o paternalismo é condenado, sobressaem, em contrapartida, as ações sociais da Igreja direcionadas à promoção social, a qual é legitimada por algumas Encíclicas Papais.

Diante do que constatamos com as investigações, sua administração foi tranquila, por isso, de transição. Tranquila no propósito de que suas práticas, seus discursos em público, não provocou nenhuma polêmica. Foi lembrado, entre outras razões, segundo os Boletins arquidiocesanos de Olinda e Recife, por alguns feitos, resultado do desenrolar do Vaticano II. Por exemplo, foi responsável pela criação de novas dioceses, prática continuada por Dom Helder e seu bispo auxiliar, Dom José Lamartine.

Entre as novas dioceses destacam-se: a re-ereção da diocese de Floresta e a ereção de Afogados da Ingazeira, ambas no Sertão e, na Zona da Mata, a diocese de Palmares. De acordo com Severino Vicente esta fora “resposta da Igreja à crescente influência dos partidos esquerdistas nessas regiões, notadamente em Palmares, que possuía o maior sindicato rural do Estado”¹⁶⁹.

Outra contribuição do episcopado de Dom Carlos foi a construção do Seminário Regional do Nordeste, em Camaragibe, cidade localizada na Região Metropolitana de Recife. Empreendimento que não foi fácil realizar, pois uma série de problemas foram impostos ao recebimento da Verba conforme afirmou Newton Cabral¹⁷⁰. Dom Carlos ainda pensou em recusar o financiamento desse projeto, bancado pela Conferência dos Bispos dos Estados Unidos, em nome da CAL¹⁷¹. A construção do Seminário foi continuada e inaugurada por Dom Helder Camara, em

¹⁶⁸ BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 70.

¹⁶⁹ SILVA, Severino Vicente de. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 126.

¹⁷⁰ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** Histórias e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

¹⁷¹ Comissão para América Latina, CAL, órgão financiador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

maio de 1965¹⁷² visto que o falecimento inesperado de Dom Carlos o impediu de concluí-la.

O Boletim Eclesiástico de 1964 notifica seu falecimento como,

Espetáculo de solidariedade cristão e 'de espírito de família' deram todos àqueles que passaram a encher as dependências do Hospital do Centenário, sobretudo a partir da manhã do dia [leia-se 7 de março de 1964], até a missa de corpo presente [...]: sacerdotes do clero secular e regular, seminaristas, religiosas, católicos e não católicos, de todas as classes sociais. Todos num só coração, numa alma só, sofriam como se o enfermo fora alguém de suas famílias e esperavam dos céus um milagre. Isso era o melhor testemunho do que Dom Carlos Gouvêa Coelho fizera IN CARITATE CHRISTI, cheio de prudência e discrição em três anos, seis meses e quinze dias no pastoreio da Igreja Olindense!¹⁷³

A partir dessa mensagem arquidiocesana percebemos o *carisma*, “um dom puro e simplesmente vinculado ao objeto ou à pessoa que por natureza o possui e que por nada pode ser adquirido”¹⁷⁴ atribuído à pessoa de Dom Carlos Coelho, porque apesar do relativo pouco tempo de sua administração, suas realizações foram valorizadas pelos seus diocesanos.

Diante da vacância da diocese, em pleno Concílio Vaticano II, Dom Helder Pessoa Camara foi eleito, o que, ao nosso ver, alargou o progressismo instalado por Dom Carlos Coelho.

A eleição de Helder Camara para a arquidiocese de Olinda e Recife que, segundo o Jornal do Commercio não se tratou de uma simples designação, “foi escolha pessoal do Papa Paulo VI”¹⁷⁵ [concordamos que não fora diferente pelas circunstâncias de sua nomeação] não foi tão simples como notificamos em Comunicado da Cúria Metropolitana do Boletim Eclesiástico de 1964 ao declarar que:

¹⁷² SILVA, Severino Vicente de. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

¹⁷³ ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. **Boletim Eclesiástico** [Órgão oficial da arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Sem data. n. 1 e 3, 20 de março 1964, p. 02. In Biblioteca da Cúria Metropolitana.

¹⁷⁴ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 280. v. 1.

¹⁷⁵ **SEJA BEM VINDO AO RECIFE DOM HELDER CAMARA**. Jornal do Commercio, Recife, 12 abr. 1964.

O Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Vigário Capitular, Dom José Lamartine Soares, comunica ao Reverendíssimo Cabido Metropolitano" assim como às demais autoridades civis, militares e religiosas, 'que segundo comunicação recebida [...] do Núncio Armando Lombardi, o SANTO PADRE PAULO VI, se dignou nomear sua Excelência Reverendíssima, Dom Helder Pessoa Camara, Arcebispo dessa Diocese Metropolitana de Olinda e Recife, em substituição do saudoso Dom Carlos Coelho¹⁷⁶.

Ao afirmarmos a complexidade da designação da Sé Romana para nomear o novo arcebispo, referimo-nos às articulações ocorridas no *campo religioso católico*, travadas antes mesmo da morte de Dom Carlos Coelho.

Segundo Piletti e Praxedes, Dom Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, de quem Dom Helder foi bispo auxiliar, considerava que este priorizava atuação política e social no combate às injustiças em detrimento do embate contra o comunismo ateu¹⁷⁷. Essa situação foi o auge do desgaste de uma relação, supostamente amistosa que, por conta de divergências de posturas político-religiosas, desembocaram no pedido de Dom Jaime de Barros Câmara ao solicitar a transferência do seu Auxiliar do Rio junto ao Núncio. Primeiramente, pensava-se em enviá-lo à Sede Metropolitana de Salvador, mas para evitar problemas, preferiu-se nomeá-lo à de São Luís do Maranhão, arquidiocese pouco significativa, "longe do centro político do país"¹⁷⁸. Piletti e Praxedes nos permitem visualizar a articulação e o acaso do destino que favoreceram a transferência de Dom Helder Camara:

No sábado, 7 [leia-se de março], às 13 horas, finalmente saiu sua designação oficial para São Luís. Mas às 16h30 o núncio Dom Armando Lombardi telegrafou avisando-o do falecimento inesperado do ainda jovem Dom Carlos Coelho, Arcebispo de Olinda e Recife, em virtude de um choque anafilático provocado por erro médico. Imediatamente, Dom Armando passou a articular junto ao Papa a transferência de Dom Helder de São Luís para Recife. Em respeito à memória do prelado falecido, a nova

¹⁷⁶ ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. **Boletim Eclesiástico** [Órgão oficial da arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Sem ano. n. 1 e 3, 20 de março 1964, p. 04. In Biblioteca da Cúria Metropolitana.

¹⁷⁷ PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 288.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 291.

nomeação saiu só na quinta-feira, 12 de março¹⁷⁹.

Essas informações em torno da nomeação de Dom Helder Camara para São Luís não aparece nos jornais do período de nossa pesquisa. O que constatamos foi o alvoroço criado pela nomeação de Helder para a Sede Metropolitana de Olinda e Recife. Jornais como *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Diário da Manhã*, *Folha de São Paulo*, todos, numa só voz, veicularam positivamente sua designação, anunciada pela Cúria Metropolitana aos seus diocesanos de Olinda e Recife, a 14 de março de 1964.

No *jornal do Commercio*¹⁸⁰, relatando sua posse, a 11 de abril de 1964, constatamos o teor caloroso da recepção de autoridades do meio político, entre eles o senador Juscelino Kubitschek, o governador de Pernambuco Paulo Guerra, o prefeito do Recife Augusto Lucena, como também de outros representantes militares e religiosos. A partir do que, podemos inferir que, a figura do arcebispo despertava o interesse não apenas dos religiosos, como também do meio político. O que demonstra um personagem articulador, político e religiosamente falando.

Articulador uma vez que, ao longo de sua vida religiosa conseguiu inserir-se e atuar em vários *campos*, não se restringindo apenas ao *campo religioso*. Por isso, talvez, explique-se a reação da arquidiocese de Olinda e Recife, que parecia estar em festa com sua chegada notificando que “uma grande multidão o recebeu jubilosamente”, inclusive um cortejo de automóveis foi organizado rumo ao centro da cidade¹⁸¹.

Não foi possível precisar a magnitude desse sentimento caloroso, até porque, estamos abordando uma personagem que foi aclamada, como também, de certo modo, perseguida, visto que nos *campos social*¹⁸² e *religioso* pernambucanos

¹⁷⁹ PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara**: Entre o Poder e a Profecia. São Paulo: Ática, 1997, p. 292.

¹⁸⁰ [POSSE DE DOM HELDER CAMARA]. In: JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 12 ab. 1964.

¹⁸¹ ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. **Boletim Eclesiástico** [Órgão oficial da arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Sem ano. n. 4, 20 de abril 1964, p. 01. In: Biblioteca da Cúria Metropolitana.

¹⁸² Conforme Bourdieu é “um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, (...) segundo o volume do capital que possuem e da posição desse capital”. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 135.

havia os intelectuais e religiosos que divergiam das ideias e práticas de Dom Helder, o que veio a se externar poucos anos depois de sua posse, mais claramente depois de suas ostensivas denúncias contra a opressão do Regime Militar brasileiro contra civis e religiosos¹⁸³.

Um aspecto muito destacado no discurso de posse do arcebispo, em plena Ditadura Militar, referia-se ao Nordeste, à miséria, ao combate à injustiça social, ao diálogo entre os homens, independente de credo, raça e religião. Mas qual seria o objetivo de seu discurso num estado de Regime Militar apenas deflagrado? Negociação, convivência, articulação? A luta entre os *subcampos sociais* estava aflorada, mas Dom Helder pareceu não entender, à época, quando proferiu o discurso, a densidade e gravidade daquele processo histórico em andamento, ao reconhecer tardiamente, em 78: “Nós achávamos que era nossa missão ajudar a prestigiar a autoridade e a salvar a chamada ordem social. [...] E nem percebíamos que aquela aproximação tão grande com os poderosos, com os governantes, implicava em **convivência com essas injustiças**”¹⁸⁴. (Grifo nosso)

A questão é que, seu discurso foi bem recebido por alguns grupos, mas rejeitado, ao nosso ver, implicitamente, por outros. Não poderia ser diferente devido aos conflitos de interesses em cada um dos vários *campos*¹⁸⁵: no *campo militar*, no *campo intelectual*, *campo social* e *campo religioso*.

Suas palavras podem ter representado uma postura *estratégica*, quando, ao afirmar que dialogaria com a “esquerda e à direita”, mostrou-se aberto a todos os estratos sociais. Por outro lado, dizemos *estratégica* porque o arcebispo acabara de chegar numa região, para ele, política e eclesialmente pouco conhecida. Talvez tenha sido uma maneira de criar e manter diálogo com os diferentes *campos*.

Os jornais mencionados muitas vezes exaltavam suas iniciativas no setor social, como, por exemplo, a implantação, no Rio de Janeiro, da *Cruzada São*

¹⁸³ Para aprofundar sobre o Regime Militar no Brasil ver: CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e Repressão**: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Recife: editora Universitária UFPE, 2007. (Coleção teses e dissertações, n. 7).

¹⁸⁴ FONSECA, Múcio Borges da. “**Dom Helder, o Arcebispo proibido**”. In: Revista Status, n. 45, abr. 1978, p. 07.

¹⁸⁵ São os espaços em que as redes e relações sociais constituem uma área de atuação específica de determinado grupo, gerando lucro social – campo intelectual, campo religioso, campo da política formal, entre tantos outros campos, que podem ainda dar origem a subcampos, divisões internas dos campos. Cf. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, 2003, p. 144.

*Sebastião*¹⁸⁶ e do *Banco da Providência*. Essas e outras atitudes de Dom Helder, direcionadas à promoção social, permite-nos pensar seu comportamento a partir da perspectiva teórica de Max Weber ao afirmar que:

Certas tarefas são atribuídas a todo indivíduo e grupo segundo seu carisma pessoal e posição social e econômica, determinadas pelo destino. Em geral essas tarefas estão a serviço da realização de uma condição que, **apesar de sua natureza de concessão, é agradável a Deus. Essa mesma condição é interpretada como sendo, ao mesmo tempo, utilitária, social e providencial**¹⁸⁷. (Grifo nosso).

Em nosso entender, a reflexão acima permite-nos enquadrá-la no *trabalho religioso* realizado por Dom Helder. Segundo Pierre Bourdieu, existe “trabalho religioso quando seres humanos produzem e objetivam práticas ou discursos revestidos de sagrado, e assim atendem a uma necessidade de expressão de um grupo ou classe social”¹⁸⁸. Sob essa visão, entendemos que as práticas, ação e participação de Dom Helder, em várias entidades religiosas, como também fora delas, foram legitimadas pelo teor sagrado que tais práticas representavam. Assim, por mais que tenha recebido severas críticas por suas intervenções no *campo* social e no político informal, seu trabalho era identificado pelo *campo religioso* arquidiocesano por ser “utilitário, social”, mas sobretudo, “providencial”.

Apesar dessa *legitimação*, as críticas sobre o arcebispo foram inúmeras e constantes, por razões diversas. Uma delas, segundo a maioria das leituras¹⁸⁹, devia-se à sua defesa às reformas de base, propostas pelo populista João Goulart – Jango - que

¹⁸⁶ Cruzada São Sebastião: Projeto habitacional de construção de apartamentos e urbanização em área de favela situada na Praia do Pinto, zona sul do Rio. Oficialmente foi lançado a 29 de outubro de 1955, encabeçado por Dom Helder com apoio de autoridades civis e leigos da Ação Católica. Projeto piloto foi realizado, mas alvo de muitas críticas, principalmente do governador do Rio, Carlos Lacerda, um dos principais opositores, para o qual a situação das favelas eram insolucionáveis enquanto não houvesse reforma agrária. Mais tarde Dom Helder reconhece que o projeto não era além do que *ação social* paliativa. Banco da Providência: Entidade filantrópica criada por Dom Helder após a iniciativa da Cruzada São Sebastião, que arrecadava donativos e recursos para serem utilizados na manutenção de entidades menores e na ajuda de pessoas necessitadas em situação de risco. Cf. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997, p. 250-251.

¹⁸⁷ WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982, p. 387.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. “A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu”. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). *Sociologia da Religião: Enfoques teóricos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 182.

¹⁸⁹ Por exemplo: BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964)**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000.

pretendia promover mudanças estruturais no país para que, dessa forma, atingisse o desenvolvimento social e econômico. Vale salientar que, essas reformas seriam rigorosamente respaldadas na “lei e dentro da constituição”¹⁹⁰.

Conforme Piletti e Praxedes, Dom Helder defendeu essas alterações, principalmente a agrária, porém com um adendo: sem indenizações aos proprietários, atitude que, entre outras razões, mexeu com as categorias sociais, políticas e militares conservadoras.

No jornal *Diário da Noite*, de 1963, Dom Helder, durante visita ao Recife, reafirmou sua postura em defesa de tais reformas por acreditar que elas representavam solução para os problemas do Nordeste, embora considerasse algumas falhas do Plano Trienal do presidente Jango.

Revelou que muito lhe entusiasmava o fato de o Brasil já possuir um plano trienal e que não conhece as reformas planejadas [...] por Goulart, mas o fato de elas estarem em caminho representa algo de novo na administração brasileira. Disse também Dom Helder estar confiante e feliz, por estar o presidente [...] por fazer as reformas de base¹⁹¹.

Piletti e Praxedes confirmam que este apoio ao presidente justificava-se por crer na viabilidade de tais reformas para resolver o problema da miséria brasileira, o que, reafirma sua articulação e *estratégia* no meio político. Ampliando seu *trabalho religioso* para além dos limites religiosos, mas justificado por associar este trabalho à promoção da *ação social*.

Em se tratando de *ação social*, esse foi um dos pontos altos da administração arquidiocesana de Dom Helder, durante seus quase vinte anos de episcopado, aspecto esse concordado por várias obras analisadas sobre o arcebispo, a exemplo dos já examinados Nelson Piletti e Praxedes, como também José de Broucker¹⁹², os quais exaltam a implementação de atividades voltadas à promoção

¹⁹⁰ GOULART, João. Discurso proferido no Automóvel Clube do Brasil (30 mar. 1964), p. 209 apud GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

¹⁹¹ **DOM HELDER CONFIANTE NA EXECUÇÃO DE TODAS AS REFORMAS DE BASE**. *Diário da noite*, Recife, 01 mar. 1963.

¹⁹² BROUCKER, José de. **As noites de um profeta: Dom Helder Câmara no Vaticano II**. Leitura das circulares conciliares de Dom Helder Câmara (1962-1965). Tradução de Alcides Tedesco. São Paulo: Paulus, 2008.

social e entre elas destacaram a Operação Esperança¹⁹³.

O curioso é que, em várias literaturas escritas em torno do arcebispo, na maioria das vezes, não percebemos nenhuma breve alusão a quem estava por trás desta destacada administração, que na verdade, pelas nossas leituras, foi o alicerce do arcebispado em estudo. O sacerdote em questão, nascido em uma pequena cidade do agreste do estado pernambucano, Bezerras, foi Dom José Lamartine¹⁹⁴.

Pelo que evidenciamos, entre ambos existiam diferenças significativas apesar de, em nossa concepção, pertencerem ao mesmo *habitus*, isto é, no dizer de Pierre Bourdieu, um

sistema de disposições para a prática, [como] um fundamento objetivo de condutas regulares, logo da regularidade das condutas e, se é possível prever as práticas (...), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias¹⁹⁵.

Isto é, o modo de pensar, de agir de ambos foi compartilhado. Por outro lado, Dom Helder era midiático¹⁹⁶, homem público, de articulação nacional e internacional. Já seu bispo auxiliar, conforme denominou Francisco de Alencar¹⁹⁷, era o *pastor do silêncio*, igualmente popular, mas em universo menor. Mas foram, em nosso entender, dotados de *carisma*. Sem falar que eram considerados “santos” não só pelos fiéis, mas inclusive por autoridades eclesiásticas, como foi o caso de Dom Evaldo Gonçalves

¹⁹³ Organização criada pelo arcebispo para atender as vítimas das enchentes recifenses. Foi lançada em julho de 1965. Segundo a idéia de Helder, a Operação Esperança foi criada para inicialmente resolver problemas emergenciais de saúde e moradia. O segundo passo, seria dar suporte técnico na realização de projetos para formação de mão-de-obra, de modo a incentivar a auto-organização de comunidades. PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁹⁴ Nascido a 27 de fevereiro de 1927; em 1946 foi admitido no Colégio Pio Brasileiro, em Roma, ordenando-se quatro anos depois, também em Roma, na Basílica São João de Latrão. Retorna ao Brasil logo em seguida, iniciando seu Ministério Sacerdotal na arquidiocese de Olinda e Recife.

¹⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. 1. reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 98.

¹⁹⁶ Estamos nos referindo à concepção atribuída ao termo *midático* pelo Prof. Dr. Péricles Andrade Jr. ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes de. **Um artista de fé: Pe. Marcelo Rossi e o catolicismo brasileiro contemporâneo**. Tese [Doutorado em Sociologia]. Recife, UFPE, 2006. Para ele o cumprimento da Evangelização através da vida litúrgica pode ser auxiliado pelo uso correto dos meios de comunicação social. Em nosso entender, não podemos negar que Dom Helder soube utilizar da melhor forma possível tais meios, tanto local, nacional e internacionalmente.

¹⁹⁷ ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994.

Amaral, nomeado arcebispo sucessor de Dom Lamartine em Maceió¹⁹⁸. Conforme Alencar, Dom Evaldo Amaral,

referiu-se a ele [Dom Lamartine] como um bispo santo. Outros igualmente, pensam assim. Santo, provado ao longo da vida, na humildade, no espírito de renúncia, na disponibilidade sem trégua para com o próximo, fazendo de sua inteligência e grande senso administrativo instrumentos das ações de propagação do cristianismo¹⁹⁹.

Essa visão faz-no perceber que, ao longo da história da Igreja Católica, o *campo religioso* sempre tem produzido a imagem do padre-santo, confundida com a do homem-padre, simplesmente, por realizarem atividades visando à promoção social a partir do viés católico, confundindo *trabalho religioso* com prática salvacionista.

Com essa analogia entre os dois prelados, constatamos que ambos se complementavam. Para que a administração tivesse êxito foi preciso eficiência, organização e dinamismo, incorporados por Dom Lamartine, do ponto de vista administrativo e burocrático, tornando-se em uma “das vozes de comando superior da arquidiocese”. Era a Dom Lamartine a quem os sacerdotes procuravam quando recorriam ao Giriquiti, sede administrativa do arcebispado de Olinda e Recife, em busca de solução para problemas pessoais ou paroquiais, pois mesmo que procurassem Dom Helder, era Dom Lamartine que os atendia²⁰⁰.

Segundo Alencar, após a chegada de Dom Helder, Dom Lamartine, o qual também foi bispo auxiliar do arcebispo antecessor, passou a exercer suas funções ministeriais atuando diretamente com laicato, principalmente na perspectiva educativa, o que se justifica pela experiência na JEC - Juventude Estudantil Católica - integrante do progressismo-esquerdista da Igreja brasileira. Pastorais especializadas como a JEC foram importantes para o dinamismo na Igreja. Antes da formação dessas pastorais os conselhos se resumiam à paróquia, a grupos limitados.

Sob a direção de Dom Lamartine, a JEC alcançou novo impulso, primeiro

¹⁹⁸ Segundo Francisco Alencar, após Dom Helder tornar-se arcebispo Emérito de Olinda e Recife, Dom Lamartine foi nomeado arcebispo de Maceió, em 1985, mas não assumiu, falecendo no mesmo ano, a 18 de agosto.

¹⁹⁹ ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 24.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 15.

porque era seu assistente, depois foi também seu conselheiro espiritual. Dela afastou-se após a chegada de Dom Helder.

A JEC foi um seguimento da Ação Católica, AC, criada pela *Encíclica Ubi Arcano Dei*, de Pio XI, em 23 de dezembro de 1922²⁰¹, que atesta:

Os homens, as classes sociais, os povos, não têm reencontrado a verdadeira paz depois da tremenda guerra, e por isso ainda não gozam daquela operosa e fecunda tranqüilidade na ordem que é o suspiro e necessidade de todos: eis a triste verdade que em todas as partes apresentam-se. Reconhecer a realidade e gravidade de tantos males e indagar suas causas é a primeira coisa e mais importante a fazer por quem, como nós, queira com fruto estudar e aplicar os meios para combater o mesmo mal, eficazmente. É esta a obrigação que a consciência do apostólico ofício nos faz sentir imperioso e que nos propõe manter, seja agora com esta primeira Carta Encíclica. [...] Enfim, aquele complexo de iniciativas, de instituições e de obras apresentadas sob o nome de 'Ação Católica' a nós tanto querida, sobre a qual já temos dirigido solícitos cuidados²⁰².

Esta *Encíclica*, como vemos, autorizava o funcionamento de entidade leiga no interior da Igreja católica. Mas o que foi constatado por Francisco Alencar é que além de aprovar e normalizar a Ação Católica, a Sé Romana estava implantando mudanças nos meios de evangelização até então praticados. A AC foi fundamental no sentido teológico, sobretudo, por vários fatores. Primeiro porque aproximou leigos dos padres; segundo fez brotar senso de colegialidade, possibilitando articulação com as várias hierarquias²⁰³, o que não significa que não tenha enfrentado resistência, inclusive da Igreja. Por mais que tenha dinamizado a vida do catolicismo brasileiro, não se pode

²⁰¹ Na obra de Francisco Alencar o ano está equivocado ao grafar-se 1923. ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine**: o pastor do silêncio. São Paulo: Paulinas, 1994.

²⁰² “Gli uomini, le classi sociali, i popoli, non hanno ancora ritrovato la vera pace dopo la tremenda guerra, e perciò ancora non godono di quell'operosa e feconda tranquillità nell'ordine che è il sospiro ed il bisogno di tutti: ecco la triste verità che da tutte le parti si presenta. Riconoscere la realtà e la gravità di tanto male ed indagarne le cause è la prima cosa e più necessaria a farsi da chi, come Noi, voglia con frutto studiare ed applicare i mezzi per combattere il male stesso efficacemente. È questo l'obbligo che la coscienza dell'apostolico officio Ci fa sentire imperioso e che Ci proponiamo di adempiere, sia ora con questa prima lettera enciclica. [...] Infine quel complesso di iniziative, di istituzioni e di opere presentate sotto il nome di «Azione Cattolica», a Noi tanto cara, e a cui abbiamo già rivolto sollecite cure”. PAPA PIO XI. **Enciclia Ubi Arcano Dei**. Sobre a Questão Romana. 23 dez. 1922. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio_it.html>. Acesso em: 08 jul. 2008.

²⁰³ ALENCAR, Op. cit., p. 31.

esquecer que era um movimento leigo, portanto, trazia em si restrições em termos de atuação. É o que podemos confirmar textualmente:

sendo a Ação Católica em geral a cooperação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, **é natural que deve estar subordinada à sagrada hierarquia** e abster-se de política partidária. Ele deve ser praticada, defendida e promovida para o bem da Igreja, e por isso mesmo, de acordo com os princípios gerais e básicos ditados pela Santa Sé²⁰⁴. (Grifo nosso).

No Brasil, AC teve como um de seus dirigentes Dom Helder Camara. Segundo atesta Marina Bandeira, à época, ainda Monsenhor, “deixa o Ministério da Educação, onde permanecia como funcionário, para se dedicar em tempo integral à ACB”²⁰⁵, tornando-se seu Secretário Nacional.

Ao discutirmos a postura de Dom Helder Camara, administrando uma instituição, estritamente subordinada à ordem da Sé Romana, pensamos que, mesmo considerado um dos mais liberais sacerdotes da Igreja Católica brasileira, transitou por vários *subcampos religiosos*, de acordo com as circunstâncias.

No estudo que fizemos da administração conjunta de Dom Helder e Dom Lamartine, nossas pesquisas confirmaram a unidade do pensar, do agir, de ambos sacerdotes, sugerindo-nos que, ambos se reconheciam como *agentes* do mesmo *habitus*. Segundo seus respectivos biógrafos, ambos implementaram importantes feitos, nessa perspectiva a participação de Dom Lamartine foi decisiva no sentido de que incentivou, através de sua atuação, “a abertura para o exercício de uma gestão participativa”, fugindo do sistema vertical de administração da Igreja, priorizando a colegialidade²⁰⁶.

Segundo Alencar, foi um episcopado que instituiu estruturas e procedimentos pedagógicos das mais variadas linhas de ação pastoral, que ampliava a participação de vários movimentos, associações. Entre eles destacou-se o Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos, criado por Dom Helder em 1969, que animou a

²⁰⁴ CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL. NOVA EDIÇÃO DA PASTORAL COLETIVA DE 1915. Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e as recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. (Constituições Eclesiásticas do Brasil), 1915, p. 332.

²⁰⁵ BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964)**. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000, p. 287.

²⁰⁶ ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 107.

estrutura da Ação Católica, mas dela diferia por vários aspectos. Isto é, era mais espontâneo, voltado para o popular e mais pontual no combate aos problemas prioritários da população com base em pesquisas prévias realizadas na própria Sede Metropolitana²⁰⁷. Esse movimento foi precursor das Comunidades Eclesiais de Base, a partir das quais os Planos de Pastorais foram implementados.

Na visão do padre Reginaldo Veloso, do ponto de vista prático o Encontro de Irmãos foi mais uma *ação social* que envolveu centenas de pessoas, obtendo resultados concretos em termos de benefícios à população recifense²⁰⁸. Nesse sentido, o conceito de *ação social*²⁰⁹, de Max Weber, ajuda-nos a pensar que o movimento orienta-se pelo comportamento de outros indivíduos, pessoas, sejam conhecidas ou completamente desconhecidas.

A apresentação de Max Weber acerca da *ação social* serviu para compreendêmos que, o *trabalho religioso* implementado pelo arcebispo Dom Helder e seu Auxiliar, Dom Lamartine no *campo religioso* arquidiocesano, não poderia ser outra coisa, senão *ação social*, uma vez que, o intuito de expandir a evangelização cristã aliada à promoção social da comunidade religiosa envolveu uma multiplicidade de *agentes* religiosos e não religiosos.

²⁰⁷ ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine: o pastor do silêncio**. São Paulo: Paulinas, 1994.

²⁰⁸ Padre Reginaldo Veloso, em entrevista, confirma tais informações sobre o Encontro de Irmãos, que foi criado em 1969 quando o PPC estava em fase de execução.

²⁰⁹ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

2.2 - Planejamento pastoral na Igreja brasileira: Da Pastoral Coletiva do Episcopado brasileiro (1890) ao Plano Pastoral de Conjunto (1965-1970)

2.2.1 - O começo inesperado de Pastorais no Brasil

O que vimos retratando até o momento, permite-nos pensar, sem a pretensão de ser esgotável, a situação da Igreja Católica brasileira num cenário de mudanças que, na busca de adaptação e enfrentamento dos desafios a ela interpostos, traçou *estratégias* diferenciadas de acordo com as circunstâncias.

Entre as principais *estratégias* encontram-se o elaborar e aplicar dos Planos Pastorais, Cartas Coletivas e de documentos papais, que em nosso entender, configuram mecanismos, ora de defesa da Igreja face aos acontecimentos históricos, ora de tentativa de adaptação às inovações modernas.

Para entendermos o que hoje conhecemos por **Plano Pastoral de Conjunto**, **PPC**, foi necessário refazermos o trajeto percorrido pela Igreja Católica Apostólica Romana no que concerne a algumas Pastorais Coletivas do Episcopado brasileiro anteriores ao **PPC**, como as de 1890 e 1915, por exemplo.

Aqui apresentamos dois momentos distintos do Planejamento Pastoral no Brasil. O primeiro foi inaugurado pela **Carta Pastoral Coletiva de 1890**, a qual originou a **Pastoral de 1915**. Conforme o historiador Carlos Miranda, com a publicação deste documento a Igreja brasileira inaugura um modelo de documento, as cartas pastorais, que oficializa a difusão das palavras de ordem eclesiástica, além de ser um dos resultados de sua política romanizadora²¹⁰.

O segundo momento foi iniciado pouco antes do Vaticano II, com a publicação do **Plano de Emergência**, que diferente dos documentos pastorais da fase anterior, refletiu textual e praticamente, o viés social implementado pelas Encíclicas Papais promulgadas anteriormente. Recordemos da *RN*, que dá início à Doutrina Social, o que segundo Bigo, representou reviravolta da instituição e “indiretamente na

²¹⁰ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Recife, 1988, p. 29-40. Dissertação de Mestrado (em História), UFPE.

história da humanidade”, porque foi a primeira vez que um representante de Deus na terra, o Papa, expõe sua visão sobre os problemas sociais do mundo²¹¹. Idéia essa, em nossa concepção, não convergente no *campo religioso católico*.

A esta *Encíclica*, acrescentam-se outras, com os mesmos objetivos, porém mais ampliadas, como a *Quadragesimo anno*, de Pio XI, a *Mater et Magistra e Pacem in Terris*, de João XXIII e a *Populorum Progressio*, de Paulo VI.

Estas Encíclicas, por mais que pretendessem refletir, entender e encontrar soluções para os problemas sociais, nas entrelinhas, muitas vezes, legitimavam o poder da instituição católica e por tabela, de seus *agentes religiosos*, responsáveis pela manutenção do *capital simbólico* por eles produzidos, e por eles também preservados.

Sobre o Planejamento Pastoral no Brasil, nossa pesquisa bibliográfica aponta o **Plano de Emergência** como sendo precursor desse processo, o que comprovaremos não ser uma defesa consistente.

A Pastoral Coletiva de 1890 foi a primeira elaborada pelo Episcopado brasileiro, a qual visava e clamava, em linhas gerais, à comunidade católica união e discernimento diante dos perigos que rondavam a Igreja que se achava em crise com o Estado, cuja união estava por findar-se. De forma expressiva declarou:

Queremos que a sociedade brasileira toda inteira [...] ame a religião, não se separe da religião. [...] Se nos dirigimos a vós por meio de uma carta coletiva, se nossa palavra reveste tão extraordinária solenidade, é porque desejamos chamar mais fortemente a vossa atenção para a situação atual de nosso país e de tantos outros em relação à religião, situação que nunca foi tão grave e tão pejada de ameaças²¹².

Textualmente, o que se temia com a separação entre Igreja e Estado, era de que os ideais do modernismo, como naturalismo, racionalismo, liberdade etc., impregnassem o povo cristão brasileiro e que a fé no ser Divino fosse banida. “Que será de ti, coitado e querido povo [...]; se além de tudo, te roubam também a fé; e ficar sem Deus. Sem Deus na família, [...] na escola, [...] no governo!”²¹³

²¹¹ BIGO, Pierre. **Doutrina social da Igreja**. Traduzido por equipe de professores da PUC-Rio sob orientação do Pe. Bastos D'Ávila. São Paulo: Loyola, 1969, p. 57-64.

²¹² **PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO**. s/l: 19 mar. de 1890, p. 02-03.

²¹³ Ibidem, p. 04.

Oscar Beozzo, em artigo²¹⁴ já citado, mostrou-nos a importante articulação do então Bispo do Pará, Dom Antonio Macedo, à época de elaboração do decreto de separação entre Igreja e Estado, promulgado a 7 de janeiro de 1890. Devido ao seu prestígio junto ao Ministro Liberal Rui Barbosa, consegue negociar algumas diretrizes do documento, através das quais a Igreja perde alguns privilégios com a separação, mas em contrapartida, ganha liberdade no novo sistema político. Além do que, será este prelado, depois de nomeado arcebispo da Bahia [a qual não assumiu], quem liderará as iniciativas para organizar o Episcopado brasileiro em Concílio Nacional. Foi ele que preparou o ante-projeto e convocou os prelados a se reunirem em meados de agosto em São Paulo, de 1890²¹⁵.

Continua Beozzo que, até o início de 1891, quando veio a falecer, Dom Antonio Macedo trabalhou intensamente, tentando inclusive convencer a Santa Sé sobre a necessidade extrema e urgente de realização do Concílio Plenário Brasileiro. A Sé Romana, à época sob pontificado de Leão XIII, em desacordo adiou o máximo possível a aprovação, sugerindo que os prelados brasileiros discutissem as questões mais urgentes em Conferências, pois naquele momento, decidiu que seria mais coerente um Concílio latino-americano, que ocorrera em Roma, 1899²¹⁶. Portanto, foram obrigados a esperar 40 anos, posto que o Concílio Plenário Brasileiro realizou-se em 1939, coincidindo com o final do pontificado de Pio XI²¹⁷.

Em documento²¹⁸, direcionado ao Episcopado Brasileiro acerca do interesse em realizar um Concílio nacional, a Sé Romana não se apresenta contra ao empreendimento, mas reconhece e orienta que é imprescindível que antes disso, seja feita avaliação de problemáticas a serem consideradas. Entre elas pontua a infiltração da maçonaria entre os leigos, pois em momentos atrás, essa organização trouxe sérios aborrecimentos; a necessidade de criação de novas dioceses; a necessidade de

²¹⁴ BEOZZO, José Oscar. "Planejamento Pastoral na Igreja do Brasil". In: Revista Eclesiástica Brasileira, 1982, p. 466.

²¹⁵ Ibidem, p. 466-467.

²¹⁶ SARANYANA, Josep-Ignasi. **Cem anos de Teologia na América Latina (1899-2001)**. Bogotá; Brasília: Paulinas; Paulus, 2005. (Coleção Quinta Conferência - História).

²¹⁷ SCHERER, Irineu Roque, pe. **Um Concílio Plenário na Igreja do Brasil**. [Pesquisa e dissertação para a Licenciatura]. Pontifícia Universidade Gregoriana. Faculdade da História Eclesiástica. Roma, 1988.

²¹⁸ "L'ISTRUZIONI A MONS. SPOLVERINI INTERNUNZIO APLICO PEL CONCILIO PROVINCIALE DEL BRASILE". In: Archivio della Nunziatura in Brasile. 67, fasc. 323. Archivio Segreto. Città del Vaticano.

ampliar missões viabilizando a evangelização; a orientação em torno da necessidade de difusão de bons livros, posto que se veiculavam livremente obras que em nada contribuíam para os bons costumes que, segundo o mencionado documento, estão em queda e precisam ser revistos.

Após a publicação da Pastoral Coletiva do final do século XIX, a Igreja Católica brasileira promulgou várias outras, com objetivos diversos, mas convergiam em um ponto, ou seja, implicitamente, procurou sublinhar em seus argumentos, o desejo de controle sobre sua instituição, mesmo que sutilmente em alguns momentos.

Das cartas pastorais publicadas no século XX²¹⁹, usamos o critério de selecionar aquelas direcionadas ao nosso foco de pesquisa, isto é, as relacionadas à diocese de Olinda, posto que a arquidiocese de Olinda e Recife apenas transformou-se enquanto tal em 1918. Portanto escolhemos a **Carta Pastoral**, de 1891 e a **Carta Pastoral Coletiva** direcionada ao Episcopado brasileiro, de 1922.

Na Carta de 1891, dos Bispos de Olinda saudando aos seus diocesanos, confirmamos a postura da Igreja de legitimar seu poder no *campo religioso católico*. É o que confirma trecho sobre a obediência incondicional do fiel à Igreja: “A todos é imposta a obrigação de fazerem parte de seu nobilíssimo grêmio, de viverem e morrerem na sua divina comunhão. Ai daqueles que resistirem ao seu amoroso apelo!” Então, aqui percebemos a *legitimação* da ideia de que, fora da Igreja não há salvação. Mas adiante o documento torna-se ainda mais preciso nessa perspectiva:

Quanto a nós, filhos submissos que somos da Igreja Católica, não andamos a flutuar como meninos inconstantes a todo o vento de doutrina, nem nos deixamos levar de incertas e contraditórias opiniões de homens astuciosos, que outra coisa não almejam que nos enredar nas malhas sedutoras dos seus erros. (...). podemos dizê-lo ao mundo em altos brados. **Todos os problemas da ordem intelectual e moral que de perto nos tocam e altamente nos interessam, estão resolvidos: sobre eles projeta a Igreja os clarões esplendidos do seu ensinamento**²²⁰. (Grifo nosso).

Percebemos o quanto a Igreja, durante sua história, pretende ser a detentora

²¹⁹ Após a Carta Pastoral Coletiva pioneira, de 1890, várias outras Cartas Pastorais Coletivas foram publicadas por diferentes dioceses brasileiras, como por exemplo, nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, São Luiz, sobre as quais tivemos acesso durante nossa pesquisa documental.

²²⁰ **CARTA PASTORAL COLETIVA DO BISPO** de Olinda saudando aos seus diocesanos. Rio de Janeiro, 1891, p. 18-20.

de poder, controlando seus fiéis, sua prática. Este cenário pode ser compreendido através do conceito de redução cognitiva, de Peter Berger, pelo qual a instituição tende a um fechamento frente às transformações do mundo. Nesse sentido, a Igreja reafirmava seus dogmas, sua tradição, perante a Modernidade. Além do que, procurava impor aos seus fiéis sua ‘infalibilidade’, reiterando práticas que colocavam-na em *campo* oposto ao que a sociedade vislumbrava²²¹.

Optamos por fazer uma análise cronológica das Pastorais Coletivas por nós escolhidas, por isso focalizaremos a **Pastoral Coletiva de 1915**²²², baseada no Concílio Plenário Brasileiro, de 1939 e no Código de Direito Canônico, de 1917. Apesar de complementar à **Pastoral de 1890**, ela apresenta-se densa, dividida em seis títulos contemplando desde aspectos hierárquicos à fé, sacramentos, culto, disciplina do clero e costumes do povo. Segundo Newton Cabral “foi uma forma de trazer respostas pastorais aos problemas (...) da Igreja e, sobretudo, por ter funcionado de direito e de fato como constituição eclesiástica e guia pastoral da Igreja Católica” brasileira até o início da implantação das reformas conciliares do Vaticano II²²³.

São duas Pastorais. Uma do final do século XIX, a **Pastoral Coletiva de 1890** e outra do início do século XX, a **Pastoral Coletiva de 1915**²²⁴. A diferença entre ambas trata-se apenas da amplitude e densidade textual, principalmente porque a **Pastoral Coletiva de 1915** foi pautada no Código de Direito Canônico, considerada a carta magna da Igreja Católica ocidental.

Seguindo o percurso de regulamentar a ordem no seu *campo religioso*, o Episcopado das Províncias eclesiásticas setentrionais do Brasil, apresentou ao clero e

²²¹ BERGER, Peter L. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

²²² Esta Pastoral foi idealizada e elaborada em 14 anos, isto é, sua primeira idéia escrita apareceu em 1901, ficou finalmente pronta em 1915 em cinco Conferências dos Arcebispos e Bispos das Províncias do Norte e do Brasil Meridional. Com a promulgação do Código e dos resultados do Concílio Plenário Nacional, a Pastoral de 1915 sofreu adaptações. **CONSTITUIÇÕES ECLESIÁSTICAS DO BRASIL. Nova edição da Constituição da Pastoral Coletiva de 1915**. Adaptada ao Código de Direito Canônico; ao Concílio Plenário Brasileiro e às recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas.

²²³ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Manoel da Nóbrega” à Universidade Católica de Pernambuco**: uma trajetória direcionada pela Igreja Romanizada (1943-1956). Recife, 1993, p. 168-169. Dissertação de Mestrado (em História), UFPE.

²²⁴ Esta Pastoral Coletiva foi o principal documento, oficial da Igreja Católica brasileira, que embasou o Esquema do Concílio Plenário Brasileiro [realizado de 1º a 20 de julho de 1939, na cidade de São Sebastião, Rio de Janeiro], o primeiro e único concílio realizado pela Igreja brasileira até o momento. Cf. SCHERER, Irineu Roque, pe. **Um Concílio Plenário na Igreja do Brasil**. [Pesquisa e dissertação para a Licenciatura]. Pontifícia Universidade Gregoriana. Faculdade da História Eclesiástica. Roma, 1988.

fiéis, uma nova **Carta Pastoral Coletiva**, em 1919, por ocasião das festividades à padroeira do Recife, Nossa Senhora do Carmo. Elaborado em consonância com o Código de Direito Canônico, os objetivos na escolha do local e data foram claros:

Reunidos nesta cidade do Recife a fim de assistirmos à cerimônia da solene coroação de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da mesma cidade, tivemos a idéia de aproveitar o ensejo que se nos depara com semelhante festividade, para realizarmos as nossas Conferências Episcopais e podermos assim dirigir-vos a palavra, expondo e explanando alguns pontos da disciplina eclesiástica de que, no atual momento, se torna mais necessário ocuparmo-nos para podermos melhor cumprir os nossos deveres de pastores das almas que nos foram confiadas²²⁵.

A apresentação de uma Carta Pastoral durante uma festividade, onde vários prelados, de várias dioceses estiveram presentes ou representados, pareceu ter sido uma prática *estratégica* para que as palavras ali contidas tivessem maior alcance. Por isso, em nosso entender, reiteramos que, a Igreja está sempre buscando legitimar-se, sobretudo quando se encontra em situação de ameaça.

O documento em si não muda o conteúdo em comparação à **Carta Pastoral Coletiva de 1915**. Pelo contrário. Em nossa leitura, mostrou continuidade. Embora não discuta a separação Igreja-Estado, seu teor é muito enfático ao regulamentar sobre as ações, comportamentos, educação religiosa do clero. E também regula comportamento e ações dos fiéis, estendendo-se a sacramentos e ritos, conforme o fez a **Pastoral Coletiva de 1915**.

Palavras de ordem estão presentes em todo texto confirmando que a disciplina eclesiástica deve ser seguida. Ao final, os redatores do documento ordenam que “esta Carta Pastoral seja lida na parte relativa ao culto divino e às associações, à estada da Missa Conventual, em todas as Matrizes, em Nossos Seminários e nas igrejas e capelas de Religiosos e Congregados, devendo depois ser arquivada na forma de estilo”²²⁶. Isto é, as palavras foram proferidas e a ordem deveria ser seguida para o bem estar do clero e dos fiéis, reafirmando a ideia de que fora da Igreja não há

²²⁵ **CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO DAS PROVÍNCIAS ECLESIÁSTICAS SETENTRIONAIS** do Brasil apresentando ao clero e aos fiéis das mesmas Províncias os trabalhos das Conferências realizadas na cidade do Recife em setembro (de 14 a 19) de 1919. Bahia, 1919, p. 03.

²²⁶ Ibidem, p. 87.

salvação.

O segundo momento de Planejamento Pastoral na Igreja brasileira foi marcado por dois Planos Pastorais mais recentes: o **Plano de Emergência** (1962) e o **Plano de Pastoral de Conjunto** (1965), sobre os quais percebemos a imensa disparidade textual para com as anteriormente avaliadas, do ponto de vista de implementação da *ação social* fora do âmbito eclesiástico. Muito embora estes trouxessem em si regulamentos a serem seguidos também pela comunidade religiosa, neles foram propostos objetivos mais abrangentes.

Os **Planos de Emergência** e o **Pastoral de Conjunto** parecem estar mais direcionados àquela perspectiva de implantação da *ação social* aliados à questão fé, a promover aproximação da Igreja com o homem, com a sociedade. Este fora o caso do **PPC**, que foi tão somente continuidade do **PE**, de modo a atender, do ponto de vista prático, as orientações do Vaticano II na Igreja brasileira.

Ressaltando as convergências entre os documentos pastorais até agora estudados, percebemos que, tanto a **Pastoral de 1890**, como o **Plano de Emergência** foram elaborados às pressas, visando atender a um momento de emergência. O primeiro foi resposta da Igreja ao fim do Padroado; o segundo, propôs-se alertar o mundo católico e impedir o avanço comunista nos países latino-americanos.

No mesmo viés de raciocínio, percebemos as semelhanças estruturais entre a **Pastoral Coletiva de 1915** e o **PPC**, que resultaram de encontros, discussões, reflexões de arcebispos, bispos do catolicismo brasileiro, pertencentes a vários *subcampos*.

É importante notificar uma pequena diferença devido à inexistência da CNBB à época da **Pastoral de 1915**. Durante a elaboração desta, os clérigos envolvidos faziam parte de dois blocos de prelados, os das Províncias do Norte do Brasil e os das Províncias Meridionais, os quais foram responsáveis pela discussão e redação inicial, acatadas pelos segundos. No caso do **PPC** foi concebido a partir de discussões dos vários Regionais da CNBB.

2.2.2 - Movimento por um Mundo Melhor: base para o Plano de Emergência

O Plano de Emergência que, de “acordo com as indicações da Santa Sé, abrange uma parte diretamente pastoral e outra, dependente da primeira, econômico-social, foi aprovado durante a V Assembleia Ordinária da CNBB”²²⁷ como resultado de um processo histórico, solicitado e pensado para salvaguardar o homem cristão da ameaça *vermelha*.

Sua implementação não teria êxito se não fosse a difusão poucos anos antes do *Movimento Por Um Mundo Melhor, M.M.M.* Movimento fundado pelo Padre Riccardo Lombardi, S. J., em 1952, na Itália, que o divulgou no Brasil, extra-oficialmente, pelo interesse demonstrado pelo nosso país e encontrou ressonância na Igreja brasileira, conforme afirma padre Fernandes Queiroga²²⁸. Riccardo Lombardi sintetiza o que seria o *M.M.M.*:

Agora compreendo sempre mais que este é um momento breve de uma história que continuará sem interrupção, depois da minha morte, na construção de uma realidade que se consumirá só ao final dos tempos: a Igreja, o Cristo, perfeição total. A mim cabe um momento e depois dizer: Sou um servo inútil; aquele que ficará depois de mim, assim espero, é Jesus um pouco mais Senhor do mundo. Ele vive em mim um momento de sua vida e depois eu morrerei e ele terá outros nos quais continuará a viver²²⁹. (Grifo nosso).

Parafraseando Laurindo de Araújo, para “convencer e arrastar” o povo para “execução do PE, aproveitou-se o *M.M.M.*, movimento de renovação da Espiritualidade

²²⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Ata da V Assembléia Ordinária. 02 de fevereiro de 1962, p. 04.

²²⁸ QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, Pe. *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB: Comunhão e corresponsabilidade*. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 336.

²²⁹ SERVIZIO DI ANIMAZIONE COMUNITARIA – Movimento Per Un Mondo Migliore. Disponível em: <http://www.4bw.org/component/option,com_frontpage/Itemid,1/>. Acesso em: 13/06/2007. “[...] Ora capisco sempre di più di essere un **momento molto piccolo in una storia che continuerà senza interruzione**, dopo la mia scomparsa, nella costruzione di una realtà **che si consumerà solo allá fine dei tempi**: la Chiesa, il Cristo totale perfetto. A me tocca un momento e poi dire: ‘Sono un servo inutile’; quello Che rimarrà dopo di me, così spero, è Gesù un pó più Signore Del mondo. Egli vive in me un momento della sua vita e poi io scomparirò e Lui avrà altri nei quali continuerà a vivere’ (Diário, settembre 1963)”. (Grifo nosso).

Pastoral”²³⁰.

Do tema, somos impelidos a recorrer ao documento particular de Dom Helder, devido à relevância do conteúdo, que elucida sua percepção sobre o padre Lombardi, correlacionando sua personalidade e atitude no mundo católico com as expectativas da abertura do Concílio:

Vocês sabem que eu o tenho como profeta e mártir do Concílio. Em Curitiba, no Retiro aos Bispos, ele pregou o que Deus nos está permitindo realizar. Mas hoje, mas amanhã viria o Concílio. Quando a Providência nos chamasse, que nenhum de nós parasse diante de temor nenhum. **Teríamos obrigação de pensar alto diante de Deus.** O Espírito Santo estaria conosco. **E ele nos descreveu os alargamentos a empreender. As portas e janelas a escancarar (para que entrasse ar e sol)**²³¹. (Grifo nosso).

Por conta do interesse pelo Brasil, padre Lombardi visitou algumas cidades brasileiras logo após a fundação do Movimento, a exemplo de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. O passo decisivo para implantação do M.M.M.²³² no Brasil ocorreu a partir de sua vinda, em maio de 1960, para pregação do retiro do episcopado à época do VII Congresso Eucarístico Nacional, realizado na cidade de Curitiba²³³.

Buscando entender os princípios que nortearam a construção desse Movimento, percebeu-se que ele “nasce da convicção de que uma Igreja mais presente no mundo e mais fiel ao Evangelho e em permanente renovação é caminho eficaz para construir um mundo melhor, segundo o projeto de Deus”²³⁴, e tem como objetivos básicos:

²³⁰ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 189.

²³¹ CAMARA, Helder, p. 157. In: MARQUES, Luis C. L. **Vaticano II**: Correspondência Conciliar. Circulares à Família do São Joaquim (1962-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE / Instituto Dom Helder Camara, 2004. v. I/1.

²³² Ibidem.

²³³ FARIAS, Damião Duque de (Prof. Dr.). **As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil**: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na arquidiocese de São Paulo. Campus de Dourados/UFMS. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiisimposio/anais/textos/Dami%C3%A3o%20Duque%20de%20Farias.pdf>. Acesso em: 17.06.2007. (Artigo). Neste Artigo vale ressaltar que, possivelmente por engano, há um pequeno equívoco sobre o nome do fundador do M.M.M na Itália que foi o padre jesuíta Riccardo Lombardi, não Armando Lombardi, Núncio apostólico no Brasil de 1954 a 1964.

²³⁴ **CONTACTOS DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL**. Disponível em: http://www.agencia.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp?instituicaoid=6>. Acesso em: 17.06.2006.

- Servir uma imagem sempre renovada da Igreja e da Sociedade;
- Fazer uma leitura permanente dos Sinais dos Tempos para poder servir o tipo de conversão/renovação que Deus pede aqui e agora;
- Criar estratégias que facilitem a mudança/conversão;
- Renovar continuamente a mensagem, os métodos e os instrumentos para servir a mudança desejada propostas de actividades e serviços²³⁵.

Para divulgação do Movimento no Brasil foi fundamental a influente participação do padre Lombardi, que incentivou vários representantes da Igreja a atualizarem-se na Itália em cursos religiosos, realizados no Centro Pio XII por um Mundo Melhor, em Roma. O mesmo ocorreu mais tarde no próprio Brasil, à medida que o movimento foi se expandindo, chegando a tornar-se organismo ligado à CNBB, como atesta o resultado da eleição durante reunião da Comissão Central em junho de 1966²³⁶.

Fernandes Queiroga evidencia que, a implantação dos cursos para sacerdotes, religiosos e leigos em todo o país, previstos pelo Plano de Emergência, favoreceu novo dinamismo apostólico à Igreja do Brasil²³⁷. Segundo o texto do PE: “[...] os cursos [...] para os que irão elaborar as linhas mestras da Pastoral de Conjunto e, posteriormente, para os que irão executá-lo. O clima do Movimento é utilíssimo à visão global e ao esforço planejado. É a chama espiritual, cerne e alma de toda a Pastoral autêntica”²³⁸. Mas, diante de nossas pesquisas podemos constatar que o *campo religioso católico brasileiro* não era assim homogêneo de modo a permitir a implantação de uma Pastoral, sem enfrentar divergências entre os *subcampos religiosos*.

Apesar da dimensão alcançada pelo *Movimento por Um Mundo Melhor*, ainda não possuía estrutura definida, o que foi conseguido paulatinamente:

O movimento não criou uma organização específica articulada à hierarquia e destinada à atuação pastoral. Tratava-se de uma tentativa de reorientação de toda a estrutura de atuação católica,

²³⁵ **CONTACTOS DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL**. Disponível em:

<http://www.agencia.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp?instituicaoid=6>. Acesso em: 17.06.2006.

²³⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata de Reunião da Comissão Central**. Rio de Janeiro, 15 a 17 de junho de 1966, p. 174.

²³⁷ QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, Pe. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB: Comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977.

²³⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Emergência para a igreja do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 94. (Cadernos da CNBB, nº 1 - 1963).

sendo um movimento de propaganda de um catolicismo renovado, tanto no plano prático quanto no plano teórico²³⁹.

Ainda hoje é um movimento em atuação, com representantes religiosos em vários países, cujo princípio tem por base:

Atualizar modos de viver e pensar, modos de ser e sentir, modos de agir e de organizar-se. Elaborar raciocínios lógicos, itinerários, estratégias para inspirar mais e melhor sobre a sorte coletiva. Atualizar modos de ver e pensar, modo de ver e sentir. (...). Discutir a existência de modo que esteja a serviço de pessoas e povos. Habilitar-se a vida como encontro, relação, sintonia, compaixão. Esta é a ação – o sentido, o compromisso, o desafio – em tudo aquilo que fazemos. As expressões e os modos são múltiplos. O mais simples, dialogo informal: uma espécie de 'passa palavra'. Depois, encontros breves: conversas de tema, diálogos entre amigos, sem relatórios e professores. Depois ainda, jornadas de aprofundamento: uma seqüência de pontos de vista, de opiniões em confronto entre participantes para abrir horizontes e suscitar formas de compromissos. Enfim, cursos e seminários de uma ou mais semanas: habilidades mais sistemáticas, para interpretações do mundo, para novas sínteses de vida interior, para novas estratégias de ação e irradiação. Outra expressão é adquirida por artigos, entrevistas, livros. Das visitas aos interlocutores: organismos e associações, que têm uma missão semelhante e complementare²⁴⁰.

O Plano de Emergência foi resultado de uma situação histórica, marcada

²³⁹ FARIAS, Damião Duque de. **As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil**: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na arquidiocese de São Paulo, p. 03. Campus de Dourados/UFMS. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anaais/textos/Dami%C3%A3o%20Duque%20de%20Farias.pdf>. Acesso em: 17.06.2007.

²⁴⁰ "Aggiornare modi de vedere e di pensare, modi essere e di sentire, modi di agire e di organizzarsi. elaborare logiche, itinerari, strategie per influire di più e meglio sulla sorte collettiva. "Aggiornare modi di vedere e di pensare, modi essere e di sentire, modi di agire e di organizzarsi. Elaborare logiche, itinerari, strategie per influire di più e meglio sulla sorte collettiva. discutere l'esistente perchè esso sai a servizio di persone e popoli. Abilitarsi alla vita come incontro, relazione, sintonia, compassione. Questa è l'azione – il senso, il compito, la sfida – in tutto ciò che facciamo. Le espressioni e i modi sono molteplici. il più semplice, dialogo informale: una specie di "passa parola". Poi, incontri brevi: conversazioni a tema, dialoghi tra amici, senza relatori e professori. Dopo ancora, giornate di approfondimento: una sequenza di punti di vista, di opinioni a confronto tra i partecipanti per aprire orizzonti e suscitare forme di impegno. Infine, corsi e seminari di una o più settimane: abilitazioni più sistematiche, per l'interpretazione del mondo, per nuove sintesi di vita interiore, per nuove strategie di azione e irradiazione. Altra espressione è data da articoli, interviste, libri. Da visite ad interlocutori: organismi e associazioni, che hanno una missione simile e complementare". Cf. SERVIZIO DI ANIMAZIONE COMUNITARIA – Movimento Per Um Mondo Migliore. Disponível em: http://www.4bw.org/component/option.com_frontpage/Itemid,1/. Acesso em :13/06/2007.

pelo medo da expansão comunista, do receio da Igreja Católica de perder controle sobre os fiéis católicos e do *capital simbólico*, numa fase em que a instituição católica enfrentava a *crise de plausibilidade* diante da sociedade moderna. Por isso, diante desse processo, coube ao Sumo Pontífice, o Papa João XXIII, agir em nome do *campo religioso católico*, que provavelmente não estava de acordo uniformemente.

Desde 1958, João XXIII solicitou a elaboração e aprovação do Plano de Emergência, que esteve sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, entre os dias 2 e 5 de abril de 1962. “Entre os **documentos emanados** (grifo do autor) da V Assembléia Ordinária da CNBB, vem em primeiro lugar, o **Plano de Emergência** (Grifo do autor). É um documento longo e bastante minucioso em que, partindo de observações preliminares, se enumeraram os objetivos visados pelo Episcopado, as metas a atingir, a forma de proceder”²⁴¹. Mesmo que, textualmente, o Plano de Emergência enumerasse todos os anseios do Episcopado, possivelmente, os objetivos nele propostos não atestavam consenso entre os vários *subcampos* do *campo religioso* em estudo.

É considerada resposta tardia dos bispos do Brasil a uma solicitação de João XXIII, feita ainda em 1958, representando a vontade da Sé Romana. Dizemos isso porque não podemos entender que esse pedido, de magnitude continental, tenha sido reflexo apenas da vontade de uma pessoa, do Papa, mas sim dele e dos sacerdotes que, como ele, partilhavam de um mesmo *habitus*, de uma mesma disposição, embora inconsciente, do modo de pensar, de agir, segundo concepção de Pierre Bourdieu.

A questão é que, dias após a sua eleição, recebendo os dirigentes do Conselho Episcopal Latino Americano, CELAM, por ocasião do encontro de Delegados desta instituição, cobrou deles e das igrejas nacionais latino-americanas uma ação pastoral planejada e eficaz, capaz de dar resposta aos desafios que as populações católicas enfrentavam em um continente subdesenvolvido.

Diante da falta de resposta das Igrejas Católicas nacionais latino-americanas, segundo Piletti e Praxedes²⁴², cada vez mais preocupadas com a possível

²⁴¹ QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, Pe. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB: Comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977, p. 17.

²⁴² PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

expansão do comunismo na América Latina, em função da Revolução Cubana, em 1959, João XXIII voltou ao assunto em 1961, através de uma Carta Apostólica, renovando o pedido para que aquelas mesmas Igrejas elaborassem urgentemente um plano de ação pastoral conjunta.

Nas entrelinhas dessa preocupação, verificamos que a instituição Católica sentia-se ameaçada. Não pretendia tão somente proteger o cristão da ameaça dos ideais comunistas; implicitamente, objetivava proteger a si mesma, enquanto instituição milenar e bastante influente na sociedade brasileira.

Mesmo assim, a única Igreja nacional realmente a enfrentar a questão, a brasileira, tardou por um ano a dar uma resposta concreta à Sé Romana. Conforme já vimos notificando, a Igreja sempre temeu ao tipo de revolução como a Cubana, condenando, sempre que possível, em documentos papais, o comunismo ateu. Recordemos de dois documentos - a *Encíclica Divini Redemptoris*, publicada pelo papa e a **Carta Pastoral**²⁴³ - do Episcopado Brasileiro, ambos publicados em 1937, específicos sobre o tema.

É interessante não perder de vista que o próprio documento da CNBB fez duras críticas à exploração da economia comunista, mas no mesmo nível, o fez ao sistema capitalista, que marginaliza a sociedade, impedindo que nela haja uma distribuição de riqueza igualitária. Isto sugere, em nosso entender que, aqueles que escreveram o documento não estavam restritos a atender apenas reivindicações de João XXIII. Suas intenções e preocupações ultrapassaram o limite de combate à expansão comunista, pretendiam preservar, sobretudo, o poder da Igreja na sociedade brasileira.

A realização do Concílio Vaticano II e respectivo desenrolar, ao nosso ver, propôs duas questões à Igreja Católica brasileira: a primeira diz respeito ao considerável fracasso prático do **Plano de Emergência**. Embora o **PE** tenha sido aprovado em junho de 1962, às vésperas da abertura do Concílio, em outubro do mesmo ano, a continuidade do evento possibilitou abertura de novos horizontes e perspectivas, daí seria necessário repensar o planejamento pastoral.

²⁴³ No supracitado documento o Episcopado brasileiro faz severas críticas ao Comunismo ateu, considerado flagelo presente no Brasil, que precisava ser extirpado. Cf. **CARTA PASTORAL E MANDAMENTO DO EPISCOPADO BRASILEIRO** sobre o Comunismo ateu. Rio de Janeiro, 1937.

Segundo, sem a experiência de uma Pastoral de Conjunto proporcionada pelo **PE**, a Igreja brasileira provavelmente enfrentaria maiores dificuldades para a implantação do Vaticano II.

O PE, do ponto de vista estrutural, consta de duas partes, sintetizando as diretrizes da Igreja brasileira: “uma pastoral com características mais fundamentadas, mais bem elaboradas” enquanto a outra, ligada às questões sociais e econômicas, mas não muito elaborada²⁴⁴. Ao que para Laurindo de Araújo representou incongruência entre o texto e sua aplicação, centrando as atenções em torno da CNBB, priorizando mudanças na estrutura eclesial²⁴⁵.

2.3 - Elaboração e promulgação do Plano de Pastoral de Conjunto

Neste item, estudaremos os elementos históricos que vieram a explicar, em nossa ótica, o processo de elaboração e promulgação do Plano Pastoral de Conjunto pelo Episcopado Brasileiro. Assim, objetivamos compreender os limites, dimensões das *estratégias*, articulações sejam de civis e/ou religiosos envolvidos no complexo processo de aprovação do documento em discussão.

Aqui vale evidenciarmos Sylvana Brandão. Em seu trabalho constatou que, uma vertente da historiografia analisada defendeu “as promulgações das Leis de 6 e 7 de junho de 1755 e, principalmente, com o Diretório dos Índios de 1757”, considerou “o cenário externo e interno em que foi elaborado, levando em conta a ebulição das idéias sociais das Luzes e seus filhos que, freneticamente sopravam na Europa”²⁴⁶. Fazendo analogia dessa argumentação com nosso objeto, entendemos que a elaboração e promulgação do PPC foi resposta do cenário histórico da década de 60, conforme apontou a maior parte da historiografia por nós estudada.

²⁴⁴ ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de filosofia e ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 187.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999, p. 51 [Capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

José Marins²⁴⁷ pontua que, o planejamento não foi tão somente resultado de árduo trabalho, empenho, anseio de apenas uma parcela da sociedade religiosa, mas de toda a Igreja Brasileira, que ele confirma nos idos de 1968 ao discorrer sobre o andamento do Planejamento na Igreja Brasileira.

Quem manuseia, de afogadilho, o massudo volume de capa estriada amarela e branca, com o título '1966-1970. Plano Pastoral de Conjunto' [...] **talvez não atine**, à primeira observação, **quantos passos e quanto trabalho foram penosamente somados** para que surgisse esse roteiro pastoral conciliar, na Igreja, em nossa terra. **Nem se pode dizer quanta gente está por detrás disso**, por aí está, de algum modo, **a Igreja do Brasil inteiro**²⁴⁸. (Grifo nosso).

Concordar com a ideia de que toda Igreja Católica brasileira fez parte da elaboração do PPC contrariaria a nossa defesa de que essa mesma Igreja é um *campo religioso* multifacetado, complexo, em que os *subcampos* assumem posições, ora conciliatórias, ora divergentes, o que reflete, segundo Bourdieu,

as relações de **transação** que se estabelecem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas [entende-se clérigos] e leigos, e as relações de **concorrência** que opõem os diferentes especialistas no interior do *campo religioso*, constituem o princípio da dinâmica do *campo religioso* e também das transformações da ideologia religiosa. (Grifo do autor)²⁴⁹.

Para entendermos o processo de elaboração e promulgação do **Plano Pastoral de Conjunto** torna-se necessário explicitarmos as linhas gerais de sua estrutura organizacional.

O documento é composto de três partes, independentes, mas que se completam. Trata-se respectivamente da introdução geral; diretrizes fundamentais da ação pastoral e plano nacional de atividades da CNBB. Ou seja, não difere muito, estruturalmente, do encontrado no **PE**.

Das três partes, destacaremos a segunda. Nela encontramos as diretrizes

²⁴⁷ Fez parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e do Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM. Além de atuante das Comunidades Eclesiais de Base.

²⁴⁸ MARINS, José, Pe. “**A Quantas anda o Nosso Plano Pastoral de Conjunto?**” In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 28, fasc. 2, jun. 1968, p. 356.

²⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 50. (Coleção estudos, n. 20).

básicas de todo PPC: “a formulação aplicada ao Brasil dos objetivos de ação da Igreja, explícitos pelo Vaticano II e; a tomada de consciência da situação da Igreja no Brasil à luz do Concílio”²⁵⁰ e da realidade do mundo. Diante disso, justifica-se o fato de ter-se baseado nos documentos conciliares, em especial na *Constituição Dogmática Lumen Gentium* [lat. Luz no mundo], segundo a qual,

A Igreja ‘prossegue a sua peregrinação **no meio das perseguições do mundo** e das consolações de Deus’ (14), anunciando a cruz e a morte do Senhor até que Ele venha (cfr. Cor. 11,26). Mas é robustecida pela força do Senhor ressuscitado, de modo a vencer, pela paciência e pela caridade, as suas aflições e dificuldades tanto internas como externas, e a revelar, velada mas fielmente, o seu mistério, até que por fim se manifeste em plena luz²⁵¹.

Ao ler essa Constituição, podemos perceber, através dos objetivos que, ela está voltada para a Igreja, para o repensar, o manter e o legitimar sua estrutura e Doutrina na sociedade. Por essa razão, compreendemos a análise de Laurindo de Araújo ao conceber tanto o PE quanto o PPC como planejamentos modernizantes, mas também conservadores. Que ambos revelam “um esforço concentrado da cúpula da CNBB, para ‘encolher’ o avanço político do *subcampo* dos bispos denominados ‘progressistas’”²⁵² e dos *subcampos* cristãos de esquerda representados pelas pastorais especializadas.

A seguir destacamos inquietante fragmento da Constituição para confirmarmos melhor sua essência:

O sagrado Concílio volta-se primeiramente para os fiéis católicos. **Fundado na Escritura e Tradição**, ensina que esta Igreja, peregrina sobre a terra, é necessária para a salvação. Com efeito, só Cristo é mediador e caminho de salvação e Ele torna-Se-nos presente no Seu corpo, que é a Igreja²⁵³. (Grifo nosso).

²⁵⁰ CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. **Plano Pastoral de Conjunto**. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 30. (Cadernos da CNBB).

²⁵¹ PAULO VI, Papa. **Constituição Dogmática Lumen Gentium**. 21 nov. 1964. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 31 jun. 2007.

²⁵² ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de filosofia e ciências Humanas – UFPE, 1988, p. 197.

²⁵³ PAULO VI, Papa, Op. cit., 2007.

Em se tratando de um Concílio que se diz aberto, eis uma ressalva que não poderíamos deixar de fazer. Quando se diz aberto, subentende aberto ao clero, aos fiéis. Mas, ao partirmos para a aplicação desse mesmo Concílio não foi isso que encontramos. Pois como vimos estudando, o *campo religioso católico* seja *brasileiro*, seja *universal*, é marcado por *subcampos* divergentes, concorrentes.

Da elaboração, o **Plano de Pastoral de Conjunto** “continua o *Plano de Emergência*, tornando-o mais amplo, mais completo, mais orgânico, mais preciso, mais atual”²⁵⁴. Não se restringiu à discussão e redação de textos, conforme ocorreu com a Pastoral Coletiva de 1915. Pelo contrário, segundo Marques, foram ministrados cursos de formação para os responsáveis técnicos de planejamento e ação pastoral em todas os Regionais da CNBB, sob coordenação dos organizadores do projeto²⁵⁵, Pe. Raimundo Caramuru²⁵⁶ e Whitaker Ferreira, responsáveis pela adequação do Plano às perspectivas de aplicabilidade. Não foram poucas as preocupações de criar um planejamento mais adequável à prática, aspectos que discutiremos com maior propriedade no capítulo seguinte.

De acordo com Ata da VI Assembléia da CNBB, de 1964, o ante-projeto do Plano de Pastoral de Conjunto foi solicitado pelo Presidente da Comissão Central, cujo esboço foi pensado de acordo com as temáticas dos esquemas dos Secretariados nacionais do Vaticano II. A partir disso, foi possível ter ideia de como a liturgia, a catequese, as missões populares, a educação, o *campo* social, os meios de comunicação social atuariam durante o quadriênio proposto pelo Plano²⁵⁷.

Diante da amplitude de nosso país, em que o Episcopado encontrava-se disperso, sem contar com a complexidade do *campo religioso católico*, foi necessário diálogo, na tentativa de convencer parte significativa dos *subcampos* do contingente eclesiástico. Marques explica que, uma das etapas do processo de elaboração foi o momento de exposição do ante-projeto à Comissão [Central] por Raimundo Caramuru,

²⁵⁴ MARQUES, Luiz Carlos Luz. “**Manter a Igreja em clima de Concílio**: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). *História das Religiões no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p. 121. v. 4.

²⁵⁵ Ibidem, p. 121.

²⁵⁶ Assessor responsável pelo Departamento de pastoral do Secretariado geral da CNBB. Cf. MARQUES, 2004.

²⁵⁷ Cf. VI Assembléia Ordinária da CNBB, Roma, Set./Out. 1964 – Atas das Sessões Plenárias, p. 121 apud MARQUES, 2004, p. 116.

justificando a importância do Plano,

Uma tentativa de aproveitar essa experiência na perspectiva do Vaticano II; dada a extensão do país, suas diversidades regionais, as novas estruturas e dinamismos criados pelo PE, sentiu-se a necessidade de colocar a ação pastoral em bases um pouco mais sistematizadas e técnicas²⁵⁸.

O texto do ante-projeto é claro e objetivo, tido como o Plano que proporcionou à Igreja novo dinamismo, mudanças estruturais, abertura aos novos planos de ação²⁵⁹, ou seja, preparou-a para *aggiornarsi* [it. atualizar-se].

Em Ata da Comissão Central da CNBB de junho de 1965, podemos ter noção de como foi o processo de preparação:

Este ante-projeto foi elaborado com a contribuição de 09 (nove) Secretariados Regionais, em dois encontros consecutivos e com a colaboração de estudos dos Secretariados Nacionais. O texto apresentado constitui a parte do Plano que contém sua finalidade geral, a sistemática de trabalho e o quadro de referências apresentado como assessoria ao planejamento diocesano. Após estudos em grupos, reunido o Plenário, houve consenso geral em que, por motivos práticos e psicológicos, o ante-projeto do PPC deverá explicitar melhor a sua ligação com o Plano de Emergência e manter-lhe a continuidade essencial. Foram aprovadas as linhas gerais do Plano e autorizado o prosseguimento dos estudos e da redação complementar, quando, então, será remetida aos Srs. Bispos e, posteriormente apresentado à Assembléia Geral, para juízo definitivo sobre o mesmo²⁶⁰.

Concordando com Luiz Marques, entre o ante-projeto e o texto final [aprovado e promulgado no final do último período conciliar] os objetivos se mantiveram congruentes, não havendo mudanças aos propósitos fundamentais, o que afirmamos com a leitura de ambos os textos, ante-projeto do **Plano de Pastoral de Conjunto** e seu texto final.

Durante sessão plenária da Assembléia Extraordinária da CNBB, de 1965, foi

²⁵⁸ MARQUES, Luiz Carlos Luz. “**Manter a Igreja em clima de Concílio**: a aplicação do Vaticano II no Brasil”. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). História das Religiões no Brasil. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004, p.123-124. v. 4.

²⁵⁹ CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **I Plano de Pastoral de Conjunto - Ante-projeto**. 1965. In: Biblioteca do Regional Nordeste 2 da CNBB.

²⁶⁰ CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da reunião da Comissão Central**. Rio de Janeiro, 10 a 12 de junho, 1965.

proposto pelo Secretário Geral, Dom José Gonçalves da Costa, e aprovado o roteiro para discussão do projeto do **Plano de Pastoral de Conjunto** composto por quatro fases, que iam desde a Reunião de todos os Regionais, para apreciação e acréscimo de sugestões; apreciação das sugestões pela Comissão Central ou Subcomissão por ela designada e, posteriormente, pelos Regionais; votação das modificações em Assembleia e, por último, apresentação das modificações e votação definitiva do Plano²⁶¹.

O roteiro foi seguido, em quase todos os trâmites, exceto a terceira fase, que versava: “A Comissão Central ou uma subcomissão por ela designada apreciará todas as sugestões apresentadas pelos Regionais, e tentará formulá-las em função do texto. Estas sugestões, depois de examinadas pelas comissões, são submetidas aos Srs. Bispos e discutidas em uma reunião de cada Regional”²⁶². Esta comissão criou várias discussões entre os *subcampos* presentes na Assembleia sobre o cumprimento ou não da terceira fase. Ao final, foi decidido que, “os Regionais se reunirão até sexta-feira próxima, para apreciar a matéria, e depois apresentarão o seu voto”²⁶³.

Antes da sua promulgação²⁶⁴ do **PPC**, cuja aprovação do texto base aconteceu em 20 de outubro de 1965²⁶⁵, o ante-projeto percorreu longo caminho de discussão e votação. Primeiro a ideia matriz foi apresentada à Comissão Central que, não percebendo clareza, sugere em reunião a criação de roteiro para discussão, transcorrida em quatro etapas, que foram desde apresentação e debate das diretrizes e bases à complementação e justificativas das alterações entre Regionais. Em seguida

²⁶¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da primeira sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 13 de outubro de 1965. Foi nessa mesma sessão que o projeto foi apresentado pelo padre Raimundo Caramuru na Assembléia. Mas já havia feito outra explanação mais detalhada em reunião informal da Comissão Central da CNBB. Cf. **Ata da reunião (informal) da Comissão Central da CNBB (para exposição do projeto do PPC)**. Roma, 28 setembro de 1965.

²⁶² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da terceira sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 27 de outubro de 1965.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ É preciso esclarecer o seu sentido por nós adotado pelo uso corrente em nosso trabalho. Etimologicamente, palavra latina [*promulgo*], é o ato de tornar público; publicar oficialmente, por exemplo, uma Encíclica. Mas também significa a obrigatoriedade, a ordem de tornar oficialmente algo [uma Lei, por exemplo] público. Em nosso trabalho, interessa-nos o conceito primeiro, visto que foi um documento tornado público pela Igreja Católica Brasileira durante o último período Conciliar, em 1965.

²⁶⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da segunda sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 20 de outubro de 1965.

eram votadas em assembleias extraordinárias e ordinárias até a versão final²⁶⁶. Que ocorreu a 15 de novembro de 1965, durante o quinto período conciliar. Dos 163 votantes, 154 foram favoráveis, entrando em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte²⁶⁷.

O **PPC**, pelo que constatamos até o momento, foi compreendido por percepções diversas. Das raras produções²⁶⁸ sobre o tema, em áreas diferentes, históricas e teológicas, uma delas teceu duras críticas ao comparar o texto e sua materialização, como foi o caso de Laurindo de Araújo. Em contrapartida, outras reconheceram seu mérito e estas sobressaíram, no sentido de que permitiu a Igreja brasileira, entre dezenas das que participaram do Concílio, tentar implantar as renovações conciliares nas respectivas dioceses.

Diante das várias Cartas e Planos Pastorais aqui estudados, entendemos que houve mudanças em relação a alguns objetivos expostos nos documentos, principalmente ao compararmos o teor textual do **PE, PPC** com o das Pastorais Coletivas anteriores, que estavam declaradamente direcionadas para manter o poder institucional católico no mundo contemporâneo. Nesse sentido, o Concílio representou o divisor de águas no histórico do processo de Planejamento Pastoral da Igreja Católica brasileira.

²⁶⁶ Cf. Atas das reuniões da Comissão Central da CNBB.

²⁶⁷ MARQUES, Luiz Carlos L. (Org.). **Vaticano II**: Correspondência Conciliar. Circulares à Família do São Joaquim (1962-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE / Instituto Dom Helder Camara, 2004, p. 130. v. I/1.

²⁶⁸ Estamos nos referindo às obras já citadas em nosso trabalho, como de Luiz Carlos Marques, José Oscar Beozzo e Padre Fernandes Queiroga, os quais embora tenham abordado sobre o tema, não o aprofundaram.

CAPÍTULO III

3. EXECUÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DE PASTORAL DE CONJUNTO NA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE (AOR)

Qualquer análise histórica sobre uma lei que desconheça sua execução, inevitavelmente chegará a resultados idealistas, (...), [e dificilmente à] realidade social e histórica que se pretende, racionalmente, resgatar...²⁶⁹.

É o que nos propusemos fazer neste capítulo, isto é, refletir a aplicação, execução do Plano de Pastoral de Conjunto na arquidiocese de Olinda e Recife para então compreender os alcances histórico, social e pastoral, porventura, a partir dele atingidos pelo Episcopado brasileiro no espaço em estudo.

Neste sentido, parafraseando Sylvana Brandão, “a existência de uma lei, em si, sinaliza possibilidades de mudanças nas estruturas sociais, mas é a sua aplicação que determina o sentido histórico das mudanças sociais ocorridas. Uma lei, antes de ser efetivada, é sempre uma situação hipotética, um ideal a ser alcançado”²⁷⁰. Por isso, nosso enfoque acerca da materialização do PPC, tenderá a compreender se o ideal de seu texto foi alcançado e em que perspectivas o foi.

Seria simplório examinar sua implantação com base em uma direção tão somente dicotômica. É preciso pensar que o Plano de Pastoral de Conjunto, primeiro o Nacional, depois o Regional²⁷¹, foram documentos elaborados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o intuito de promover as inovações conciliares.

Nossa temática ultrapassa os limites da dicotomia, posto que, como salienta

²⁶⁹ AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999, p. 25-26 [capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

²⁷⁰ Ibidem, p. 25-26 [capítulo I].

²⁷¹ Ao longo desse capítulo, basear-nos-emos em três Planos Regionais de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2 para analisar sua recepção na arquidiocese de Olinda e Recife. Esses Planos Regionais foram desdobramentos do PPC Nacional.

Sylvana Brandão,

Não compreender uma lei a partir dos componentes de sua materialização significa, de um lado, acreditar, ingenuamente, que os pressupostos anunciados em seu texto foram efetivamente cumpridos e as situações históricas que se desejava modificar, plenamente alcançadas. Por outro lado, pior, significa acusar de ineficientes os agentes sociais a quem se destina à lei²⁷².

Para o estudo dessa aplicação, baseamo-nos em documentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, principalmente do Regional Nordeste 2²⁷³. Entre eles os Planos Regionais de Pastoral de Conjunto [elaborados a partir das diretrizes do PPC Nacional], seus anteprojetos, respectivas avaliações, além das Atas das Assembléias Ordinárias e Extraordinárias e Relatórios.

Durante o período selecionado para alvo de nossa investigação, 1966-1970, foram elaborados e implementados três Planos Regionais: Plano Regional de Pastoral de Conjunto I do NE-2 (1966-1968); Plano Regional de Pastoral de Conjunto II do NE-2 (1968-1969); Plano Regional de Pastoral de Conjunto III do NE-2 (1969-1970). Através deles e dos *subcampos religiosos*, traçaremos o percurso da implementação do Concílio Vaticano II na AOR.

²⁷² AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999, p. 25 [capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

²⁷³ Sempre que julgarmos necessário usaremos a sigla NE-2, precedido do termo Regional, para nos referirmos ao Regional CNBB Nordeste-2.

3.1 - Experiências iniciais de Planejamento Pastoral pós-Vaticano II

3.1.1 - O trabalho religioso em ação: A execução do PPC em nível nacional

Para melhor compreender essa efetivação na AOR torna-se necessário reportamo-nos, primeiro, à recepção em nível nacional, que direta ou indiretamente, refletiu-se no histórico de aplicação do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife.

Este primeiro Plano de Pastoral de Conjunto, denominaremos de “plano piloto”, por ter iniciado o planejamento na Igreja brasileira depois do Vaticano II, embasando os Planos pastorais posteriores, os Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Segundo Raimundo Caramuru esta fase de aplicação refere-se a “rever e avaliar o empreendimento realizado. (...)”. Significa “analisar se o objetivo foi atingido, se a sistemática foi a mais acertada, as metas foram bem previstas e realizadas; as tarefas, operações corretamente executadas em vista do objetivo”. Sob essa concepção, continua Caramuru: “a avaliação permite, igualmente, tomar consciência de situações novas, possibilidades resultantes da ação empreendida ou dificuldades surgidas”, alimentando assim novas reflexões, permitindo novas decisões para futuras ações mais acertadas²⁷⁴.

A aplicação dos Planos Pastorais pautava-se em duas prerrogativas, renovar-se, mas sob a atenção da hierarquia católica. No dizer do Padre José Marins, quis “ser um **esforço dinâmico** e contínuo do Povo de Deus (**sob o serviço orientador da Hierarquia**)”²⁷⁵. Percebemos explicitamente o apoio aberto à renovação, mas sob o olhar vigilante, aprovador/reprovador da hierarquia.

Para a aplicação do PPC, tanto do Nacional quanto dos Regionais, vários setores da CNBB foram convocados: Secretariado Geral, Secretariados Nacionais, Regionais e Diocesanos. Além de instituições de pesquisas como o CERIS (Centro de

²⁷⁴ BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil: uma Igreja em renovação**. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967, p. 136.

²⁷⁵ MARINS, José. “**A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?**” In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968, p. 360.

Estatísticas Religiosas Sociais)²⁷⁶, como também os diversos setores da Igreja, incluindo clero e leigo.

O Plano de Pastoral de Conjunto requeria rígido esforço dos vários Secretariados Nacionais para sua aplicação, pois “as **diretrizes estavam traçadas**. Para as atividades nacionais previstas, **era necessário montar todo um sistema**, criar **tipos novos de organização**, capazes de garantir o funcionamento do Plano”²⁷⁷ (Grifo nosso). Para que essa organização fosse eficiente, era necessário montar uma *estratégia* de trabalho colegiado. Eis aqui a justificativa da convocação de vários setores da Igreja e instituição de pesquisa, principalmente durante a aplicação, para se chegar ao conhecimento da realidade que se pretendia atingir. Pois, de nada adiantaria à Igreja brasileira possuir um Plano de Pastoral eficiente na teoria, mas não possuir condições de execução.

José Marins salienta que, o esforço comunitário-ecclesial do PPC, que quer agir pela Igreja e com a Igreja, explicita-se em, de forma mais detalhada:

- Pela presença da Igreja como fermento, no meio do mundo, levando os homens a uma autêntica promoção humana (Linha 6);
- Pela Igreja que anuncia o mistério de Cristo, levando os homens à primeira adesão pessoal a Cristo vivo na realidade eclesial [...] (Linha 2);
- Pela ação de levar o Povo de Deus a uma mais autêntica iniciação cristã e aprofundamento da vida teologal, através da Palavra e do testemunho da comunidade (Linha 3);
- Pela sempre mais autêntica celebração de Cristo, na Liturgia (Linha 4);
- Pelo testemunho eficaz de unidade visível no amor, que une todos os membros do povo de Deus reunidos na Igreja Católica (Linha 1);

²⁷⁶ A missão do CERIS, Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais, é contribuir para uma presença mais significativa da Igreja Católica na sociedade, com estudos, pesquisas e também ações que propiciem aos setores mais pobres e excluídos, que obtenham melhoria de suas próprias condições de vida, estimulando reflexões e práticas sociais transformadoras. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/?tac=322>. Acesso em: 12 mai. 2009. Às 20:36.

²⁷⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Balanço do Plano de Pastoral de Conjunto**: janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966, p. 01.

- Pelo esforço de levar a comunidade eclesial católica a um autêntico relacionamento ecumênico com as Igrejas e denominações cristãs não-católicas (Linha 5)²⁷⁸.

Cada uma dessas evidências traz, em si, propostas de renovação pastoral. Partindo delas, e, na medida do possível, à luz das fontes primárias, procuraremos analisar as ressonâncias entre os objetivos do texto e a aplicação de cada um deles na AOR.

Atrrelados a essas linhas existem quatro pontos gerais, que sintetizam as inquietações do Episcopado brasileiro, que justificam a finalidade do PPC. Enquanto questionamento para posterior implantação, o Plano de Pastoral de Conjunto foi resumido nos quatro pontos baseado em uma dada situação “(para depois definir meios, instrumentos e atividades)”²⁷⁹.

Dos pontos:

1 - Até onde a situação dos homens que temos em vista realiza os **grandes objetivos do desígnio divino** ou deles se afasta?

2 - Quais as tendências desta situação, [negativa ou positiva para afastamento ou aproximação desse objetivo?]

3 - **Até onde os nossos meios e instrumentos estão respondendo a esta situação?**

4 - **Diante destas constatações, o que fazer? Que diretrizes, atividades, recursos, podem ajudar mais eficientemente a realizar os objetivos explicitados?**²⁸⁰ (Grifo nosso).

Do documento acima, destacamos a relevância dos dois últimos para nosso trabalho.

No ponto terceiro, o que nos chamou a atenção foi a indagação feita pelo Episcopado brasileiro no texto do PPC acerca das condições plausíveis da Igreja Católica para atender aos objetivos dos “desígnios Divino”. Percebe-se que, para o Episcopado, a organização vigente no seio eclesial não parecia mais eficiente, incongruência entre prática e finalidade institucional.

²⁷⁸ MARINS, José. “A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?” In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968, p. 359.

²⁷⁹ Ibidem, p. 360.

²⁸⁰ Ibidem, p. 360.

No quarto ponto, fica ainda mais clara a inquietação, em contrapartida, acompanhada da consciência de que é preciso agir, pontuando a abertura para a necessidade de iniciativas, como diretrizes, atividades, recursos. Aqui iniciamos o argumento crucial de nossa pesquisa. O que já foi feito?

Conforme o padre José Marins²⁸¹, para entender os avanços na direção da implantação dos objetivos do PPC em seus dois anos de vigência, é preciso observar o que foi feito a partir da efetivação dos projetos, como um todo.

Dessa forma, o primeiro Balanço²⁸² das atividades do Plano de Pastoral de Conjunto discutido pela Comissão Central da CNBB, referente ao período de janeiro a junho de 1966, confirmou-se a função subsidiária dos Secretariados Nacionais da CNBB. Isto é, os Secretariados Nacionais dariam as coordenadas das linhas de trabalhos a serem executadas pela base, a saber, os Regionais e as Dioceses.

- A ação dos Nacionais é fundamentalmente subsidiária; está inteiramente a serviço da base; busca levar os outros a assumir cada vez mais suas tarefas e responsabilidades;
- Nessa perspectiva, agem com grande respeito aos Regionais, às dioceses e às outras instituições de Igreja que atuam nestes diversos níveis, não impondo, mas apelando para a sua livre adesão e participação num esforço de conjunto;
- O Plano pretende, fundamentalmente, ajudar as dioceses que desejam renovar-se na linha do Concílio, de tal modo que no próximo Plano de Pastoral, a partir de 1971, possa significar, (...), o resultado do esforço dos planos regionais e diocesanos já realizados²⁸³.

Do ponto de vista da atuação, segundo defesa de José Marins²⁸⁴, até 1968, a efetivação do PPC, numa perspectiva nacional, pode ser visualizada em quatro

²⁸¹ Teólogo e escritor. Nas décadas sucessivas ao Concílio um dos principais mentores das Comunidades Eclesiais de Base. Cf. MARQUES, Luiz Carlos L.; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 264-265. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

²⁸² Esse Balanço do PPC Nacional, do primeiro semestre de 1966, para nós um dos documentos bases para entender a grande expectativa de sua recepção em âmbito Regional. Contou com a participação do Secretário Geral; Secretariados Nacionais; Sub-Secretários Nacionais da CNBB.

²⁸³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Balanço do Plano de Pastoral de Conjunto**: janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966, p. 02.

²⁸⁴ MARINS, José. "A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?" In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968.

seguimentos de ação: programa de pesquisa, programa de reflexão, programa de formação e montagem de novos serviços de assessoria. Acrescentemos que essa metodologia foi estendida à fase Regional da aplicação.

O primeiro refere-se à execução de programa de pesquisas, confiadas ao CERIS entre os anos de 1966 a 1968, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Nesse *campo* de pesquisa, respaldado na metodologia da Sociologia religiosa, a CNBB foi pioneira.

Até o presente momento, estão em andamento ou já em vias de conclusão, 19 projetos de pesquisas e levantamento sobre: **clero, religiosos e leigos, estruturas de Igreja**, motivação religiosa, categorias mentais e anúncios da Palavra, situação atual do anúncio missionário, situação atual da pastoral litúrgica, da pastoral catequética, Igreja e família, Igreja e educação, Igreja e opinião pública, bens eclesiais, migrações e estações, locais de turismo, presença da Igreja nas populações indígenas, história religiosa²⁸⁵. (Grifo nosso).

O programa de pesquisa foi importante porque direcionou os rumos a serem dados à ação pastoral da Igreja Católica brasileira. Porém, dos resultados finais, eis uma crítica coerente levantada pelo padre José Marins, quando questiona a falta de praticidade de tais resultados na problemática da atualização da ação pastoral:

[...] **as pesquisas** são realizadas (com enormes gastos de tempo, dinheiro também, evidentemente), depois interpretadas, publicadas, mas, afinal, **são objeto de estudo apenas daqueles que por elas se interessam** e têm possibilidade de interpretá-las. **A ação renovadora que exercem na pastoral é bastante indireta**. Ciente desta limitação, a CNBB orientou para que os resultados das pesquisas **ficassem à base das reflexões teológico-pastorais**. Elas **deveriam dar subsídios para a reflexão e conseqüentemente para as decisões pastorais**, para a ação da Igreja em todos os seus níveis, para a formação do Povo de Deus e para a **remodelação dos quadros eclesiais**²⁸⁶. (Grifo nosso).

De acordo com a documentação em ênfase, podemos registrar que tais programas de pesquisa permitiram o conhecimento de realidade das arquidioceses,

²⁸⁵ MARINS, José. "A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?" In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968, p. 361.

²⁸⁶ Idem, p. 361.

dioceses, paróquias, para uma posterior atitude renovadora, ou então a tentativa de mudança da realidade eclesial poderia tornar-se inviável.

O segundo seguimento de ação²⁸⁷ foi o programa de reflexão²⁸⁸, que realizou vários encontros, em diferentes sedes de Regionais da CNBB, pretendendo realizar ação conjunta da Igreja com base em reflexão teológico-pastoral. Foi uma ação que envolveu “não apenas peritos, especialistas e assessores como também pastores e membros do Povo de Deus”²⁸⁹.

A ideia essencial desses programas foi buscar uma fundamentação sólida embasada na reflexão teológica atual através da realização de seminários, encontros. O relevante desses espaços foi promoção de estudos, debate, diálogo sobre questões-chave de ação pastoral, de modo a iluminar novos caminhos.

O terceiro, diz respeito ao programa de formação²⁹⁰, voltado à renovação eclesial da Igreja, como todos os outros. Deveria partir da realidade clerical, consoante com as diretrizes do Vaticano II. Diferente dos demais, este programa foi confiado aos Regionais, e não à Comissão Central da CNBB, muito embora não tenha impedido sua intervenção. Logo, sua dimensão era regional, em que cada qual cuidava, ministrava seus cursos de formação.

A Comissão Central interferiu sim, mas em questões-chave, de modo a imprimir as coordenadas do que deveria ser feito, para depois serem seguidas pelos Regionais e dioceses. Até porque, diante de todo o trabalho dos programas, a Comissão Central foi a “principal responsável, perante o Episcopado, pela marcha e execução do Plano, sendo **os padres, religiosos, religiosas e leigos que trabalham na CNBB, seus assessores**”²⁹¹. [Grifo nosso]. Diante dessa afirmativa, vale salientar que não concordamos que tais categorias, durante todo o processo de aplicação do PPC, tenham sido somente assessores, senão as personagens principais, a quem se destinaram o dito documento.

²⁸⁷ MARINS, José. “**A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?**” In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968.

²⁸⁸ Em Anexo – A, quadro-resumo com os **Programas de Reflexão** realizados durante aplicação do PPC.

²⁸⁹ MARINS, Op. Cit., p. 361.

²⁹⁰ Em Anexo – B, apresentamos quadro-resumo com os **Programas De Cursos De Formação** realizados durante período de nossa pesquisa por várias instituições.

²⁹¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Balanço do Plano de Pastoral de Conjunto**: janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966, p. 02.

Neste cenário, vale trazermos o que pensou Sylvana Brandão sobre a importância de se entender a relação entre a aplicação de uma lei e o consentimento daqueles a quem a mesma lei se remetia.

Para que uma lei seja razoavelmente aplicada, no sentido de se alcançarem as intenções delineadas em seu bojo, é fundamental que possamos perceber a aquiescência, ou não, daqueles a quem, em primeira instância, é ela destinada. A participação efetiva da camada social durante o processo de materialização de uma lei a ela destinada, é quem indica seu sucesso ou seu fracasso²⁹². (Grifo nosso).

Esta passagem de Brandão ajuda-nos a pensar as resistências e aceitações entre os subcampos religiosos durante a aplicação do PPC. Visto que, sobretudo entre os clérigos, houve resistência, pois muitos não concordavam com a implantação das diretrizes conciliares e, por sua vez, com a execução do supracitado Plano Pastoral na Igreja Católica brasileira.

A quarta e última efetivação foi a implementação do projeto de montagem de novos serviços de assessoria do PPC²⁹³. O objetivo, discutido em encontro nacional, era dar aos *agentes religiosos* segurança no modo de conduzir o planejamento e orientações para a “elaboração dos primeiros planos regionais”²⁹⁴.

A *estratégia* de organização para a aplicação do PPC foi bem pensada, uma vez que havia início, meio e fim; pelo menos enquanto projeto essa perspectiva foi apresentada textualmente. Visto que, diante do que verificamos na documentação analisada, o foco foi estabelecido por partes, a saber: primeiro - fazer as pesquisas, estudos para o levantamento da realidade; segundo - os resultados desses estudos serviriam para reflexão dessa realidade em consonância com os objetivos a serem alcançados; por último - a aplicação propriamente dita e, para tanto, foi imprescindível o serviço de assessoria. Isto é, nesse estágio coube aos grupos de coordenadores, peritos e supervisores orientarem a implementação das linhas de trabalho.

²⁹² AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999, p. 25 [Capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

²⁹³ Em Anexo – C, apresentamos quadro-resumo com **Programa de Montagem de Novos Serviços**.

²⁹⁴ MARINS, José. “**A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?**” In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968, p. 365.

Até agora, constatamos que o PPC Nacional serviu de base para que as arquidioceses, dioceses, paróquias da Igreja brasileira tivessem condições de assumirem as diretrizes do Concílio Ecumênico Vaticano II. Portanto,

nos dias 30 e 31 de dezembro de 1965 reuniram-se o Secretariado Geral e os Sub-Secretários Nacionais para detalhar todas as atividades previstas pelo Plano, para 1966. A quase totalidade dos Sub-Secretários havia tomado o último contacto com o ante-projeto do Plano, em fins de agosto. Nesta reunião, o Secretário Geral, pela primeira vez, apresentou-lhes o Plano aprovado, no seu teor definitivo. **Cada Secretariado procurou tomar conhecimento do conjunto dos projetos previstos para 1966 e, especialmente, daqueles que eram confiados à sua direta responsabilidade. As datas exatas para a realização destes projetos foram definitivamente fixadas**²⁹⁵. (Grifo nosso).

Esta reunião foi o ponto de partida para que todos os Sub-Secretários Nacionais sentissem o peso da responsabilidade sobre eles, como também para que se unissem “num trabalho de conjunto. Embora [fosse] ponto inicial, ela seria a chave do trabalho subsequente a ser desenvolvido, através dos quatro programas” do PPC²⁹⁶.

O Balanço das atividades pastoral, já aludido, sugere-nos que, tão logo foi terminado o evento conciliar, parte do Episcopado Brasileiro deu início aos trabalhos para implementar tais inovações conciliares.

Para tanto, elaboraram programas e dentro dos vários programas, acima estudados, inúmeros projetos, alguns em execução, outros por realizar. Cada um trazendo em si as especificidades referentes aos vários seguimentos eclesiais da Igreja Católica, de modo que contemplassem as várias linhas de trabalho do PPC.

3.1.2 - PPC: Uma experiência regional e diocesana

Após o término dos cinco meses e meio, que foi o período que possibilitou o primeiro balanço da nova experiência pastoral na Igreja brasileira no pós-Vaticano II, os

²⁹⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Balanço do Plano de Pastoral de Conjunto**: janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966, p. 02.

²⁹⁶ Ibidem, p. 02.

vários Regionais, que compõem a CNBB, elaboraram seus respectivos Planos Regionais de Pastoral de Conjunto. O que vem a confirmar declaração do Pe. Raimundo Caramuru, em 1965, ainda em pleno Concílio, relatada em Carta Conciliar por Helder Camara: “E quanto ao espírito do Concílio – que o Plano deve levar à prática – lembra o Pe. Caramuru que a formação está muito nas mãos dos Regionais.”²⁹⁷

O PPC Regional, textualmente, é baseado em seis linhas de trabalhos, configuradas nas Constituições, Decretos e Declarações deliberadas durante o Concílio Vaticano II. Para sua ocorrência, faz-se necessário transcrevermos a síntese de tais linhas de trabalho de modo que haja melhor compreensão, visualização da aplicação do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife, que são as seguintes:

Linha de trabalho n. 1: Promover a unidade visível da Igreja;

Linha de trabalho n. 2: Promover a ação missionária;

Linha de trabalho n. 3: Promover a ação catequética;

Linha de trabalho n. 4 – Promover a ação litúrgica;

Linha de trabalho n. 5 – Promover a ação ecumênica e;

Linha de trabalho n. 6 – Promover a melhor inserção do Povo de Deus no mundo.

A aplicação do PPC Regional-Diocesano do Regional Nordeste 2²⁹⁸, a partir de cada um de seus tópicos, deve ser considerado não isoladamente, mas em seu conjunto. Mesmo que cada um tenha sua especificidade, é no todo que está o seu sentido essencial.

Da elaboração à aplicação desses Planos Regionais, a Comissão Episcopal do NE-2 foi a principal responsável do ponto de vista da coordenação. Da etapa aplicação, vários grupos participaram: bispos, presbíteros, religiosos (as) e leigos.

Serão estes Planos Regionais que nos darão subsídios para examinar a execução do planejamento pastoral na AOR, visto que, a documentação acerca de tudo que acontece nessa circunscrição inclui as demais circunscrições eclesiais do

²⁹⁷ CAMARA, Helder. 71ª Carta-Circular. Roma, 19/20.11. 1965 In: MARQUES, Luiz Carlos L.; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965, p. 264. Recife: CEPE Editora, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

²⁹⁸ Sempre que julgarmos necessário, usaremos a sigla NE-2, precedido do termo Regional, para nos referirmos ao Regional Nordeste-2 da CNBB.

Regional NE-2 sem fazer distinção, com exceção de apenas um documento acerca da avaliação do II Plano Regional, de 1969, que estudaremos no momento oportuno.

Além dos grupos citados, participaram, no âmbito da supervisão e coordenação, o Secretariado Regional, as Coordenações e Assessorias Regionais.

Nessa prática, o primeiro Planejamento Regional do Nordeste-2, assim como os demais, foram resultados da experiência do Nacional, conforme constatamos textualmente: “O Plano Regional assumiu os objetivos, diretrizes mais gerais e linhas de ação do Plano Nacional”²⁹⁹. Para eficiência de sua implementação, era necessário o investimento num trabalho colegiado, por isso o envolvimento dos vários Secretariados Regionais e demais setores da arquidiocese.

Dos Planos de Pastorais de Conjunto Regionais da CNBB, o Regional Nordeste 2 elaborou o seu primeiro em meados de 1966, que vigorou de julho de 1966 a dezembro de 1967, corroborando em suas linhas de trabalho, o que foi planejado em âmbito nacional.

Dizer que o primeiro Plano Regional do Nordeste-2³⁰⁰ foi aprovado em julho de 1966 não significa que a aplicação do PPC nacional não tenha sido vivenciada antes, nas suas respectivas arquidioceses, dioceses, paróquias. Pelo contrário. No caso da arquidiocese de Olinda e Recife, por exemplo, a aplicação foi empreendida desde logo seu arcebispo retornou de Roma após o Concílio.

Com base nas experiências dos cinco meses e meio do PPC Nacional³⁰¹, o Regional NE-2 elaborou o seu primeiro PRPC. Mediante os resultados desse, surgiu o segundo e, por conseguinte, seguindo a lógica dos anteriores, foi elaborado o terceiro Plano Regional. Ou seja, de julho de 1966 a 1970 foram elaborados, aprovados e executados três Planos de Pastoral Regional de Conjunto no Nordeste-2.

Este histórico faz-no inferir que, independente de restrições, resistências, em certa medida, houve trabalho empreendido por parte dos bispos deste Regional na

²⁹⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - Secretariado Regional Nordeste-2. **I Plano Regional de Pastoral de Conjunto**. Julho 1966/dezembro 1967, p. 05. In: Biblioteca da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília.

³⁰⁰ Durante a aplicação estiveram a frente da supervisão das seis linhas os seguintes Bispos: D. Helder, Secretário Regional do NE-2; D. José Lamartine, sub-secretário; D. Isnaldo Fonseca, coordenador Regional; D. Manuel Pereira da Costa; D. José Maria Pires; D. Acácio Rodrigues Alves; D. Nivaldo Monte.

³⁰¹ Em Apêndice - A, quadro-resumo dos Participantes, civis e religiosos, da execução do PPC durante os primeiros seis meses de vigência do Plano.

implantação do Plano. O resumo das seis linhas que abrange o Plano Regional de Pastoral de Conjunto do Nordeste-2, mostra-nos qual justificativa principal pautava o plano prático de cada uma dessas linhas. Sobre elas, Dom Helder Camara, em mensagem que dá início ao documento em questão, relata, romanticamente:

- O Plano, nas linhas mestras, veio conosco, no fim do Concílio: linhas mestras que refletem os grandes ensinamentos do Vaticano II.
- A grande alegria é ver como, Região a Região – e, hoje, é a vez do Nordeste II – todo o Brasil vai cumprindo o previsto em Roma e adaptando o ‘Plano de Pastoral de Conjunto’.
- A partir da adaptação regional, surgem os planos diocesanos em plena sintonização com o rumo nacional (...).
- É o povo de Deus em marcha. (...) **Se esforçando para dar, (...) um testemunho de união** e de amor (...) ³⁰². (Grifo nosso).

Neste documento destacamos um aspecto referente ao esforço do “Povo de Deus”, que foi testemunho de “união e de amor”, declarado pelo arcebispo de Olinda e Recife. O conceito “Povo de Deus” se refere à Igreja, conforme foi definido pelo Vaticano II. Mas, não podemos concordar com essa ascertativa de Dom Helder Camara, quando parece entender este conceito em tom de homogeneidade, de modo a incluir todo “Povo de Deus” na empreitada da implementação das diretrizes conciliares.

É preciso atentar para a ideia de que ao falar de execução, especialmente na AOR, existe distância gritante entre a crença na implantação ideal e real dos Planos Regionais de Pastoral de Conjunto.

Nossa investigação apontou-nos, por exemplo, que existiram dioceses que trabalharam isoladamente, sem mesmo o conhecimento do Secretariado³⁰³. O trabalho colegiado, conforme se pretendia, ficava [substituir] na vontade e ação de alguns sacerdotes.

Entendemos que, num processo de implantação da envergadura do PPC -

³⁰² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - Secretariado Regional Nordeste-2. **I Plano Regional de Pastoral de Conjunto**. Julho 1966/dezembro 1967, p. 05. In: Biblioteca da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília.

³⁰³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

seja em nível Nacional, seja Regional - seria de extrema importância o trabalho colegiado para a eficiência dos objetivos a serem atingidos. Pelo menos, esta ideia esteve presente no primeiro Plano Regional do Nordeste-2. Foi um dos objetivos gerais da Linha número 1 [Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica]: “Promover uma sempre mais plena comunhão entre as dioceses que integram o Regional Nordeste-2 e deste com os outros Regionais e com o Nacional”³⁰⁴. Integração essa constante em outro objetivo da mesma linha de trabalho, que se estende aos vários seguimentos da Igreja, como bispos, padres, religiosas, religiosos, leigos.

³⁰⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - Secretariado Regional Nordeste-2. **I Plano Regional de Pastoral de Conjunto**. Julho 1966/dezembro 1967, p. 05. In: Biblioteca da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília.

3.1.2.1 - Plano Regional de Pastoral de Conjunto I

A revisão³⁰⁵ do primeiro Plano Regional em execução, de responsabilidade da Comissão Episcopal e do Secretariados Regionais, evidenciou as discrepâncias entre o PPC e sua aplicação. Como também, mostrou-se que em seis meses era ainda muito cedo para avaliação, com o que nós concordamos.

A seguir veremos que, para a CNBB, era de se esperar resultados compensadores com a execução do Plano, porém estava ciente das dificuldades por enfrentar, sendo estas de ordens humanas, financeiras e, sobretudo de resistência da oposição³⁰⁶.

Verifica-se que há variedade da repercussão do trabalho que vem sendo feito pelo Regional, que, aos poucos, vai atingindo toda a Região. Embora apareçam algumas dificuldades na aceitação do nosso trabalho, não se descobre das partes das dioceses um resistência formal e sistemática. Nota-se, em bom número destas, a sua aceitação decidida e o apêlo para atendimentos. Se não se atende melhor é por falta de pessoal e dos necessários recursos. Vale observar que não existe ainda uma mentalidade geral de procura do Regional, de interesse maior por uma pastoral de conjunto. Manifesta-se também interesses isolados de renovação com iniciativas diretas das dioceses, muitas vezes sem o conhecimento do Secretariado³⁰⁷. (Grifo nosso).

Optamos, intencionalmente, por expor este longo fragmento para termos melhor conhecimento das expectativas daquele primeiro momento de avaliação do Plano em foco. Dois momentos do fragmento merecem destaque por chocarem diretamente com uma visão de Igreja mais liberal, progressista.

O primeiro diz respeito à dificuldade de aceitação do trabalho em andamento. Neste caso, podemos inferir que, indiretamente, está-se falando da oposição às diretrizes do Vaticano II em vias de implantação no Regional Nordeste 2 e, por conseguinte, na arquidiocese de Olinda e Recife. Para nós, mais curioso ainda, é o fato

³⁰⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. Recife, [1966], p. 02. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³⁰⁶ Ver Apêndice – B, quadro-resumo de padres ligados à AOR, classificados por sucampas, segundo indicação de padre secular da mesma arquidiocese [indicação declarada sob a condição de resguardarmos anonimato].

³⁰⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. Op. Cit.

de que não é uma oposição declarada oficialmente. Nem haveria, pois se assim o fosse, estaria caracterizada à oposição à Sé Romana, à Igreja Católica, visto que a implantação das diretrizes do Vaticano II, seja nacional, regional ou local, reforçamos, nada mais foi que respeitá-las, obedecer à Santa Sé. Esta situação permite-nos pensar no conceito de *plausibilidade* formulado por Berger. Ou seja, os religiosos, assim como os leigos, ao procurarem vivenciar as ordenações do Vaticano II o fazem porque estão envolvidos numa *estrutura de plausibilidade* que lhes possibilitam vivenciar estas ordenações vindas da hierarquia como legitimadas pela vontade divina.

O segundo, diz respeito à “falta de pessoal e de recursos necessários” para se atender melhor à demanda das dioceses para a renovação. Ora, esta afirmação, em primeiro momento, choca-se com as expectativas de Dom Helder Camara ao colocar que a CNBB está bem mais encaminhada em detrimento das demais Conferências por contar com um planejamento aprovado e com recursos humano e financeiro confirmados para sua implementação. Para consubstanciar tais afirmativas, vale a pena transcrever passagem da Carta-Conciliar que as menciona.

A querida CNBB, dentre todas as Conferências Episcopais, é a que está mais avançada para o pós-Concílio. Dispõe de um Plano de Pastoral de Conjunto, calcado nas **Constituições e nos Decretos Conciliares, desdobrado em 5 anos e já contando com recursos financeiros** (recebidos da Hierarquia alemã) e de **excepcional equipe humana...**³⁰⁸ (Grifo nosso).

Para dar resposta a esta primeira revisão, a CNBB Regional Nordeste-2 esclarece que foi realizado um levantamento pastoral, através da aplicação de questionário, respondido individualmente por bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos; e além destes, por estudantes, movimentos, grupos da Ação Católica, coletivamente.

No documento ora em análise, está claro que,

No momento atual, **faltam meios e instrumentos para uma resposta completa**, podendo-se acrescentar que ainda é cedo

³⁰⁸ CAMARA, HELDER. 62ª Carta-Circular. Roma, 10/11.11.1965. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 229. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

para um trabalho de avaliação, **visto que o Plano Regional está em começo de execução** (apenas seis meses)³⁰⁹. (Grifo nosso).

Talvez essa crença, numa aceitação uniforme do Planejamento na Igreja Católica Brasileira e, em nosso caso específico, na AOR, deva-se ao fato de que, desde o processo de elaboração, promulgação e todo o período à aplicação que estamos tratando o PPC Regional, o arcebispo do Dom Helder Camara, sentia-se, engajava-se e trabalhava para envolver todos os responsáveis³¹⁰ conforme nos faz inferir a citação acima. Não contava ele, talvez, com a oposição, com os *subcampos religiosos* que a todo momento estavam em disputa, devido às respectivas disposições, modo de pensar, de agir, do *habitus* de seus representantes.

Mesmo considerando ser muito cedo para uma análise da evolução do Plano Regional, no primeiro biênio de sua recepção, o Episcopado desse Regional constatou alguns insipientes sinais de progresso, o que procuraremos elucidar a partir de cada uma das linhas de trabalho.

No que concerne à promoção da Unidade da Igreja [Linha n. 1] constatou-se que o espírito conciliar atingiu os presbíteros que, mesmo inseguros diante do novo cenário eclesial, posicionaram-se abertos a mudanças, no sentido de encontrarem seu novo posto na Igreja. “Há nesse sentido uma mudança que é lenta, mas realmente se sente”³¹¹. Apesar dessa vagarosa transformação, reconhece-se que o clero está em crise de identidade seja pela falta de maturidade, pela incerteza de vocação, por questões como o celibato e a disciplina eclesiástica.

Por mais que se tenha pretensão de mudança, não podemos negar que o Vaticano II provocou reviravolta na cabeça dos padres. Para Kenneth Serbin,

A tradicional imagem do sacerdócio estava se desintegrando. Reconstruí-la era difícil, por causa das modificações políticas, sociais e religiosas dos anos 1960. Os arquiconservadores aferravam-se à tradição enquanto os ultraprogressistas diziam que o sacerdócio definharia até desaparecer. Não havia um caminho

³⁰⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. [1966]. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³¹⁰ Em Apêndice – C, quadro-resumo dos responsáveis pela supervisão de cada uma das linhas de trabalho durante execução do **I Plano Regional de Conjunto**.

³¹¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. Op. Cit., p. 08.

único e claro para o futuro³¹².

Newton Cabral concorda que no Regional Nordeste-2 houve exemplo de atualização com a implantação do Instituto de Teologia do Recife e do Seminário Regional do Nordeste-2.

As tentativas de renovação na maneira de formar para os ministérios eclesiais em consonância com o *aggiornamento* proposto pelo Vaticano II, a qual, no âmbito do Regional Nordeste II, foi concretizada pelas experiências do SERENE II, do ITER e do DEPA pressupunham, para a sua continuidade, a adesão de segmentos consideráveis em termos de exercício de poder na Igreja, particularmente dos bispos. A inexistência de tal adesão ocasionou inúmeros embates³¹³.

A questão é que, do ponto de vista prático, conforme vimos em âmbito nacional, os cursos de reflexão e de formação estavam em andamento com o intuito de promover a adequação do sacerdote à nova situação eclesial. Notou-se maior “participação do clero em decisões importantes de algumas dioceses”³¹⁴. Na arquidiocese de Olinda e Recife foram escolhidos em eleições diretas e secretas o Vigário Geral e os primeiros Vigários Episcopais³¹⁵.

Quanto aos religiosos percebeu-se sua melhor integração com as atividades pastorais; como também verificou-se sua maior aproximação com bispos e presbíteros, embora algumas congregações permanecessem ainda “bem fechadas”, impedindo qualquer esforço de renovação³¹⁶. Das religiosas, desconfiava-se de um maior engajamento no sentimento renovador. Elas pareciam terem despertado melhor para o estudo, para a realização de diversos trabalhos nas paróquias, maior participação nos encontros a elas destinadas.

No que se refere aos leigos, as expectativas não poderiam ser diferentes. Segundo o Episcopado do Regional Nordeste 2, aumentou sua consciência de

³¹² KENNETH, Serbin. **Padres, celibato e conflito social**. Uma história da Igreja Católica no Brasil. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 195-196.

³¹³ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** Histórias e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008, p. 332-333.

³¹⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. [1966], p. 08. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ Ibidem, p. 09.

responsabilidade no pós-Vaticano II, como também entre o clero ficou mais clara a compreensão do lugar e missão do leigo na Igreja. Pelo menos foi isso o constatado pelo I Plano Regional.

A tomada de consciência dos leigos manifesta-se através de sua presença consciente e responsável nos secretariados, departamentos, comissões e serviços diversos da CNBB, em outros setores e nos seus engajamentos temporais³¹⁷.

Mas isso não significa que não existiram sentimentos de insegurança e resistência, que não foram poucas. Sobre isso, duas questões foram levantadas. Uma diz respeito à necessidade de maior cuidado com a formação dos leigos. A outra, da necessidade de maior assessoria às dioceses sobre tal questão, que parece estar em segundo plano.

Para nós essas parecem críticas significativas, pois o leigo é uma das categorias responsáveis pela recepção do PPC, presente em todas as Linhas de Trabalhos de todos os Planejamentos Regionais em destaque em nosso trabalho. É interessante como o Episcopado Regional sublinhou, na primeira avaliação, que tenha ocorrido maior atenção à formação dos religiosos, clero e religiosas. Então, mais uma vez, detectamos as dissonâncias entre o texto e a aplicação do planejamento Regional.

Talvez, o motivo para essa postura, a resistência de parte da Igreja em admitir a importância da nova função do leigo, perpassasse pela não legitimidade, pelo seu *habitus* na instituição católica, no sentido de que as diretrizes do Vaticano II criaram novas formas de agir, de pensar, de ser do leigo nos trabalhos postorais. Esta nova disposição na sociedade católica, este novo *habitus* não tinha o apoio de parte significativa da hierarquia católica, sobretudo.

No que se refere à promoção da ação missionária [Linha n. 2], reconheceu-se que já existem experiências válidas na Região, no entanto, é preciso ampliar sua atuação. Um exemplo destacado pelo I Plano Regional são as experiências das

³¹⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. [1966], p. 10. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

missões populares “realizadas pelos Redentoristas”³¹⁸.

Quanto à linha de trabalho sobre a promoção da catequese [Linha n. 3] percebeu-se que houveram esforços em toda Região Nordeste para implantar a atualização catequética. Constata-se o desejo de sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos, nessa empreitada, mas esses também percebem resistência, nem sempre encontrando compreensão, apoio.

Vários relatórios de Encontros no Regional NE-2 mostram o trabalho dos diversos setores da Igreja arquidiocese na promoção da renovação catequética, durante a qual foi empregado o método da Ação Católica Brasileira: Ver, Julgar e Agir.

No III Encontro Regional de Catequese, por exemplo, realizado entre 16 e 23 de fevereiro de 1968³¹⁹, pretendeu-se a realização de um trabalho voltado à reflexão pessoal e comunitária das equipes diocesanas. Entre os temas discutidos, citamos a vivência cristã dentro e fora da catequese, como também liturgia. A avaliação dos resultados apresentou-se, segundo o relatório, de maneira positiva. Embora para outros participantes, mesmo admitindo falhas, alegaram que o encontro “abriu pistas, foi um bom começo, ajudou em parte...”³²⁰.

Algumas críticas são feitas pela avaliação do I Plano Regional no sentido de que o trabalho empreendido para renovação catequética contempla a organização, distribuição e ampliação do ensino, mas não a revisam em termos de conteúdo e objetivos dessa ação. Por outro lado, é reconhecida a valoração dada aos cursos e encontros promovidos durante o primeiro biênio do planejamento ora em estudo. Foi o que conseguimos consubstanciar com a apreciação dos relatórios desses encontros sobre catequese³²¹.

Quanto à promoção da ação litúrgica [Linha n. 4] não se percebeu avanços, com exceção de casos isolados em algumas comunidades e paróquias “onde se tem feito um admirável esforço em relação à formação humana e cristã dos seus membros e

³¹⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. [1966], p. 06. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³¹⁹ Ver Apêndice – D, com quadro-resumo dos **Participantes do III Encontro de Catequese**, ligados à província Eclesiástica de Olinda.

³²⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Relatório do III Encontro Regional de Catequese**. João Pessoa, 16 a 23 de fevereiro de 1968.

³²¹ Em Apêndice – E, apresentamos quadro-resumo de alguns **Encontros sobre Catequese** realizados, durante nosso espaço temporal, pelo Regional NE-2, confirmados durante nossa pesquisa.

onde a vivência é mais profunda e a participação ao culto litúrgico mais autêntica e viva.”³²² Esta resposta e as que se seguem alinham-se aos roteiros³²³ elaborados pela CNBB para o estudo da execução de todos os Planos Regionais.

Vale ressaltar que algumas observações críticas foram levantadas no que concerne a esse não progresso da renovação litúrgica, as quais não se referem à adequação da missa, como o uso de novos vocábulos e gestos, por exemplo. Mas sim, percebe-se a falta de sintonia entre o sentido da liturgia pós-Vaticano II e seu papel na vida.

No geral, facilidades e dificuldades foram pontuadas. Estas referem-se à heterogeneidade da massa; dispersão das comunidades e falta de entrosamento, de vivência cristã e falta, principalmente, de formação. Já no caso das facilidades, foi evidenciada a aceitação de parte dos fiéis; apoio de “certos bispos”, como também a existência de equipes litúrgicas.

Da avaliação do I Plano Regional constatou-se que em vários momentos, em linhas diferentes, os responsáveis pela sua recepção pontuaram a incompreensão e falta de apoio de alguns seguimentos da Igreja para com o processo de renovação em andamento. As informações dessa avaliação quanto à falta de apoio foram subjetivas. Mas nos levam a inferir que se tratou de divergências entre os *subcampos religiosos*.

Ainda no que se refere ao documento avaliativo das primeiras experiências do Plano Regional, destacou-se as falhas apresentadas ressaltando-se o que seria necessário realizar para a recepção tornar-se mais eficiente. Isto é, as experiências vivenciadas, sejam positivas ou negativas, serviriam de material para um planejamento pastoral mais bem preparado. Os aspectos negativos seriam um indicador do que deveria ser melhorado.

- a) diretrizes precisas, maior difusão das mesmas e das experiências;
- b) assessoria maior às dioceses;
- c) maior possibilidade de comunicação do Regional com o

³²² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. [1966], p. 06. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³²³ A CNBB elaborou roteiros para avaliação dos Planos Regionais em ação e é a partir deles que cada Regional elaborou seus relatórios de avaliação.

Nacional;

d) idem entre as dioceses e entre os Regionais para que experiências válidas;

e) diretrizes comuns que pudessem ser conhecidas e reexperimentadas³²⁴.

Assim como foi notificado com a ação catequética, verificou-se com a promoção da ação ecumênica [Linha n. 5] que, apesar das raras exceções de experiência existente, ainda existe muito a ser feito. Segundo o I Plano Regional, a única experiência que parece contemplar de modo amplo a experiência ecumênica é a Igreja Anglicana.

Apenas pastores, cristãos, professores e alunos de Seminários, quase por conta e risco próprios, tem realizado algum trabalho, não raro contando com a incompreensão e até a condenação das suas igrejas. O trabalho de proselitismo continua intenso, especialmente da parte das 'seitas', e **frequentemente a ação ecumênica da Igreja Católica e as doutrinas conciliares são interpretadas com visível má fé.** A chamada Igreja Brasileira, nas suas várias ramificações, constitui-se um problema especial³²⁵. (Grifo nosso).

A multiplicação, a concorrência no *campo religioso*, possivelmente explica a falta de coerência entre o que se é dito e a prática dos assuntos eclesiais. Não se pode perder de vista que o cenário católico, como vimos retratando, não se encontra em pleno crédito entre os fiéis e que existe o interesse de restaurar a *plausibilidade*.

Na última linha [n. 6], referente à promoção da melhor inserção do Povo de Deus no mundo, embora tenham sido apresentados alguns avanços positivos, em nosso ver, a resposta foi vazia. Percebemos que nada concreto foi realizado. De todo modo, foi declarado o compromisso de trabalhar melhor sobre os objetivos a serem atingidos nessa linha.

³²⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução.** [1966], p. 07. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³²⁵ Ibidem, p. 08.

3.1.2.2 - Planos Regionais de Pastoral de Conjunto II

Os dois últimos Planos³²⁶ Regionais de Pastoral de Conjunto Nordeste-2 não mudaram a essência de seus propósitos, conforme o primeiro.

Os resultados esperados das primeiras experiências da recepção propriamente dita, parece que ficaram comprometidas, em parte, pois não envolveram todas, ou senão, a maioria das dioceses do Regional, como era necessário.

Por outro lado, mesmo com essa ressalva, Pe. Raimundo Caramuru, responsável por detalhar o andamento dos cinco meses de execução do planejamento em nível Nacional durante reunião da Comissão Central da CNBB, afirmou que tudo foi “feito dentro da programação e previsão”³²⁷.

O Secretariado Regional Nordeste 2 reconhece a falta de integração de parte das dioceses:

Não estando todas as dioceses da Região igualmente sensibilizadas para o processo de planejamento, a participação efetiva das bases diocesanas foi de fato insuficiente para provocar uma consciência de integração Regional, requisito básico para uma pastoral de conjunto válida³²⁸.

Diante da falha acima, segundo próprio documento que acabamos de citar, o Secretariado Regional decidiu por traçar um plano de trabalho com o objetivo de ampliar ao máximo possível a participação das dioceses, fazendo-as sentirem-se parte da construção desse processo de atualização da Igreja Brasileira.

De um Plano Regional para outro observamos que as linhas de trabalho de cada um deles denotavam continuidade do processo de recepção em curso. Por exemplo, entre as diretrizes para o II Plano Regional propôs-se priorizar “o esforço de formação de pessoal para os vários setores de atividade pastoral, sem omitir o trabalho

³²⁶ Segundo o Ante-projeto do II Plano Regional Nordeste-2 a promulgação e execução deste estava marcada para janeiro 1968 – dezembro 1969.

³²⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Reunião da Comissão Central** – Ata da primeira sessão. Rio de Janeiro, 15 a 17 de junho de 1966, p. 174.

³²⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste-2. **Ante-projeto do II Plano Regional Pastoral de Conjunto do NE-2**. [s/d], p. 02.

de reflexão, levantamento e criação de assessorias e serviços”³²⁹.

Das diretrizes para o II Plano Regional, baseadas na experiências do I Plano, duas questões chamou-nos a atenção. Numa delas questionou-se o nível de entrosamento entre os vários seguimentos do clero e extra-clero, isto é, como foi o relacionamento do bispo com presbíteros, religiosos [as], leigos.

O questionamento sobre a falta de entrosamento entre os *subcampos* da Igreja foi bastante pertinente, tema que persistiu durante todo período de aplicação do Planejamento Regional em estudo. Tanto que, uma das necessidades que o Secretariado Regional sugeria a cada avaliação, era a de superar a falta desse entrosamento existente entre os diferentes grupos responsáveis pela execução. Uma preocupação, para nós, *plausível*, pois, como seria possível obter resultados satisfatórios em nível regional e até mesmo local, caso não houvesse um trabalho em colegiado?

Em alguns casos percebeu-se evolução, ou seja, a relação de presbíteros com religiosos, bispos melhorou. Mas quanto ao leigo, não se pode dizer o mesmo. Este é um tópico que merece um cuidado particular, assunto que discutiremos em momento específico.

O segundo questionamento refere-se à contribuição ou não do Plano Pastoral para renovação de atitudes e métodos de ação pastoral. Sobre esse ponto não daremos uma resposta objetiva, pois estamos tratando de um tema que envolve vários *subcampos religiosos*. Logo, interesses diversos estiveram envolvidos. Além do que, para acontecer uma mudança de atitude, comportamento, de *habitus* em um determinado seguimento da sociedade, sobretudo conflituoso, como é o caso do *campo religioso*, são necessários anos de vivências, experiências, readaptações, recriações.

Por isso, desmembrando a aplicação dos três Planos Regionais, averiguamos que várias propostas de mudanças ainda não foram implementadas, seja pela falta de pessoal especializado, de recursos materiais e até mesmo pelos conflitos envolvendo os *subcampos*.

Por conta das muitas falhas cometidas durante a execução dos dois últimos

³²⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste-2. **Ante-projeto do II Plano Regional Pastoral de Conjunto do NE-2.** [s/d], p. 03.

Planos Regionais do NE-2, em várias reuniões de avaliação de seu Secretariado Regional, o Episcopado, juntamente com todos os responsáveis pela realização do planejamento, como peritos, coordenadores, supervisores, procuravam criar novas *estratégias* para adaptar às diretrizes conciliares as suas realidades, no intuito de instaurar em suas dioceses uma nova *plausibilidade*. Buscou-se despertar no clero e leigo disposições, modos de agir, pensar, conduzindo-os a desenvolver um tipo de *habitus* condizente com a nova realidade que se pretendia alcançar. Portanto, as *estratégias* iam desde o aumento de duração de cursos de formação ao estabelecimento de critérios para participação de cursos ou encontros.

Entre os documentos de avaliação, destacamos um que trata da análise das atividades pastorais do primeiro semestre de 1969 focando, entre outras dioceses, a arquidiocese de Olinda e Recife³³⁰.

Encontrar esse documento para nós foi uma surpresa, pois no geral, como já havíamos justificado, os registros documentais, tanto da execução como da respectiva avaliação do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife, estão localizados no âmbito do Regional Nordeste 2.

Sobre a linha referente à promoção da unidade da Igreja [linha n. 1] constatou-se alguns progressos, como por exemplo, “melhor funcionamento do Conselho Episcopal; dinamização dos setores pastorais; **presença do Arcebispo e do Bispo Auxiliar junto aos monitores da Semana de Evangelização**”³³¹. (Grifo nosso).

A supervisão dos responsáveis pela AOR na promoção da ação evangelizadora mostrou a importância que um acompanhamento de um especialista exerceria durante implantação do Plano Pastoral. Até porque, as dificuldades pontuadas durante o processo avaliativo dos Planos Regionais em vários casos não foram superadas pela falta de supervisão especializada, de modo que atuasse em consonância com a linha específica de que era responsável. Por isso, durante avaliação de 1966 viu-se que era desordenado o aproveitamento dos peritos.

³³⁰ Estamos nos referindo ao documento produzido durante o Encontro Semestral do Episcopado e dos Coordenadores da Pastoral do Regional NE-2.

³³¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Encontro semestral do Episcopado e dos coordenadores da pastoral do Regional Nordeste-2**. Olinda; Recife, 16 a 19 de junho, 1969, [s/p]. Em Apêndice – F, apresentamos quadro-resumo dos participantes deste encontro.

Alguns serão intensamente solicitados para os projetos mais diversos, sem disponibilidade suficiente para aprofundar nenhum deles. Outros não serão devidamente aproveitados ou se dedicarão a projetos que não são de sua especialidade³³².

3.1.2.3 Plano Regional de Pastoral de Conjunto III

Da avaliação do III Plano Regional na AOR, sobre as linhas 2 e 3, referentes à Evangelização e Catequese, respectivamente, viu-se que ali, foi feito um trabalho sistemático direcionado a jovens, adultos e professores. Foi promovida uma semana de Evangelização considerado um êxito entre os vários participantes, de várias paróquias.

Os grupos que funcionaram, decidiram continuar o trabalho e **continuam reunindo-se**, uns semanalmente, outros quinzenalmente e outros mensalmente. O Sr. Arcebispo está fazendo para os mesmos, **uma exposição doutrinária**, cada semana, às segundas-feiras, às 20.30 horas, pela Rádio Olinda. **A coordenação publica**, semanalmente, **um Boletim com subsídios para os monitores**³³³. (Grifo nosso).

Da linha sobre Liturgia foi feito outro trabalho intenso, semanalmente, direcionado à publicação de textos subsídios para a pastoral litúrgica, no Boletim Arquidiocesano, como também nas homilias, celebrações etc.

Da linha sobre ecumenismo também foram empreendidos importantes esforços para ampliar a experiência ecumênica. Vale a pena transcrever algumas das várias iniciativas:

- 1) A assessoria de Ecumenismo preocupa-se com a integração da pastoral ecumênica em toda a pastoral de conjunto;
- 2) Tem melhorado o relacionamento ecumênico, no Recife e em Olinda. (As posições de Dom Helder eram bem aceitas entre os

³³² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Reunião do Secretariado Geral e dos Secretariados Nacionais. **Revisão dos projetos do Plano de Pastoral de Conjunto realizados ou em realização**. Rio de Janeiro, 16 e 17 de setembro de 1966.

³³³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Encontro semestral do Episcopado e dos coordenadores da pastoral do Regional Nordeste-2**. Olinda; Recife, 16 a 19 de junho, 1969, [s/p].

evangélicos);

3) Tem havido um trabalho de relacionamento entre o Seminário Presbiteriano e o Instituto de Teologia do Recife, com bons resultados.

4) Atuação viva e benéfica da Fraternidade de Reconciliação, composta de monges de Taizé e dos da Ordem de S. Bento, em Olinda.

5) Divulgação de artigos e trabalhos sobre temas ecumênicos pela imprensa³³⁴.

Por último, a linha de trabalho número seis, referente à promoção da melhor inserção do povo de Deus no mundo, deixa claro que um de seus objetivos principais direcionou-se ao entrosamento com a Operação Esperança, OE, “que desenvolve um trabalho de promoção humana, nas chamadas áreas de risco do Recife”. Para nós, essa proposta sintonizou-se aos objetivos da linha, promoção humana.

Para entendermos melhor a amplitude da importância desse movimento, consideramos ímpar um pouco sobre o histórico da Operação Esperança, da qual ainda subsistem exemplos concretos, isto é, três engenhos em atividades na Região Metropolitana de Recife.

O movimento foi criado por Dom Helder Camara em apoio aos flagelados da enchente do dia 15 de junho 1965, na Região Metropolitana do Recife. Através da OE “(...) Organiza-se o Povo. Não para o ódio e a destruição. Para a resistência pacífica. Para a exigência na paz. Para a imposição do direito na base do Amor”³³⁵.

Da essência do movimento, declarou seu idealizador, Helder Camara, pouco depois de sua implantação, durante o Vaticano II:

I) Considerações preliminares

1. A OE nasceu para tentar levar ajuda fraterna às Áreas-desafio do Recife, mas pretende ser uma Escola de preparação para o

³³⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Encontro semestral do Episcopado e dos coordenadores da pastoral do Regional Nordeste-2**. Olinda; Recife, 16 a 19 de junho, 1969, [s/p].

³³⁵ CAMARA, Helder. 13ª Carta-Circular. Roma, 22/23.09.1965. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. 1. ed. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 39. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

desenvolvimento, que facilite às Massas habitacionais de referidas Áreas, à transformação em Povo e à integração na vida normal da Cidade e da Região, e isto com repercussão em todo o Nordeste.

2. A OE sente-se, então, solidária com todas as populações nordestinas em condições iguais ou piores do que as enfrentadas pelas Áreas-desafio do Recife. Dentro da Mística e da Filosofia de ação que faz suas e de seu método de conscientização construtiva, quer ajudar o Recife a estar à altura de sua responsabilidade de Cidade-líder do NE e de Capital do Nordeste em desenvolvimento³³⁶. (Grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, em 2006, o depoimento do Sr. Augusto Costa, presidente do movimento, revela que,

Anteriormente à Operação Esperança é (*sic.*) uma organização que, além de assistir os três engenhos, ela também tinha uma atuação muito forte na região metropolitana. É (*sic.*) no caso de Casa Amarela, morros de Olinda, morros das áreas periféricas³³⁷.

Diante do que acabamos de analisar sobre a aplicação do Planejamento Regional na AOR, podemos constatar que durante pelo menos o primeiro semestre de 69, bons progressos foram alcançados. Talvez por haver atuação dos grupos de cada uma das linhas de forma mais sistemática.

Essa ação sistemática não seria possível não fosse o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, CEB's, sobre as quais, nos dois últimos Planos Regionais, pontuava-se a necessidade de promover aliança com as comunidades de base para uma melhor e mais eficiente adaptação ao Vaticano II nos Regionais. Tais comunidades foram o ponto *estratégico* que, juntamente com as pesquisas realizadas pelo CERIS³³⁸, ajudariam aos grupos das respectivas linhas de trabalho a tomarem conhecimento da realidade de marginalização, de afastamento do catolicismo. Com isso, tais grupos tentariam superar as dificuldades no mundo social, recorrendo às

³³⁶ CAMARA, Helder. 24ª Carta-Circular. Roma, 03/04.10.1965. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. 1. ed. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 81. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

³³⁷ COSTA, Augusto. Entrevista cedida pelo Presidente da Operação Esperança. Realizada na cidade do Paulista, aos dias 16 de maio de 2006, às 10:30h.

³³⁸ Em anexo – D, apresentamos quadro-resumo das **Pesquisas** realizadas pelo CERIS e pelo SNAM, cuja grafia correta: SNAMHI – Secretariado Nacional Ministério Hierárquico.

diretrizes do Vaticano II na tentativa de criar uma *nova estrutura de plausibilidade*, um novo modo de ser Igreja que se fizesse coerente aos anseios cotidianos.

Revisitando a fase final do período de execução do PPC, já em meados de 1969 foi iniciada a discussão pelo Episcopado Brasileiro, sobre o rumo que seria dado ao Planejamento Pastoral no Brasil. Conforme Raimundo Caramuru, “o sistema de revisão e avaliação pode ser montado ao longo da própria ação. Não é necessário esperar o término das atividades para iniciá-lo”, isto é, esse acompanhamento é feito durante o desenrolar da aplicação, que funciona como uma espécie de controle³³⁹. Diferente do que afirmou Caramuru, alguns sacerdotes tinham a impressão de que, completados os cinco anos, o processo de Planejamento pararia. Pelo contrário.

Reuniões da Comissão Central da CNBB deixou claro que não era esse o interesse, mas sim o de tomar as experiências desses cinco anos, marcados por pesquisas sobre a realidade das arquidioceses, dioceses e paróquias brasileiras, cursos de formação, de reflexão, e construir novas Diretrizes de atividades Pastorais e, além de traçar novas rotas, melhor acabadas.

Portanto, ao término do atual PPC, a CNBB tinha a pretensão de continuar o Planejamento Pastoral, mas seguindo novos métodos, diretrizes, novas instituições. Em reunião da Comissão Central de 1969³⁴⁰ foram aprovadas novas deliberações para um novo Plano Pastoral de Conjunto Nacional.

Em análise, paralela à documentação primária, coletamos em bibliografia secundária algumas inquietações no meio eclesial, em meados e final do nosso período em estudo, acerca do andamento da aplicação do PPC, que partem do padre José Marins e do frei Boaventura Kloppenburg.

Frei Kloppenburg afirma que a aplicação do PPC e as necessidades que precisam atingir não estão caminhando na mesma direção, pelo menos por enquanto, pois o mesmo parte da premissa de que,

Um grande esforço foi despendido no sentido de formar o plano. Os resultados não corresponderam, até agora, às necessidades.

³³⁹ BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil: uma Igreja em renovação**. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967, p. 136.

³⁴⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da 9ª reunião da Comissão Central**. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1969, p. 226.

Por várias razões. Entre outras, a intrínseca dificuldade, que apresenta a aceitação de qualquer pedagogia de renovação em profundidade e a impossibilidade de conseguir pessoal habilitado para exercer, com estabilidade, a função de coordenadores³⁴¹.

Diante do segundo ponto levantado pelo Frei Boaventura Kloppenburg, indagamos porque essa impossibilidade de se conseguir pessoal habilitado, uma vez que programas de formação e de reflexão foram realizados em todo o Brasil? Essa impossibilidade não seria explicada pela falta de reconhecimento, de não aceitação “em profundidade” do Planejamento?

Houve um esforço, pelo menos foi o que constatamos com a documentação estudada, por parte da Comissão Central da CNBB, para que houvesse formação, preparação de pessoal para o processo de Planejamento. Se este mesmo esforço foi consoante à grande parcela do Episcopado brasileiro, eis outra questão.

Para que haja unidade entre o texto e a prática, quando se fala do processo de Planejamento, das vias de fato de sua implementação, é preciso levar em conta que, como defende frei Boaventura Kloppenburg,

A aplicação correta do processo de planejamento pastoral exige a percepção de duas distinções fundamentais: 1) uma coisa é o processo de planejamento que não sofre solução de continuidade, não se reduz a documentos, mas renova por dentro as instituições e dá vida à letra. 2) de outro lado há que distinguir as diretrizes, quer dizer, a codificação dos objetivos, da sistemática, das metas, isto é, o ‘para que’, o ‘como, os ‘resultados globais que se esperam da ação’ a empreender, e os planos de atividades, que compreendem detalhadamente as operações necessárias à organização, os orçamentos, etc.³⁴²

O PPC não se resume a apenas um documento. “Não é somente um instrumento de coordenação das atividades pastorais, mas é a expressão do compromisso da Igreja no Brasil com a atualização do Concílio Vaticano II”³⁴³. Pretende ser uma ação contínua por ser um instrumento a serviço dessa mesma renovação, não limitando-se ao período firmado para execução.

³⁴¹ BOAVENTURA, Kloppenburg, Frei. “**Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB**. Decisões da X Assembléia Geral do Episcopado”. In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 29, fasc. 3, set.de 1969, p. 645.

³⁴² Ibidem, p. 645.

³⁴³ Ibidem, p. 644.

Para Kloppenburg é um instrumento muito valioso para os fins a ele determinado. Por isso, “a CNBB deve conservar e aperfeiçoar o processo de planejamento aplicado à pastoral. Se positivamente aplicado, é um instrumento aptíssimo para obter a ordenada renovação da Igreja”³⁴⁴. Enquanto recurso a serviço da Igreja, continua, “a revisão da experiência já realizada será ótima ocasião para aprofundamento de alguns aspectos da aplicação do processo à pastoral. Nos próximos meses dever-se-á proceder de maneira mais intensa e sistematizada à avaliação”³⁴⁵. Para que a partir dela seja possível realizar um aprofundamento, mais eficiente e condizente com a realidade, principalmente no que se refere ao melhoramento da comunicação com leigos, de sua participação no processo.

No entanto, quando pensamos a recepção do documento aprovado pelo Episcopado Brasileiro, a vivência desse documento no dia-dia de uma arquidiocese, diocese, paróquias, é preciso levar em consideração que no momento da prática não é apenas a hierarquia que atua, mas todo corpo da Igreja, isto é, bispos, presbíteros, religiosos, religiosas e leigos.

Porém, não foi isso que constatou frei Kloppenburg. Dito isto, questionamos: como pode haver aplicação de um Planejamento satisfatória sem uma participação no sentido horizontal de todos os setores da Igreja? A impressão que temos é a de que o desenrolar do processo de Planejamento esteja atrelado às ordens primeiras da hierarquia. Portanto, devem ser cumpridas pelos demais representantes da Igreja, e isso implica dizer que, qualquer forma de questionamento, por exemplo, não será muito bem aceita, pois os *subcampos* contrários ao Vaticano promoverão *estratégias* de resistências à criação de uma nova *estrutura de plausibilidade*.

Nesse sentido, é oportuno ampliarmos a discussão para o poder de contestação existente na Igreja Católica, abordando as razões de quem contesta e por qual motivo o faz.

Quem contesta na Igreja, segundo frei Boaventura, pertence a três seguimentos diferentes da Igreja: quantitativamente, são clero e religiosos; em seguida vem os leigos e por último, numa perspectiva qualitativa, os grupos de teólogos, dos

³⁴⁴ BOAVENTURA, Kloppenburg, Frei. “**Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB**. Decisões da X Assembléia Geral do Episcopado”. In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 29, fasc. 3, set.de 1969, p. 645.

³⁴⁵ Ibidem, p. 645.

centros de estudos, grupos de pesquisa, revistas teológicas. São setores que aparecem para criticar, entre outros quesitos, o poder arbitrário da autoridade, conforme pode ser constatado pelos padres do Regional Norte 1:

Sentimos que **nossos Bispos não se comunicam conosco**. Vivem entre nós, mas não convivem conosco. Mostram-se fechados, retraídos, isolados. Fazem das reuniões do clero ocasiões para monólogos prolongados e estéreis (...) **Quantas decisões que envolvem os sacerdotes e seus trabalhos não são feitas unilateralmente, sem diálogo, por simples decretos?** Referimo-nos particularmente a decisões que estabelecem métodos pastorais. Quantas vezes **tais métodos não são impostos contra vontade daqueles que terão de adotá-los** como norma de trabalho?³⁴⁶. (Grifo nosso).

Mesmo o fragmento pertencendo ao Regional Norte 1, as inquietações acima servem para entendermos a situação de insatisfação referente à Igreja Brasileira, configurando-a enquanto unidade dentro de uma diversidade eclesial. E como tal, a leitura da citação descrita, alonga-se também nos demais Regionais, inclusive no Regional Nordeste 2, com reflexo significativo na arquidiocese de Olinda e Recife.

3.2 - Bispos, presbíteros, religiosos, religiosas e leigos: (des)união no *campo religioso* arquidiocesano.

Nesse último momento do capítulo, explanaremos pontualmente, a partir das fontes orais e escritas, como se deu a recepção por cada um dos seguimentos da arquidiocese de Olinda e Recife. Isto é, bispos, presbíteros, religiosos, religiosas e leigos. Visto que entendemos ser fundamental “compreender a” aprovação “ou não daqueles a quem são destinados a lei, pois esta é que determina, em última instância, o sucesso ou o fracasso da materialização da lei”³⁴⁷.

³⁴⁶ SEDOC 1/1968, Col. 49. apud BOAVENTURA, Kloppenburg, frei. “**Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB**. Decisões da X Assembléia Geral do Episcopado”. In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 29, Fasc. 3, setembro de 1969, p. 655-656.

³⁴⁷ AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999, p. 15 [Capítulo I]. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

Destes grupos, os bispos e alguns presbíteros participaram da elaboração e promulgação do Plano de Pastoral de Conjunto. Sobre eles não será possível o recurso da fonte oral na discussão de todos os seguimentos devido às limitações interpostas durante o percurso de nossa pesquisa. Entre elas, por exemplo, recusa de convite para entrevista; envio de questionário sem retorno de respostas etc.

Os dados relativos à fonte oral, por nós adotada, serão, em nossa perspectiva, de importância singular, por se tratarem de uma memória histórica em construção e, como tal, traz em si suas especificidades, restrições de lugares, antes vividos e ora rememorados.

Por fonte oral entendemos “o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hipóteses e do tipo de informação que lhe pareça imprescindível possuir.”³⁴⁸

Nosso interesse no uso desse recurso deve-se ao fato de estarmos pesquisando um tema recente, portanto, algumas das pessoas que participaram, sobretudo da aplicação do Plano Regional, encontram-se vivas. Recolher e utilizar seus depoimentos, para nós, tem o objetivo de consubstanciar, no caso específico da aplicação do Plano Regional do NE-2 e, por conseguinte, da AOR, as informações encontradas nos documentos oficiais da CNBB. A fonte oral tem nos ajudado por concebê-la enquanto “narrativa oral [que] tem sido observada tanto como evidência sobre o passado quanto como prova sobre a construção social do presente”³⁴⁹.

Inicialmente, pensamos entrevistar representantes de cada um dos grupos. Mas, ao final, conseguimos representantes de dois deles, padres e leigos. Ambos representados nas pessoas do Padre Reginaldo Veloso e do engenheiro civil Paulo Cordeiro, respectivamente.

Na primeira avaliação do Plano de Pastoral Nacional, de 1966, realizado pela CNBB, havia a constatação de que este Plano permitiria ampla renovação de toda a base, mesmo que fosse lenta; porém era efetivo o entrosamento de todos os níveis da

³⁴⁸ VOLDIMAN, Daniele. “Definições e usos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 36.

³⁴⁹ CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: FERREIRA, Op. Cit., p. 155.

Igreja³⁵⁰, isto é, entre bispos, padres, religiosos, religiosas e leigos.

No entanto, nas avaliações do I Plano Regional e nos ante-projetos do II e III Planos Regionais de Pastoral de Conjunto dos anos posteriores, viu-se o apelo constante da necessidade de aproximação, seja entre bispos e padres, padres e religiosos e desses todos com os leigos. Apelo que acontecia, em geral, no item referente à recepção da linha de trabalho “promover a Unidade Visível da Igreja”.

Pensar a “unidade” numa Igreja formada por *subcampos*, em que a concorrência pela manutenção do controle do *capital simbólico* é uma constante, seria idealizar o processo histórico e desconsiderar a pluralidade de *habitus* coletivos e individuais, posto que as disposições sociais, o modo de comportar-se, em grupo ou individualmente, transforma-se de acordo com as circunstâncias. Comprovamos que o envolvimento desses vários grupos, dos vários *subcampos* na implementação do Plano Regional, provocou reações diversas.

O comportamento do bispo de nossa amostra foi o mais receptivo possível. Conforme verificamos nas Cartas-Conciliares, Dom Helder Camara não apenas participou da elaboração e aprovação, como também foi um entusiasta em ver a CNBB sair do Concílio com um Plano de Pastoral aprovado. Isto não significa que não houve resistência. Um deles foi o pároco da Igreja Nossa Senhora da Piedade, Jaboatão, Mons. Guedes, que resistiu à recepção do Plano Regional. Segundo relato do engenheiro Paulo Cordeiro, Mons. Guedes, mesmo após o Vaticano II, optou por realizar a missa de costas.

Monsenhor Guedes não aceitou nenhuma das Reformas propostas pelo Vaticano II. Ele era da paróquia Nossa Senhora da Piedade, na rua do Lima....Ele não aceitava, ele não aceitou uma série de coisas dessas. **Ele continuou celebrando a missa de costas para o povo e com uma série de coisas do tempo antigo**³⁵¹. (Grifo nosso).

No que tange aos presbíteros, na primeira experiência do Plano Regional, no que se refere à linha de trabalho número um, “percebe-se mudança, lenta, mas

³⁵⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Balanco do Plano de Pastoral de Conjunto**: janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966.

³⁵¹ CORDEIRO, Paulo, engenheiro. Entrevista realizada aos dias 18 maio de 2009.

significativa. Aumenta-se o diálogo entre padres e bispos”. Embora parecesse um processo lento, o mais importante é que se verificava a transformação³⁵². O período de inércia na Igreja arquidiocesana parecia mudar de página, pelo menos em alguns setores.

Analisar a situação do presbítero, remete-nos rever o item vocação, sobre o que algumas questões estavam em foco.

Nem sempre o povo percebe a ligação dos padres com o bispo. [...]. **A figura e função do padre é discutida:** para uns, deve viver do e para o ministério; outros acham que deve viver com o povo e assim evangelizá-lo. Opina-se sobre o casamento e o exercício de uma profissão independente do ministério. Os padres são vistos ora como felizes, ora como resignados ou marginalizados, inseguros e amargurados pela perda dos privilégios. Alguns são censurados de, no trabalho pastoral, **procurar soluções para o povo e não com ele**³⁵³. (Grifo nosso).

A polêmica em torno da função do padre, sobretudo após o Concílio Vaticano II, cedeu lugar a longas discussões, principalmente, em razão da mudança que o presbítero veio a ocupar. O novo padre deveria servir à Igreja *ad intra* e *ad extra*. Situação que não foi em nada fácil, notadamente para aqueles padres que viviam habituados a tradição tridentina, voltada acima de tudo para gerir a instituição e não as pessoas.

Dando prosseguimento ao foco de nossa atividade individual, isto é, os setores eclesiais, veremos então o grupo dos religiosos, entendendo por esse item, religiosos e religiosas.

Durante a Revisão do I Plano Regional do NE-2 averiguou-se grande esforço de instituições confessionais em prol da promoção humana. “Na linha 1”, por exemplo, “percebe-se melhor integração do leigo nas atividades pastorais da Igreja. **Algumas congregações encontram-se fechadas**; mas nota-se melhor diálogo entre padres e religiosos; entre bispos e religiosos”³⁵⁴. Mais uma vez, o exemplo clássico dos

³⁵² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³⁵³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2**. 30 de outubro de 1968, p. 06.

³⁵⁴ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. Op. Cit.

“subcampos” da arquidiocese de Olinda e Recife, onde a “unidade visível da Igreja”, deliberada pelo Vaticano II, constava em segundo plano.

Em contrapartida, dois anos mais tarde, durante a avaliação do II Plano Regional, e concomitantemente, elaboração do III Plano Regional, não se observava tão claramente a aproximação dos bispos com os religiosos; esta não parecia mais a mesma. Isto é, **“não se percebe entrosamento entre o bispo e os religiosos”**³⁵⁵. (Grifo nosso)

Não podemos afirmar, no âmbito da arquidiocese de Olinda e Recife, até onde esse argumento se encaixa à sua realidade, uma vez que seu bispo, Dom Helder Camara, era considerado um dos mais *carismáticos*, senão o mais *carismático*, segundo os jornais da época. Segundo Max Weber, o *carisma*

ou pode e precisa ser proporcionado ao objeto ou à pessoa de modo artificial, por certos meios extracotidianos. A mediação entre essas alternativas consiste na suposição de que, apesar de as capacidades carismáticas não poderem desenvolver-se em nada e em ninguém que não as possua em germe, tal germe permanece oculto se não é estimulado ao desenvolvimento, se o carisma não é ‘despertado’³⁵⁶.

Parafraseando Max Weber, o ambiente em que Dom Helder Camara atuava, articulava, o permitia aflorar o seu lado carismático, o que *legitimava* ainda mais o seu *trabalho religioso*.

Por outro lado, é interessante como foi tecida a figura do grupo de religiosos para os fiéis, “entendida em termos de serviço. Recebiam elogios, como capacidade de organização, mas censura também, **como sendo de mentalidade fechada**”³⁵⁷. (Grifo nosso). Sugeriu-se maior aproximação dos religiosos com o povo; maior conscientização dos religiosos sobre problemas da realidade; união dos religiosos entre si; vida de mais caridade; mais estímulo aos leigos para estes ajudarem aos religiosos nas suas lutas atuais³⁵⁸.

³⁵⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2**. 30 de outubro de 1968, p. 09.

³⁵⁶ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 280. v. 1.

³⁵⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2**. Op. Cit., p. 09.

³⁵⁸ Ibidem, p. 09.

As críticas pareceram bastantes visíveis sobre os religiosos, mas mostraram-se também contraditórias. Primeiro evidenciou-se a visão do religioso não engajado, não tão consciente da importância do trabalho direcionado à promoção humana. Isto é, **“Os religiosos como conjunto talvez não tenham tanto sentido do humano. Mas há muitos religiosos individualmente que têm e há um esforço que se generaliza em adquiri-lo. Talvez haja um adiantamento das religiosas nesse ponto.”**³⁵⁹ (Grifo nosso).

Talvez o não engajamento dos religiosos, conforme o esperado, devia-se à crise de vocação inflamada sobre a categoria, após o Vaticano II.

Entre os religiosos há uma crise semelhante a do clero, não sabem mais o que seja ser religioso ou religiosa, hoje. As congregações mais diferentes, no final fazem as mesmas coisas. [...]. Os religiosos têm de procurar uma nova imagem de sua vocação e um novo *campo* de ação.. [...]. O que se diz no texto deve-se entender também e talvez principalmente das religiosas e não apenas dos religiosos.³⁶⁰ (Grifo do autor).

Por outro lado, esta mesma crítica perde sentido, quando em mesmo documento as retificações da escrita dos relatórios de avaliação reconhecem que, aquele último argumento é uma visão deturpada do que acontece na realidade.

A visão apresentada não faz suficiente justiça aos religiosos. **Entre os religiosos padres**, em especial os vigários, **há um sério esforço de atualização**. Nem se pode distinguir, no trabalho pastoral e no afã de renovar-se o religioso do padre secular. [...]. é verdade que há **superiores de formação mais antiga** que **são receosos e que freiam mais**³⁶¹. (Grifo nosso).

Esta passagem nos chama a atenção em dois pontos de vista:

Primeiro, para o reconhecimento do esforço dos religiosos. Neste sentido, durante revisão da execução do I Plano Regional, o trabalho das religiosas parece

³⁵⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2**. 30 de outubro de 1968, p. 04.

³⁶⁰ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Síntese da visão crítica do ante-projeto do III Plano Regional NE-2**. Encontro de Coordenadores dos Secretariados diocesanos da Região Nordeste II. 25 e 26 de novembro de 1968. Centro de Treinamento Seminário de Olinda, p. 04.

³⁶¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2**. Op. Cit., p. 04.

sobressair ao se constatar que entre elas houve o despertar para o estudo de formação pastoral; para o envolvimento intenso em vários trabalhos na paróquia; participação em numerosos encontros³⁶².

Percebeu-se o “grande esforço de renovação que se faz no interior das congregações mas que **ainda não frutificaram por causa da grande estratificação que existe**. Mas um dia aparecerão os frutos”³⁶³. (Grifo nosso).

Eis o segundo ponto, quando se fala de estratificação. Isto é, notamos o quão patente é a resistência à aplicação do Plano Regional. Quando se admite a existência de parte do sacerdócio que impede sua execução, vemos que, assim como qualquer *campo*, o religioso é bastante plural, concorrente. Isso mostra que havia divisão do clero no momento da prática do Plano Regional de Pastoral de Conjunto do NE-2 e, mais uma vez, pareceu difícil a implantação da “unidade visível da Igreja”.

O último grupo que retrataremos diz respeito à situação do leigo³⁶⁴ nesse processo de planejamento.

Analisando os três Planos Regionais Nordeste-2, foi clara a ênfase dada à importância do leigo, junto aos bispos, presbíteros, religiosos etc., na base de implementação de todas as linhas que os compõem.

Quando partimos para o estudo do alinhamento entre o texto dos Planos Regionais e execução do papel desse setor na Igreja, vemos as incongruências. Ou seja, por mais que tenha ocorrido o interesse em, teoricamente, integrar o leigo à aplicação da Pastoral de Conjunto, seja na arquidiocese de Olinda e Recife³⁶⁵, como também em outras dioceses do Regional NE-2, o fato é que em todas as avaliações documentadas dos Planos Regionais, aparecia a preocupação de incentivar o leigo, de despertá-lo para sua nova função na Igreja. Era como se o leigo durante todo processo de recepção não assumisse o seu novo papel, e por conseguinte, não tivesse atuado

³⁶² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

³⁶³ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Síntese da visão crítica do ante-projeto do III Plano Regional NE-2**. Op. cit., p, 04.

³⁶⁴ Em 1946, Pio II declarou que “os leigos também são Igreja”. In: GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. **Do Vaticano II a um novo concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola; Rede e Paz; Ceris, 2004.

³⁶⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Encontro semestral do Episcopado e dos coordenadores da pastoral do Regional Nordeste-2**. Olinda; Recife, 16 a 19 de junho, 1969, s/p.

conforme o esperado.

A impressão que nos desperta é que, mesmo com as deliberações do Vaticano II ampliando a participação leiga nos serviços e na vida da Igreja, na prática, seguimentos do clero, sobretudo da hierarquia, não reconheceu de fato essa nova condição. Tanto que, durante a elaboração do III Plano Regional do NE-2, sugeriu-se “apoio e confiança nos leigos e maior liberdade de ação dentro da igreja e valorização de seu trabalho por parte da hierarquia”³⁶⁶.

O laicato é um dos problemas essenciais. Vivemos ainda a dicotomia Igreja-leigos. Ainda não se conseguiu engajá-lo com membro autêntico e autônomo. A própria teologia do leigo não está clara, **sua missão ainda não está definida.** Temos que chegar a uma reformulação da idéia dos leigos. **Estamos atrasados em um século. Há ausência de ligação entre a vida do leigo e a vida da Igreja,** expressa na própria linguagem do povo. **Em tese, aceita-se a teoria do leigo, mas na prática, a gente nega tudo;** Na Igreja do Brasil há leigos dispersos que atuam. Mas, **o laicato organizado é desconhecido,** não há leigos representando um conjunto e se exprimindo como tal no seio da Igreja. **Não há lugar para eles;** a visão que os padres tem do leigo é limitada à ajuda que dele pode receber. Numa visão mais adulta os padres até deviam ser evangelizados pelos leigos.”³⁶⁷ (Grifo nosso).

Durante algumas reuniões da Comissão Central da CNBB, as discussões sobre a posição do leigo foi um dos temas em foco, isso quase ao final do período dos cinco anos de vigência para a recepção do PPC, o que podemos constatar em ata da 6ª reunião da Comissão Central, em setembro de 1969:

Não será fácil, na situação atual, motivar os leigos para que assumam a realização deste trabalho. Não só a marginalização em que (há muito tempo) se encontram, mas também a decepção de muitas outras tentativas de aproximação e entendimento com a hierarquia, a diversidade de mentalidade dos grupos, a quase-clandestinidade a que muitos são obrigados, serão obstáculos

³⁶⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2.** 30 de outubro de 1968.

³⁶⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Síntese da visão crítica do ante-projeto do III Plano Regional NE-2.** Encontro de Coordenadores dos Secretariados diocesanos da Região Nordeste II. 25 e 26 de novembro de 1968. Centro de Treinamento Seminário de Olinda, p. 05-06.

bem sérios a vencer³⁶⁸.

Apesar das críticas contundentes quanto à ausência do leigo, ainda havia aqueles que se interessavam em integrá-lo, reparar os erros dos Planos Regionais anteriores. Tanto que, entre as sugestões de emenda para o III Plano Regional do NE-2 versavam sobre: destacar deficiências da reflexão teológica e da atuação do clero e religiosos frente ao leigo; fazer constar a desarticulação ainda existente entre os trabalhos da CNBB e dos movimentos leigos e ausência de representantes desses movimentos entre os organismos da Igreja em Plano Nacional e Regional³⁶⁹.

Por outro lado, esmiuçando o depoimento cedido pelo engenheiro Paulo Cordeiro, fica bem claro para nós que, o Vaticano II serviu como “divisor de águas” sobre a função e atuação do leigo na arquidiocese de Olinda e Recife. A declaração de Paulo Cordeiro evidencia esse momento:

A partir de 60 quando surgiu essa Pastoral de Conjunto, eu só tive notícia dela por jornal. Naquela época, sobretudo antes do Vaticano II, **os leigos** eram simplesmente figuras que assistiam ao que se passava dentro da Igreja. Era como uma pessoa que vai ao cinema. Ela **é platéia, é espectadora**, ela **não participa em nada. Depois do Vaticano II foi que começou uma inserção do leigo** e o leigo **começou a assumir um protagonismo dentro da Igreja. Mas antes disso, não.** O leigo era simplesmente um assistente. Algumas beatas, algumas pessoas assim decidiam prestar alguns serviços para os padres, mas sempre numa escala ridícula e de serviço mais braçal, mais de apoio, de que num aspecto mais religioso propriamente dito³⁷⁰. (Grifo nosso).

Comparando os dois momentos da situação leiga, o que está no texto e o que foi implementado, diante das seis linhas de trabalhos [promover a unidade visível da Igreja; promover a ação missionária; promover a ação catequética; promover a ação litúrgica; promover a ação ecumênica; promover melhor a inserção do povo de Deus no mundo], podemos perceber que em algumas linhas houve e ainda há alguns avanços,

³⁶⁸ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Ata da 6ª reunião da Comissão Central.** Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1969, p. 215.

³⁶⁹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Síntese da visão crítica do ante-projeto do III Plano Regional NE-2.** Encontro de Coordenadores dos Secretariados diocesanos da Região Nordeste II. 25 e 26 de novembro de 1968. Centro de Treinamento Seminário de Olinda.

³⁷⁰ CORDEIRO, Paulo, engenheiro. Entrevista realizada aos dias 18 maio de 2009.

contudo, em outras não. Percebeu-se que em alguns aspectos, em algumas linhas de trabalhos, houve a incorporação de um novo *habitus*, visto que, sua prática na Igreja foi modificada. Por isso existe diferença gritante entre o *habitus* do leigo antes e depois do Vaticano II.

Essa mudança na disposição do leigo, apresentada por Paulo Cordeiro, refere-se às linhas de trabalho de promoção da ação missionária; promoção da ação catequética e promoção da melhor inserção do povo de Deus no mundo. Para Paulo Cordeiro, há importante atuação do leigo na ação missionária, como foi o exemplo do trabalho leigo em prol da expansão do “movimento Equipes de Nossa Senhora”. Movimento Cristocêntrico, direcionado à espiritualidade de casais que, no Brasil, surgiu em São Paulo e, na década de 80, chegou na arquidiocese de Olinda e Recife. E a partir daqui, já foi expandido para Maceió e cidades vizinhas³⁷¹.

Sobre a linha de catequese, Paulo Cordeiro relata que existem vários ramos de catequese, e que o leigo está presente efetivamente em diversos deles, sobretudo pela falta de sacerdotes nas paróquias, cabendo ao leigo assumir essa responsabilidade.

Quanto à linha de melhor inserção do homem no mundo, o relato de Paulo Cordeiro é enfático, ao afirmar que, entre todas as linhas, esta é a que mais se encontra a participação leiga. “Diante de todos os pontos que vimos aqui, eu acho o mais importante. Eu acho. Eu acho que o leigo se insere muito bem. Ele tem trabalhado bastante na inserção da nossa Igreja no mundo. Eu acho uma coisa até muito mais própria do leigo, que do sacerdote”³⁷².

Através do extenso recorte que ora apontamos, a aplicação do Plano de Regional NE-2 mostrou o envolvimento dos vários setores, em níveis diferentes. Faz-nos confirmar, mais uma vez, a pluralidade do *campo religioso* da arquidiocese de Olinda e Recife. Vimos que cada grupo responsável pela implantação do Plano comportou-se, de acordo com a disposição de seu *habitus*³⁷³, com seu modo de pensar, de agir, o que estava associado ao grupo a que pertencia no âmbito arquidiocesano.

³⁷¹ CORDEIRO, Paulo, engenheiro. Entrevista realizada aos dias 18 maio de 2009.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Cf. BOURDEIU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Por outro lado, não podemos esquecer que o objetivo em nossa dissertação, não é encerrar uma verdade sobre atuação dos diversos grupos durante a aplicação do PPC na AOR, mas contribuir e ampliar a discussão acerca do assunto na história da Igreja brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa dissertação abordamos a dinâmica do processo de aplicação em nível nacional e, sobretudo, local do Plano de Pastoral de Conjunto em uma das arquidioceses, politicamente, a mais estratégica do Nordeste brasileiro, a de Olinda e Recife.

A partir da análise de nossa pesquisa observamos que o PPC, para atingir sua materialização, perpassou por um longo processo, envolvendo ideias, expectativas, interesses dos *subcampos religiosos* do catolicismo brasileiro. Expectativas essas relacionadas às mudanças, às práticas pastorais, aos *habitus* daqueles que participam deste mesmo catolicismo na tentativa de gerar uma nova *estrutura de plausibilidade* que fizesse sentido tanto para o clero, quanto para os fiéis ávidos por transformações em vários setores da Igreja, que dizia respeito à pastoral, à catequese, à liturgia etc.

Da idealização à materialização, longas discussões foram travadas, posto que o PPC não foi fruto de unidade da Igreja Católica, mas sim resultado de entrosamento entre os *subcampos* do Episcopado brasileiro, concorrentes pela manutenção do controle sobre o *capital simbólico*.

Para nós, a conciliação representou um ato estratégico para que fosse aprovado, pois havia *subcampos* que não concordavam com as inovações conciliares ou que a situação da Igreja Católica, naquele momento, não estaria apta para implementá-las, o que podemos perceber durante as discussões antes da definitiva promulgação do PPC, em plena Assembleia da CNBB, em Roma, durante o último período conciliar.

Mas as expectativas superaram as prospectivas, no sentido de que, o Episcopado brasileiro, em sua maioria, vivia a necessidade de continuar o Plano de Emergência. Por isso, justifica-se sua mobilização em reunir os vários Regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil promovendo discussões, reuniões, paralelas ao evento conciliar, para que o PPC ultrapassasse o *campo* das ideias.

Em nossa perspectiva, essa mobilização em elaborar e promulgar o Plano de Pastoral de Conjunto, ainda durante o Concílio Vaticano II levou-nos a duas considerações.

A primeira, a de que, por um lado, havia sim, o interesse em dar continuidade e aprofundamento ao Planejamento Pastoral na Igreja brasileira, despertado por alguns *subcampos*. Principalmente porque o Concílio sinalizara a necessidade de esta mesma Igreja adaptar-se.

A segunda porque, em nosso entendimento, esta mesma aprovação e elaboração, significaria para o clero brasileiro motivo de *status*, prestígio, demonstração de poder, de organização. Salientamos isso porque nossa discussão sugeriu essa percepção pela razão de que, mesmo após debates, reelaborações, emendas durante os anos de 1964 e 1965, o PPC foi aprovado, simultaneamente, ao momento final do Concílio, durante o último período, sem estar acabado conforme se pretendia, de acordo com o roteiro previamente estabelecido pelo Episcopado brasileiro. Isto é, foi aprovado, apesar de parte do clero discordar de seu texto como se apresentava, com a ressalva de sofrer complementações de emendas no futuro.

Diante do exposto, indagamo-nos porque, com a importância nacional que o PPC representava para a comunidade religiosa, já que devia ser uma tentativa de criar uma nova estrutura de *plausibilidade* para a Igreja brasileira ao adaptar-se ao Concílio, não se adiou por mais alguns dias, a sua aprovação, acrescentando-lhe as emendas necessárias, aprofundando-o?

Por isso, a pressa em aprová-lo. Apesar da oposição, da sua incompletude, sugere-nos um último ponto de vista: porque o Episcopado brasileiro ao aprovar o Plano de Pastoral, em pleno Concílio, mostraria ao mundo clerical a suposta organização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, destacando seu avanço organizativo em relação às várias outras conferências participantes no mesmo evento. Para a nossa compreensão, foi incoerente, aprovar um documento quase pronto, da magnitude modernizadora, pretendida pelo PPC, porém ainda inacabado.

Uma vez promulgado, veio a sua materialização. Mistura de técnica, *estratégia* e, sobretudo, trabalho humano, daí as falhas, porventura.

Investigamos a execução do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife. Como reforço, é preciso deixar claro que estudamos esta fase a partir das análises do PPC elaborado e implantado em nome de todo Regional Nordeste-2, posto que, quase em sua totalidade, a documentação da AOR e deste Regional torna-se uma, inseparável.

Conforme pontuamos, a realização do PPC na arquidiocese de Olinda e Recife foi implantada através de três Planos Regionais, entre os anos de 1966 e 1970. A partir deles coletamos resultados, como também muitas falhas na prática de seus objetivos.

Para explicitarmos essas duas perspectivas foi interessante tomarmos por fio condutor as seis linhas de trabalhos do Plano de Pastoral de Conjunto, tanto as do nacional, mas, principalmente, as dos Regionais, para então detalharmos as continuidades, descontinuidades, rupturas, e os avanços.

A aplicação do Plano de Pastoral de Conjunto nacional, mostrou-nos em seis primeiros meses de experiência, em meados de 1966, o sentimento de fortes expectativas, euforia daqueles responsáveis por coordenar sua implementação. Em termos gerais, foi uma implantação de ensaio, no sentido de que a Igreja e seus vários *subcampos religiosos* procuraram sentir a coerência entre o texto e sua execução de acordo com as necessidades da comunidade religiosa que se pretendia inovar. Por essa razão, foi, em nossa leitura, um período de sondagem, de tomada de conhecimento da realidade, para então ter ideia de quais *estratégias*, limites, deveriam ser traçados no momento da ação.

Por outro lado, na ótica dos relatores da respectiva avaliação, isto é, na voz de quem participa, de algum modo, da administração da Igreja Católica, os objetivos foram alcançados no que se refere às seis linhas de trabalho, as quais vale recordarmos para continuarmos nossas considerações: Linha de trabalho n. 1: Promover a unidade visível da Igreja; Linha de trabalho n. 2: Promover a ação missionária; Linha de trabalho n. 3: Promover a ação catequética; Linha de trabalho n. 4 – Promover a ação litúrgica; Linha de trabalho n. 5 – Promover a ação ecumênica e; Linha de trabalho n. 6 – Promover a melhor inserção do Povo de Deus no mundo.

Mas havia quem discordasse desse ponto de vista de que tais objetivos das seis linhas de trabalho tenham sido satisfatoriamente contemplados. Na AOR, por exemplo, segundo palavras do padre Reginaldo Veloso, parte do clero, atuantes na implantação do PPC, considerou que, de 1966 a 1970

as seis linhas elas eram... mesmo que houvesse a linha 2, que era a pastoral missionária, a evangelização, né?...mesmo que

houvesse a linha 6 que era a pastoral social... ainda era uma coisa...como é que eu diria...muito...de igreja para dentro dela mesma, ou a partir da sua organização³⁷⁴.

Quando direcionamos nosso foco para a arquidiocese de Olinda e Recife, percebemos melhor sistemática na implementação dos objetivos do PPC. E entre um Plano Regional e outro constatamos que se procurava corrigir as falhas cometidas anteriormente. Por exemplo, na linha de trabalho número 1, foi verificada a falta de entrosamento dos bispos com religiosos, ou dos leigos com demais setores da Igreja, então, como alternativa, procurava-se incentivar a maior aproximação desses grupos.

Segundo padre Reginaldo Veloso, esse conflito entre clero e leigo, deveu-se ao envolvimento, iniciativa, autonomia, desse último setor na vida da Igreja Católica, o que foi acentuado com a criação do Movimento de Irmãos, em 1969. Os padres enquanto animadores, incentivadores da implementação do PPC na AOR, foram pegos de surpresa³⁷⁵. De certo modo, em nossa concepção, o clero deveria estar ciente de que haveria essa mudança de *habitus* do leigo. Esse estranhamento mais faz parecer que o clero sentia-se desafiado, como se o leigo quisesse substituir o espaço do sacerdote. Mas, esse não foi o interesse, conforme declarou o engenheiro Paulo Cordeiro, o leigo por nós entrevistado.

Outro aspecto que identificamos, ainda referente à linha de trabalho número 1, é que, entre as religiosas, as avaliações constatavam que, por conta delas, havia maior esforço das congregações em vivenciar, aplicar as diretrizes conciliares. Esforço esse, em âmbito mais restrito, que voltava-se ao trabalho das pequenas comunidades religiosas que, baseadas na dinâmica do VER, JULGAR e AGIR da Ação Católica Especializada e do trabalho das CEB's - Comunidades Eclesiais de Base - procuraram na vida cotidiana dessas camadas pobres de Recife, levar as novas ideias conciliares. Muitos padres e religiosos exerceram papel relevantes nesse processo.

Por outro lado, não podemos afirmar que a declarada "unidade visível da Igreja", explícita na linha de trabalho número 1, foi contemplada satisfatoriamente. Pois como sabemos, dentro da diversidade do *campo religioso* católico arquidiocesano, promover a unidade seria uma das tarefas mais difíceis.

³⁷⁴ VELOSO, Reginaldo, padre. Entrevista realizada em Recife, aos dias 09 de junho de 2009, p. 11.

³⁷⁵ Ibidem.

Notificamos, assim, que a linha em si, apesar dos contratemplos, resistências, conflitos, contou com o esforço de alguns seguimentos da Igreja para a implantação. Isto é, houve o interesse e esforço de alguns representantes de diferentes *subcampos arquidiocesanos* em promover a unidade, mas a incorporação de um novo *habitus*, a adoção de um novo agir, o posicionar-se na Igreja pós-conciliar não foi uma prática unânime. Nesse sentido, não seria tarefa simples para muitos padres, depois de anos, adotar um novo *habitus* dissonantes de uma formação teológica e, sobretudo, de uma prática pastoral pré-Vaticano II.

Da linha de trabalho número 2, sobre a promoção da ação missionária, as avaliações dos vários Planos de Pastoral não trouxeram significativas reflexões. Foi sinalizado que a promoção da ação missionária pretendia ampliar os meios de evangelização do Catolicismo.

Com base nos depoimentos por nós recolhidos, foi verificado que, mesmo de maneira incipiente, houve alguma mudança no âmbito da arquidiocese, que se propagou para além da arquidiocese de Olinda e Recife, como o “Movimento Equipes de Maria”. Já em outro relato, percebeu-se, a partir de 1969 com o Encontro de Irmãos, a implantação propriamente dita da ação missionária. Padre Reginaldo Veloso afirmou que,

Era um movimento de Evangelização. Se encaixaria na linha 2. [...] Era a linha 2 concretizada, não tanto como uma ação de pastores, mas sobretudo como ação dos próprios leigos. Uma linha 2 que não era tanto trabalho de padre, mas era trabalho...era aqui na AOR o começo das experiências das Comunidades Eclesiais de Base. Que aqui não se chamou assim. Era o Encontro de Irmãos. Aqui na AOR, durante muito tempo o que a gente conhecia como experiência de Comunidade Eclesial de Base era o Encontro de Irmãos. Surgiu com esse nome e até hoje se mantém. [...] Porque é de fato uma experiência de Comunidade Eclesial de Base³⁷⁶. (Grifo nosso)

Com relação às linhas de trabalho números 3 e 4, da promoção catequética e litúrgica, respectivamente, observou-se maior empenho, dentre todas as demais linhas, em nosso entender. Pois vários foram os institutos (por exemplo, SNAC, ISPAC,

³⁷⁶ VELOSO, Reginaldo, padre. Entrevista realizada em Recife, aos dias 09 de junho de 2009.

SNAL, ISPAL³⁷⁷) convidados para ministrar cursos de atualização conciliar direcionados à comunidade católica, tanto para a promoção da catequese quanto litúrgica, as quais, muitas vezes foram promovidos em conjunto. “A gente juntava, em algumas oportunidades, Encontros de Catequese, encontros de Liturgia. Fazia uma formação só...Juntando as duas linhas, Catequese e Liturgia, Linha 3 e Linha 4”³⁷⁸.

As avaliações dos Planos Regionais de Pastoral de Conjunto sugeriram-nos que, tais Planos estavam mais voltados à inovação da Igreja *Ad Intra* que *Ad Extra*. O que de certa maneira foi confirmado em depoimento do padre Reginaldo Veloso.

Dizemos isso, pois, no que se refere às últimas linhas de trabalhos, 5 e 6, da “promoção da ação ecumênica” e, da “promoção pela melhor inserção do homem no mundo”, respectivamente, houveram iniciativas, sobretudo no caso da segunda, mas não na proporção que se pretendia com o PPC em nível arquidiocesano.

Para a última linha de trabalho, a implantação e desenvolvimento da Operação Esperança, de acordo com os relatórios dos dois últimos Planos Regionais, foi sua prioridade. Embora tenha sido uma iniciativa pessoal do arcebispo de então, Dom Helder Camara, os relatórios afirmaram que era a prioridade da arquidiocese no que se refere à promoção da linha de trabalho em análise.

Nossa pesquisa não permitiu afirmarmos se esta prioridade era confirmada pela maioria, levando em conta a pluralidade e divergências dos *subcampos* da arquidiocese. No entanto, vale ressaltar que o movimento Operação Esperança foi resultado de iniciativa particular, durante circunstância emergencial. Então, não vemos associação direta de sua criação à aplicação da linha de trabalho que a transformou em prioridade, mas para nós, foi uma adaptação dos objetivos de um movimento já existente à materialização da linha de trabalho número seis do PPC, uma vez que Operação Esperança surgiu no ano da aprovação do PPC, 1965. Em nosso entender, foi uma *estratégia* importante da arquidiocese para ver o PPC funcionar.

Quanto à promoção da ação ecumênica, os relatórios apenas apontaram que

³⁷⁷ SNAC - Secretariado Nacional de Catequese; ISPAC – Instituto Superior de Pastoral Catequética; SNAL - Secretariado Nacional Liturgia; ISPAL – Instituto Superior de Pastoral Litúrgica; ISPAV – Instituto Superior de Pastoral Vocacional; SNAT - Secretariado Nacional de Teologia; SNAS - Secretariado Nacional Ação Social; SNAV - Secretariado Nacional Vocações; SNASEM - Secretariado Nacional Seminários; SNAPES - Secretariado Nacional Pastoral; SNALE - Secretariado Nacional Apostolado dos Leigos.

³⁷⁸ VELOSO, Reginaldo, padre. Entrevista realizada em Recife, aos dias 09 de junho de 2009.

ocorreram progressos, mas não especificaram nenhum movimento implantado, nenhuma ação conjunta na implantação e progresso do ecumenismo, o que para nós representou uma lacuna, ou melhor, não implementação, visto que para muitos, tanto clero quanto fiéis confundem-se ecumenismo com diálogo inter-religioso.

Pelo que enalteçemos até aqui, alguns resultados foram frutos da aplicação dos Planos de Regionais no sentido de permitir reflexão e formação para uma nova prática, ação pastoral, adoção de um outro *habitus* almejando a possível construção de uma *nova plausibilidade* para parte do clero e leigo arquidiocesanos, cuja participação do último, embora a questão apresente discordâncias, foi expandida em vários espaços da Igreja, inclusive, em ações catequéticas.

Dessa forma, apesar dos conflitos, das resistências entre os *subcampos*, percebemos significativos esforços, de vários grupos da arquidiocese de Olinda e Recife, inclusive de seu arcebispo Dom Helder Camara [que foi uma espécie de mediador de todo processo], e sua equipe, na materialização de algumas linhas de trabalho dos Planos Regionais, no espaço por nós delimitado.

As pesquisas sugerem-nos afirmar que, a implantação do PPC na arquidiocese não foi um esforço conjunto dos vários grupos a quem ele se destinava, conforme objetivava o texto, visto que, no *campo religioso* arquidiocesano havia as resistências na apreensão de um *habitus* que adotasse implantação conciliar, do modo que se pretendia. Por isso, sob nossas inferências, o período pós conciliar representou um misto de expectativas, mudanças, promoção do encontro da Igreja com a sociedade, como também despertou medo, insegurança, pois o Vaticano II não se propôs apenas transformar a Igreja Católica internamente, mas objetivava modificar mentes, *habitus*, comportamento, como práticas pastorais.

Diante da análise que ora finalizamos, vale ressaltar que estamos cientes de que, conforme acontece em estudos de processos históricos, nosso trabalho não apresenta uma versão fechada sobre a temática em análise, mas lança reflexões para pesquisas já existentes sobre História da Igreja Católica brasileira e, encaminha para pesquisas futuras, como por exemplo, sobre o impacto da ação das Pastorais Coletivas sociais na arquidiocese de Olinda e Recife, que foram o desdobrar dos Planos Regionais de Pastoral de Conjunto no Regional Nordeste 2, e de importância sobre o

avanço do PPC a partir da década de 70 na arquidiocese em questão.

REFERÊNCIA

FONTES PRIMÁRIAS

BIBLIOTECA DA CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE:

ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. **Boletim Eclesiástico** [Órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Sem data. n. 1 e 3, 20 de março 1964.

_____. **Boletim Eclesiástico** [Órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Sem ano. n. 4, 20 de abril 1964.

_____. **Boletim Eclesiástico**. [Órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife]. Recife-Pernambuco. Ano XXXIV, n. 1 e 2, jan./fev. 1959.

CARTA PASTORAL COLETIVA do Bispo de Olinda saudando aos seus diocesanos. Rio de janeiro, 1891.

CARTA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO. s/l: 19 mar. de 1890.

CARTA PASTORAL COLETIVA do Episcopado das Províncias Eclesiásticas setentrionais do Brasil apresentando ao Ver. Clero e aos fieis das mesmas Províncias os trabalhos das Conferencias realizadas na cidade do Recife em setembro (de 14 a 19) de 1919. Bahia, 1919.

CARTA PASTORAL e Mandamento do Episcopado brasileiro sobre o Comunismo ateu. Rio de janeiro, 1937.

COELHO, Carlos Gouvêa. **Mensagem de Natal**. Recife: Arquidiocese de Olinda e Recife, 1961.

CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL. **Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915**. Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e as recentes decisões das Sagradas Congregações Romanas. (Constituições Eclesiásticas do Brasil), 1915.

DOM HELDER CONFIANTE NA EXECUÇÃO DE TODAS AS REFORMAS DE BASE. In: Diário da noite, Recife-PE, 01 mar. 1963.

EPISCOPADO SAÚDA POVO BRASILEIRO. Roma, 4 dez. 1963. In: Revista católica de cultura - Vozes, n. 1, jan. 1964.

FONSECA, Múcio Borges da. **"Dom Helder, o Arcebispo proibido"**. In: Revista Status, n. 45, abr. 1978, p. 07.

MORAES JUNIOR, Antonio de Almeida, Dom. **Carta Pastoral de saudação à Arquidiocese de Olinda e Recife**. 1952.

VALVERDE, Miguel de Lima, dom. **Carta Pastoral** – Quaresma de 1931. Recife: Oficinas graphicas da Associação da boa imprensa. 1931.

ARQUIVOS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL NE-2 [RECIFE] E DA SEDE DA CNBB EM BRASÍLIA:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretaria Regional Nordeste-2. **Encontro semestral do Episcopado e dos coordenadores da pastoral do Regional Nordeste-2**. Olinda; Recife, 16 a 19 de junho, 1969, s/p.

_____. **Plano de Emergência para a igreja do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2004. (Cadernos da CNBB, nº 1 - 1963).

_____. **Plano Pastoral de Conjunto**. São Paulo: Paulinas, 2003. (Cadernos da CNBB).

_____. Secretariado Regional Nordeste-2. **I Plano Regional de Pastoral de Conjunto**. Julho 1966/dezembro 1967, p. 07. In: Biblioteca da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Brasília.

_____. Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução**. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

_____. Secretariado Regional Nordeste-2. **Ante-projeto do II Plano Regional Pastoral de Conjunto do NE-2**. [s/d], p. 02.

_____. **Ata da 6ª reunião da Comissão Central**. Rio de janeiro, 17 de setembro de 1969, p. 215.

_____. **Ata da 9ª reunião da Comissão Central**. Rio de janeiro, 20 de setembro de 1969, p. 226.

_____. **Ata da primeira sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 13 de outubro de 1965.

_____. **Ata da reunião (informal) da Comissão Central da CNBB** (para exposição do projeto do PPC). Roma, 28 setembro de 1965.

_____. **Ata da reunião da Comissão Central**. Rio de janeiro, 10 a 12 de junho, 1965.

_____. **Ata da segunda sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 20 de outubro de 1965.

_____. **Ata da terceira sessão Plenária da Assembléia Extraordinária**. Roma, 27 de outubro de 1965.

_____. **Ata da Vª Assembléia Ordinária**. 02 de fevereiro de 1962.

_____. **Ata de reunião da Comissão Central**. Rio de janeiro, 15 a 17 de junho de 1966.

_____. **Balanço do Plano de Pastoral de Conjunto:** janeiro a junho de 1966. Doc. 1. Reunião da Comissão Central. Rio de Janeiro, 15 a 17 de jun./1966.

_____. **Comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil.** Brasília: Paulinas, 1982. (Documentos da CNBB - 25).

_____. **I Plano de Pastoral de Conjunto - Ante-projeto.** 1965. In: Biblioteca do Regional Nordeste-2 da CNBB.

_____. **Reunião da Comissão Central** – Ata da primeira sessão. Rio de Janeiro, 15 a 17 de junho de 1966.

_____. **Revisão dos projetos do Plano de Pastoral de Conjunto realizados ou em realização.** Reunião do Secretariado Geral e dos Secretariados Nacionais. Rio de Janeiro, 16 e 17 de setembro de 1966.

_____. **III Plano de Pastoral de Conjunto do Regional NE-2.** 30 de outubro de 1968.

_____. **Síntese da visão crítica do ante-projeto do III Plano Regional NE-2.** Encontro de Coordenadores dos Secretariados diocesanos da Região Nordeste II. 25 e 26 de novembro de 1968. Centro de Treinamento Seminário de Olinda.

ENTREVISTAS:

CORDEIRO, Paulo. Entrevista realizada em Recife, aos dias 18 maio de 2009.

COSTA, Augusto. Entrevista cedida pelo Presidente da Operação Esperança. Paulista, aos dias 16 de maio de 2006.

VELOSO, Reginaldo, padre. Entrevista realizada em Recife, aos dias 09 de junho de 2009.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO:

[POSSE DE DOM HELDER CAMARA]. In: JORNAL DO COMMERCIO. Recife, 12 ab. 1964.

MURICY NEGA CRISE COM A IGREJA. In: Jornal do Commercio. Recife, sexta-feira, 23 set. 1966.

SEJA BEM VINDO AO RECIFE DOM HELDER CAMARA. In: Jornal do Commercio, Recife, 12 abr. 1964.

ARCHIVIO SEGRETO VATICANO - CIDADE DO VATICANO, ITÁLIA:

L'ISTRUZIONI A MONS. SPOLVERINI INTERNUNZIO APLICO PEL CONCILIO PROVINCIALE DEL BRASILE. In Archivio della Nunziatura in Brasile. 67, fasc. 323.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS DA SANTA SÉ ROMANA:

PAPA PAULO VI. **Constituição Dogmática Lumen Gentium**. 21 nov. 1964. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 31 jun. 2007.

PAPA PIO IX. **Encíclica Quanta Cura**. MONTFORT Associação Cultural. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quanta_cura&lang=bra>. Acesso em: 08/07/2008 às 12:55h.

PAPA PIO XI. **Encíclica Ubi Arcano Dei**. Sobre a Questão Romana. 23 dez. 1922. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio_it.html>. Acesso em: 08 jul. 2008.

PAULO VI. 1965. **Gaudium et Spes**. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 13 jan. 2008.

PAULO VI. **Encíclica Rerum Novarum**, 15 de mai. 1891. Carta sobre a condição operária. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 12 de jul. 2008.

CARTAS-CIRCULARES PUBLICADAS DE DOM HELDER PESSOA CAMARA:

CAMARA, HELDER. 32ª Carta-Circular. Roma, 01/10.10.1964. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 126. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.2).

CAMARA, HELDER. 41ª Carta-Circular. Roma, 16/17.10.1964. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 160. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.2).

CAMARA, Helder. 13ª Carta-Circular. Roma, 22/23.09.1965. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. 1. ed. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 39. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

CAMARA, HELDER. 62ª Carta-Circular. Roma, 10/11.11.1965. In: MARQUES, Luiz Carlos Luz; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965. Recife: CEPE Editora, 2009, p. 229. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

CAMARA, Helder. 71ª Carta-Circular. Roma, 19/20.11.1965 In: MARQUES, Luiz Carlos L.; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara**. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965, p. 264. Recife: CEPE Editora, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

FONTES SECUNDÁRIAS:

AGUIAR, Sylvana Brandão de. **Triunfo da (des)razão**: A Amazônia na segunda metade do século XVIII. Recife, 1999. Tese [Doutorado em História] Universidade Federal de Pernambuco. (Em fase de publicação).

ALBERIGO, Giuseppe. **Breve história do Concílio Vaticano II (1959-1965)**. Tradução de Pe. Clóvis Bovo. Aparecida; São Paulo: Santuário, 2006.

_____. **Breve storia del concilio Vaticano II (1959-1965)**. Bologna;Italia: Società editrice il Mulino, 2005.

_____. Historia de los concilios ecuménicos. Salamanca; Espanha: Sígueme, 1993.

ALENCAR, Francisco A. S. Duarte de. **Dom José Lamartine**: o pastor do silêncio. São Paulo: Paulinas, 1994.

ANDRADE JUNIOR, Pércles Moraes de. **Um artista de fé**: Pe. Marcelo Rossi e o catolicismo brasileiro contemporâneo. Tese [Doutorado em Sociologia]. Recife, UFPE, 2006.

APOLLONNIO, Ugo. "**L'anonima letteratura anticonciliare**". In: Il Concilio Ecumenico Vaticano II. Rivista L'Osservatore della domenica. Milano; Roma: Curata dalla società Manzoni & C. S.p.A, 25 gennaio 1966.(Numero speciale sul Concilio).

ARAÚJO, Vicente Laurindo de. **Relações entre a igreja e o Estado no Brasil (1962-1982)**: Do diálogo legitimador à práxis popular libertadora da Igreja. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 1988.

AZZI, Riolando. "**A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial**". In: HOORNAERT, Eduardo et alli. História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo. 4. ed. Tomo II/1- (CEHILA). Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1992.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964)**. Petrópolis: Vozes/ Rio de Janeiro: EDUCAM, 2000.

BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil**: uma Igreja em renovação. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. "**Planejamento Pastoral na Igreja do Brasil**". In: Revista Eclesiástica Brasileira, 1982.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

_____. "**A dessecularização do mundo**: uma visão global". In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, nº 21, 2000, p. 10. Disponível em: www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger-21.1_2000.pdf. Acesso em: 18 Maio 2008.

_____. **Rumor de anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. ed. tradução Waldemar Boff e Jaime Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

BIGO, Pierre. **Doutrina social da Igreja**. Traduzido por equipe de professores da PUC-Rio sob orientação do Pe. Bastos D'Avila. São Paulo: Loyola, 1969.

BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Org.). **A unidade na diversidade**: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do *Decreto Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004.

BOAVENTURA, Kloppenburg, frei. **"Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB**. Decisões da X Assembléia Geral do Episcopado". In: Revista Eclesiástica Brasileira. vol. 29, fasc. 3, set.de 1969.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDEIU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia da trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos).

_____. **Coisas ditas**. 1ª reimp. da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BROUCKER, José de. **As noites de um profeta**: Dom Helder Camara no Vaticano II. Leitura das circulares conciliares de Dom Helder Camara (1962-1965). Tradução de Alcides Tedesco. São Paulo: Paulus, 2008.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** Histórias e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

_____. **Báculos no meio do caminho**: Modelos eclesiais em conflito no Regional Nordeste II (1965-1990). Tese doutoral defendida no Departamento de História da UFPE, em 2001.

_____. **Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Manoel da Nóbrega" à Universidade Católica de Pernambuco**: uma trajetória direcionada pela Igreja Romanizada (1943-1956). Recife, 1993. Dissertação de Mestrado (em História), UFPE.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina social da Igreja**: Abordagem histórica. São Paulo: Loyola, 1995.

CAMARA, Helder, Dom. **"Teologia, humanismo e desenvolvimento"**. In: Revista católica de cultura – Vozes. Mai. 1968.

COMBY, Jean. **História da Igreja II: Do século XV ao século II**. 2. ed. Tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail V. Sobral. Tomo II. São Paulo: Loyola, 2001.

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e Repressão**: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Recife: editora Universitária UFPE, 2007. (Coleção teses e dissertações, n. 7).

Farias, Damião Duque de (Prof. Dr.). **As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil**: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo. Campus de Dourados/UFMS. Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiiisimposio/anais/textos/Dami%C3%A3o%20Duque%20de%20Farias.pdf>>. Acesso em: 17.06.2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 155.

FREITAS, Maria Carmelita de Freitas. **Uma opção renovadora**: A Igreja no Brasil e o Planejamento Pastoral, um estudo genético-interpretativo. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. **Do Vaticano II a um novo concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola; Rede e Paz; Ceris, 2004.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II**: Análise e perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção alternativas).

GOULART, João. Discurso proferido no Automóvel Clube do Brasil (30 mar. 1964), p. 209 apud GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II**: Cem anos de Doutrina Social da Igreja. Tradução: Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1995. (Coleção sociologia atual).

HENRIQUEZ, Tomás. 2 ed. **Promoção Humana**: II parte – Prática da promoção humana. São Paulo: Loyola, 1974.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

JERKOVIC, Jerônimo. **“Cristianismo e secularização”**. In: Revista católica de cultura – Vozes. n. 12, dez. 1968.

KENNETH, Serbin. **Padres, celibato e conflito social**. Uma história da Igreja Católica no Brasil. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Tradução: Ruy Jungmann; Tradução do Capítulo I: Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARINS, José. **“A quantas anda o nosso Plano de Pastoral de Conjunto?”** In: Revista Eclesiástica Brasileira. Vol. 28, fasc. 2, junho de 1968.

MARIZ, Cecília Loreto. **“Secularização e Dessecularização**: comentários a um texto de Peter Berger”. In: Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, volume 21, n. 1, abril de 2001. Disponível em: www.iser.org.br/religioesociedade/pdf/Berger-21.1_2000.pdf. Acesso em: 18 maio 2008.

MARQUES, Luiz Carlos L. (Org.). **Vaticano II: Correspondência Conciliar. Circulares à Família do São Joaquim (1962-1964)**. Recife: Editora Universitária da UFPE / Instituto Dom Helder Camara, 2004. v. I/1.

_____. **“Dos tons verdes e amarelos do Concílio Vaticano II”**. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das religiões no Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004. 3 v.

_____. **“Manter a Igreja em clima de Concílio: a aplicação do Vaticano II no Brasil”**. In: BRANDÃO, Sylvana (Org.). **História das Religiões no Brasil**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004. 4 v.

_____; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara. Circulares Conciliares: de 13/14 outubro de 1962 a março de 1964**. Recife: CEPE Editora, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.1).

_____; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara. Circulares Conciliares: de 12 setembro a 22/23 de novembro de 1964**. 1. ed. Recife: CEPE Editora, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.2).

_____; FARIA, Roberto de Araujo (Orgs.). **Dom Helder Camara. Circulares Conciliares: de 10/11 setembro a 07/08 de dezembro de 1965**. 1. ed. Recife: CEPE Editora, 2009. (Coleção obras completas de Dom Helder Camara: v. 1, t.3).

MECBRIEN, Richard P. Os papas. **Os pontífices: De São Pedro a João Paulo II**. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2000.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesial brasileira**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil Ltda., 1988.

MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil: uma trajetória reformista (1872-1945)**. Recife, 1988, p. 29-40. Dissertação de Mestrado (em História), UFPE.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **“A teoria do trabalho religioso em Pierre Bourdieu”**. In: TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PELLEGRINO, Michele. **“O que Fica e o que Muda após o Concílio”**. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 28, fasc. 2, junho de 1968.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: Entre o Poder e a Profecia**. São Paulo: Ática, 1997.

PORTO, Marcio de Souza. **Dom Delgado na Igreja de seu tempo (1963-1969)**. Dissertação [Mestrado em História]. Centro de Humanidade – UFC, 2008.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de, Pe. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB: Comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão (1889-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2003.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **Cem anos de Teologia na América Latina (1899-2001)**. Bogotá;

Brasília: Paulinas; Paulus, 2005. (Coleção Quinta Conferência - História).

SCHERER, Irineu Roque, pe. **Um Concílio Plenário na Igreja do Brasil**. [Pesquisa e dissertação para a Licenciatura]. Pontifícia Universidade Gregoriana. Faculdade da História Eclesiástica. Roma, 1988.

SERVIZIO DI ANIMAZIONE COMUNITARIA – **Movimento Per Un Mondo Migliore**. Disponível em: <http://www.4bw.org/component/option,com_frontpage/Itemid,1/>. Acesso em :13/06/2007.

SILVA, Severino Vicente de. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os Limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SILVA, Solange Maria da. **O fim da era Helder Camara: Mudança de rumo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1964)**. Monografia [Bacharelado em História]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE, 2006.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes. São Paulo: Paulus, 2006.

SOUZA, Beatriz Muniz de; MARTINO, Luis Mauro Sá. **Sociologia da religião e mudança social: católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **Do Vaticano II a um novo concílio?** Um olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Ceris; Rede e paz; Loyola, 2004.

SOUZA, Ney. “**Contexto histórico e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II**”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (Orgs.). **Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. (Coleção alternativas).

TEIXEIRA, Faustino (Org.). **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v 1.

_____. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WOLFF, Elias. “**A recepção do Decreto Unitatis redintegratio no Brasil**”. In: BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Org.). A unidade na diversidade: coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do *Decreto Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo. São Paulo: Loyola, 2004.

ZABALA, Antoni. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Porto Alegre: Artmed, 2002. Apud SOMMERMAN, Américo. *Inter ou transdisciplinaridade? Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes*. São Paulo: Paulus, 2006.

ANEXOS

ANEXO - A

QUADRO – RESUMO: PROGRAMA 2 – REFLEXÃO E ELABORAÇÃO TEOLÓGICO-PASTORAL

Nº	Projeto	Responsáveis	Datas e prazos
2.1	Ministério da Igreja e sua realidade visível	Secretaria Geral Departamento Pastoral	Estudos por peritos: junho 1967 a fevereiro 1969
2.2	Missão do ministério hierárquico	SNAMHI	Peritos: janeiro a julho de 1967 Seminário nacional – julho 1967
2.3	Missão dos religiosos	Secretariado Geral de Depto. Pastoral	Peritos: janeiro a julho de 1968 Seminário nacional – julho 1968
2.4	Missão dos religiosos	SNALE	Peritos: janeiro a julho de 1967 Seminário nacional – julho 1967
2.5	Teologia da vocação	SNAV	Peritos: janeiro a agosto de 1969 Seminário nacional – agosto de 1966
2.6	Seminários	SNASEM	Encontros Regionais – janeiro 1966 Peritos: janeiro a julho 1966 Seminário Nacional – julho 1966
2.7	Sistema de sustentação	Secretariado Geral Depto. Pastoral	Peritos: outubro 1966 a fevereiro 1967 Seminário Nacional – fevereiro 1967
2.8	Evangelização	Secretariado Geral Depto. Pastoral	Encontro Nacional – fevereiro de 1966 Peritos: fevereiro de 1966 a fevereiro de 1970 Seminário Nacional – fevereiro de 1970
2.9	Renovação catequética	SNAC	Peritos: fevereiro a julho de 1970 Encontro Nacional – julho de 1968 Peritos: julho de 1966 a julho de 1970 Seminário Nacional – fevereiro de 1970
2.10	Pastoral litúrgica	ISNAL	Peritos: meses anteriores aos encontros. Seminários nacionais: - Penitência – junho 1966 - Matrimônio – junho 1967 - Dia do Senhor – junho de 1968 - Ano Litúrgico – junho 1969 - Liturgia e aculturação – junho 1970
2.11	Ecumenismo	SNAT	Seminário nacional – julho 1966 Peritos: dezembro 1969 a julho 1970 Seminário nacional – julho 1970
2.12	Presença do desenvolvimento	SNAS	Seminário nacional – março 1966 Seminário diocesano e regionais – março 1966 a fevereiro 1968 Semana nacional – fevereiro 1968
2.13	Presença na	SNAS e SNALE	Seminário nacional – fevereiro 1968 a julho 1969

	família		Semana nacional – julho 1969
2.14	Cultura	SNED	Seminário nacional – fevereiro 1968
			Grupos regionais - – fevereiro 1968 a julho 1969
2.15	Sócio-econômicos-políticos	SNAS	Seminário nacional – fevereiro 1968
			Grupos regionais – fevereiro 1968 a julho 1969
2.16	Deslocamentos e estações	SNAPES	Seminário nacional – maio 1966 a setembro 1967
2.17	Santuários	SNAPES	Peritos – agosto 1969 a maio 1970
			Seminário nacional - maio 1970
2.18	Juventude	SNALE	Peritos: agosto 1968 a janeiro 1969
			Seminário nacional – janeiro 1969
2.19	Espiritualidade	SNAPES	Peritos: fevereiro a junho de 1967
			Seminário nacional – junho 1967
			Peritos: junho 1966 a junho 1970
			Seminário nacional – junho 1970
2.20	Pastoral educacional	SNED	Seminário nacional – julho 1967
2.21	Tradutores de textos bíblico-litúrgicos	SNAL	Seminário nacional – abril 1967
2.22	Música sacra	SNAL	Seminário nacional – julho 1967
2.23	Arte sacra	SNAL	Seminário nacional – outubro 1967
2.24	Trabalho de religiosas em paróquias sem pároco residente	SNAR	Seminário nacional – agosto 1967
2.25	Pastoral junto aos enfermos	SNAPES	Seminário nacional – agosto 1967
2.26	Pastoral da desobriga	SNAM	Seminário nacional – agosto 1967
2.27	Indissolubilidade do matrimônio		Seminário nacional – julho 1967
2.28	Estudos sobre a reforma do Código de Direito Canônico		Reunião preparatória, em dezembro de 1966

BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil:** uma Igreja em renovação. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

ANEXO – B

QUADRO – RESUMO: PROGRAMA 3 - FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO³⁷⁹

Nº	Projeto	Responsável	Sistemática e duração	Nº de participantes	Datas e prazos	Destinação de recursos	Observações
3.1	Ministério sacerdotal	SNAMHI	- 12 cursos regionais de 10 dias cada um (preparação de responsáveis de aprofundamento de 1 mês)	15-20	- 1º semestre 1966	Realização dos 12 cursos e do Encontro nacional	Os Cursos diocesanos e regionais farão parte dos Planos dos secretariados regionais
			- Encontro nacional de revisão		- janeiro de 1968		
3.2	Ação missionária e catequética	SNAC ISPAL	Participação nos cursos permanentes do Instituto Pastoral de Catequese		A partir de janeiro de 1966	12 bolsas de manutenção e 12 de estudos, por ano, para os cursos permanentes.	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional
			8 cursos regionais de 20 dias cada um	50	4 cursos no 1º semestre 1966 e 4 no 1º semestre	Realização dos cursos regionais	
3.3	Liturgia	SNAL ISPAL	Participação nos cursos do ISPAL: - Curso de 1 mês - Curso de 4 meses - Curso de 1 ano		- Janeiro 1966 - Agosto a nov. 1966 A partir de março 1967	12 bolsas de manutenção e 12 de estudos, por ano, para cursos permanentes	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional
3.4	Ação ecumênica	SNAT	Curso de 10 dias no Rio Bolsa de estudo no exterior	40-50	Curso: janeiro 1967 Bolsa - a partir de 1967	Realização do curso e 4 bolsas de 6 meses, uma por ano	
3.5	Promoção social	SNAS	Curso de 10 dias no Rio	40-50	Setembro 1966	Realização do curso	
3.6	Diaconato	SNAMHI	Curso de 20 dias no Rio	30-40	Julho 1966	Realização do curso	

³⁷⁹ Legendas:

SNAMHI – Secretariado Nacional Ministério Hierárquico; SNAC - Secretariado Nacional de Catequese; SNAL - Secretariado Nacional Liturgia; SNAT - Secretariado Nacional de Teologia; SNAS - Secretariado Nacional Ação Social; SNAV - Secretariado Nacional Vocações; SNASEM - Secretariado Nacional Seminários; SNAPES - Secretariado Nacional Pastoral; SNALE - Secretariado Nacional Apostolado dos Leigos; ISPAC – Instituto Superior de Pastoral Catequética; ISPAL – Instituto Superior de Pastoral Litúrgica; ISPAV – Instituto Superior de Pastoral Vocacional.

3.7	Vocações	SNAV	Participação nos cursos permanentes			12 bolsas de manutenção e 12 de estudos, por ano, para os cursos permanentes	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional
		ISPAV	Curso de 4 meses		Agosto a novembro 1966		
			Curso de 1 ano		A partir de março 1967		
3.8	Responsável por seminários	SNASEM	Participação nos cursos permanentes de São Leopoldo (duração – 4 meses)		A partir de 1966	24 bolsas de manutenção e 24 de estudos, por ano, para os cursos permanentes	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional
3.9	Equipes de assessoria	SNAPES	5 cursos regionais de 20 dias cada um	50	2ª semestre de cada ano. A partir de 1966	Realização dos cursos	
3.10	Movimento infanto-adolescente	ISNAV	10 Cursos regionais de 10 dias cada um	30	3 cursos em 1967 3 cursos em 1968 4 cursos em 1969	Realização dos cursos	
3.11	Leigos	SNALE	Encontros nacionais	60	Janeiro de cada ano	Realização dos cursos	
			Cursos nacionais de 30 dias cada um	40	2º semestre de cada ano		

BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil:** uma Igreja em renovação. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

ANEXO – C

QUADRO - RESUMO: PROGRAMA 4 – MONTAGEM DE NOVOS SERVIÇOS

Nº	PROJETO	RESPONSÁVEL	SISTEMÁTICA E DATAS	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	OBSERVAÇÕES
4.1	Sistema de planejamento pastoral	Secretariado Geral	Elaboração da sistemática – janeiro a maio 1966	Elaboração	O curso se destina a preparar os responsáveis pelas assessorias regionais
			Curso nacional de 2 semanas em maio 1966	Realização do curso	
4.2	Assessoria para planejamento de bens eclesiais	Secretariado Geral	Encontro nacional de pastores e peritos em abril 1966	Realização do encontro e despesas de acompanhamento	
			Acompanhamento de experiências no ano de 1966		
4.3	Assessoria de informações	Secretariado Geral	Montagem de um Centro de Documentação a partir de janeiro 1966	Aquisição de material e despesas de coordenação	
4.4	Montagem do ISPAL, ISPAV e INAL	Secretariado Geral, SNAL, SNAC, SNAV e SNALE	Englobado no projeto 4.5		

BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil:** uma Igreja em renovação. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

ANEXO - D

QUADRO – RESUMO: PROGRAMA 1 – LEVANTAMENTOS E PESQUISAS

PESQUISAS POR AMOSTRAGEM, NAS MESMAS ÁREAS					
Nº	Projeto	Responsável	Datas e prazos	Utilização dos resultados	observações
1.1	Clero, religiosos e leigos	CERIS	Outubro 1966 a outubro 1967	Projetos: 2.2; 2.3; 2.4	
1.2	Estruturas da Igreja	CERIS	Outubro 1966 a outubro 1967	Projeto: 2.1	
1.3	Motivação religiosa	CERIS	Outubro 1966 a outubro 1967	Projetos: 2.8; 2.9; 2.10; 2.13; 2.16; 2.17; 2.18; 2.19	Conclusões sobre: laicato e ministério hierárquico – janeiro 1967; Estruturas da Igreja – agosto 1967; Religiosos – janeiro 1968
1.4	Categorias mentais e anúncios da Palavra	CERIS	Agosto 1968 a Agosto 1969	Projetos: 2.8; 2.9; 2.13; 2.16; 2.19; 3.10	
1.5	Situação atual do anúncio missionário	CERIS	Agosto 1967 a Agosto 1969	Projetos: 2.8; 2.13; 2.16; 2.17; 2.18; 2.19	Juventude e famílias – agosto 1968; Santuários, Presença no mundo e conclusões finais – agosto 1969
1.6	Situação atual da pastoral litúrgica	CERIS	Outubro 1966 a setembro 1968	Projetos: 2.10; 2.13; 2.16; 2.17; 2.18; 2.19	O CERIS já conta com NCr\$5.000,00 de financiamento
1.7	Situação atual da catequese	CERIS	Outubro 1966 a maio 1968	Projetos: 2.9; 2.13; 2.16; 2.17; 2.18; 2.19	
1.8	Igreja e família	CERIS	Agosto 1967 a dezembro 1968	Projetos: 2.12; 2.13	Por conta dos recursos do CERIS
1.9	Igreja e Educação	CERIS	Julho 1967 a julho 1968	Projetos: 2.13; 2.14; 2.15; 2.18	

PESQUISAS POR OBSERVAÇÃO DIRETA					
1.10	Igreja e opinião pública	CERIS	1ª parte: Levantamento quantitativo – outubro 1966 a julho 1967 2ª parte: análise qualitativa – julho 1968 a julho 1969	Projeto: 2.15	1ª parte por conta dos recursos do CERIS
1.11	Bens eclesiásticos	CERIS	Abril a dezembro 1967	Projeto: 2.7	
1.12	Migrações e estações	CERIS	Outubro 1966 a outubro 1967	Projeto: 2.16	
1.13	Locais de turismo	CERIS	Outubro 1967 a outubro 1968	Projetos: 2.13; 2.18	
ESTUDOS INTERPRETATIVOS					
1.14	História religiosa	CERIS	Outubro 1966 a dezembro 1969	Projetos: 2.1; 2.2; 2.3; 2.4; 2.8; 2.9; 2.10; 2.13; 2.17; 2.18	Conclusões sobre: laicato e ministério hierárquico – janeiro 1967; Estruturas da Igreja – agosto 1967; Religiosos – janeiro 1968; Juventude e famílias – agosto 1968; Santuários, Presença no mundo, evangelização e liturgia – agosto 1969
1.15	Ciências sagradas	CERIS	Fevereiro 1967 a fevereiro 1968	Projeto: 2.9	Igreja como comunidade, catequese e ecumenismo – dezembro 1969
1.16	Expressões religiosas	CERIS	Agosto 1967 a agosto 1968	Projeto: 2.10	
1.17	Igreja e desenvolvimento	CERIS	1ª parte: março a julho 1966 2ª parte: julho 1966 a dezembro 1969	Projeto: 2.11	1ª parte: levantamento 2ª parte: observação direta e diálogo com grupos
1.18	Igreja e desenvolvimento	CERIS	Janeiro 1967 a setembro 1968	Projeto: 2.12	
1.19	Elementos sócio-econômico-culturais	CERIS	Janeiro 1967 a setembro 1969	Projetos: 2.8; 2.9;	Conclusões sobre: laicato e ministério

				2.10; 2.13; 2.17; 2.16; 2.18	hierárquico – janeiro 1967; Estruturas da Igreja – agosto 1967; Religiosos – janeiro 1968; Juventude e famílias – agosto 1968; Santuários, Presença no mundo, evangelização e liturgia – agosto 1969; Igreja como comunidade, catequese e ecumenismo, conclusões finais – dezembro 1969
1.20	Presença da Igreja nas populações indígenas	SNAM ³⁸⁰	Outubro 1967 a outubro 1968	Projeto: 2.26	

BARROS, Raimundo Caramuru de, padre. **Brasil:** uma Igreja em renovação. A experiência brasileira de experiência pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

³⁸⁰ SNAMHI – Secretariado Nacional Ministério Hierárquico. Observa-se que a grafia da sigla é diversa da que consta no quadro, mas diante da análise que fizemos dos vários anexos sobre os Secretariados, constatamos que se tratava deste que ora apresentamos, conforme é possível corroborar com o quadro-resumo do Anexo B.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

QUADRO-RESUMO: RELIGIOSOS E CIVIS QUE PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO DO PPC

Nome	Instituição	Civil	Religiosos	Elaboração ³⁸¹	Execução
Pe. Godofredo Deelen	SSCC		x		x
Fr. Antonio Rolim	OP		x		x
Pe. Francisco Mana Barreto Reis			x		x
Pe. Afonso Gregory			x		x
Pe. Raimundo Ozanan	SJ				x
Aldemir Souza		x			x
Francisco Whitaher Ferreira		x		x	x
Carlos Walter Aumond		x			x
Maria da Glória Nin Ferreira		x			x
Pe. Riolando Azzi			x		x
Pe. Domingos Donida	SJ		x		x
Antonio Cândido M. de Almeida		x			x
Pe. Afonso Gregory			x		x
Dr. Carlos Alberto Medina		x			x

Quadro-resumo elaborado a partir do: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Balanco do Plano de Pastoral de Conjunto**. janeiro a junho de 1966, p. 03.

³⁸¹ Do documento não foi possível confirmar quem participou tanto da elaboração quanto da execução do PPC, com exceção do senhor Francisco Whitaher Ferreira, cujo nome apareceu em outras fontes confirmando sua participação da elaboração do documento em questão.

APÊNDICE – B

QUADRO-RESUMO: PRESBÍTEROS LIGADOS À ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE, CLASSIFICADOS POR SUBCAMPOS RELIGIOSOS

PROGRESSISTAS			
Nome	Nacionalidade	Paróquia	Observações
Antonio Guérin	Francesa		
Bruno Bibolet	Francesa		
Felipe Mallet	francesa		
Miguel e equipe	Americana	Nova Descoberta	diocesanos de Chicago
Pe. Machado	Americana		
Pe. Jaime			
Pe. Eduardo Figueroa			
Pe. Dário			
Pe. Pedro			
Pe. Lino Badino	italiana		
Mons. Lobo	brasileira	Casa Forte	
Pe. Edwaldo Gomes	brasileira	Casa Forte	
Mons. Arnaldo Cabral		Espinheiro	
Pe. Marcelo Carvalheira	brasileira		
Pe. Severino Santiago			
Mons. Isnaldo Fonseca			
MODERADOS			
Nome	Nacionalidade	Paróquia	
Pe. Roberto	brasileira	Vitória de Sto. Antônio	
Pe. Arnaldo	brasileira	Largo da Paz	
CONSERVADORES			
Nome	Nacionalidade	Paróquia	
Mons. Guedes		Piedade	
Mons. Antonio Nogueira			
Mons. Sales			
Pe. Romeu da Fonte			
Pe. Oliveira (Capelão Militar			

Quadro-resumo elaborado a partir de informações de padre, não identificado, a pedido, da arquidiocese de Olinda e Recife.

APÊNDICE - C

QUADRO-RESUMO: LISTA DOS PARTICIPANTES OFICIAIS NA SUPERVISÃO DO PRIMEIRO PLANO REGIONAL NORDESTE-2

Linha de trabalho	Supervisor	Coordenação
Linha n. 1	Secretário Regional D. Helder Camara.	- Equipe coordenadora do Secretariado Regional - Assessoria do Ministério hierárquico - Assessoria de Apostolado dos Leigos - Departamento de Apostolado das Religiosas - Assessoria de Seminários - Departamento de Vocações
Linha n. 2	D. Manuel Pereira da Costa	-Assessoria de Pastoral Especial
Linha n. 3	D. José Maria Pires	-Departamento de Catequese -Assessoria de Teologia
Linha n. 4	D. José Lamartine Soares	- Departamento de Liturgia
Linha n. 5	D. Acácio Rodrigues Alves	-Assessoria do Ecumenismo
Linha n. 6	D. Nivaldo Monte	-Assessoria de Educação -Assessoria de Ação Social -Assessoria de Opinião Pública

Quadro-resumo elaborado com base em: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Revisão do I Plano Regional em Execução.** In: Biblioteca da CNBB, Brasília.

APENDICE – D

QUADRO-RESUMO: PARTICIPANTES DO III ENCONTRO DE CATEQUESE DO REGIONAL NE-2 DA CNBB

Nome	Congregação	Função	Localiza-se em
Pe. Adriano Janssen		Assistente arquidiocesano da JOC	Casa paroquial da Macaxeira
Aristóteles Alves da Silva		coordenador	Rua do Giriquiti, 48, Boa Vista
Edla de Araújo Lira			Rua Sempre Viva, 212, Casa Amarela
João Francisco de Souza			Rua do Giriquiti, 48, Boa Vista
Irmã Maria de Lourdes Graciano	OSB		Academia Santa Gertrudes, Olinda

Quadro-resumo elaborado com base em: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Relatório do III Encontro de Catequese do Regional NE-2.** João Pessoa, 16 a 23 de fevereiro de 1968.

APENDICE – E

QUADRO-RESUMO: ENCONTROS DE CATEQUESE REALIZADOS PELO REGIONAL NE-2 DA CNBB

N. ORDEM DO ENCONTRO	CIDADE-SEDE	DATA	PROVÍNCIAS ECLESIASTICAS PRESENTES	PARTICIPANTES	FUNÇÃO	OBSERVAÇÃO
III	João Pessoa, PB	16 a 23.02.1968	De: RN – Natal, Mossoró e Caicó; De: PB – Arquidiocese da Paraíba, Campina Grande, Patos, Cajazeiras; De: PE – AOR, Caruaru, Nazaré, Pesqueira, Palmares, Petrolina; De: AL - Arquidiocese Maceió, Palmeira dos Índios,	Além de representantes das Províncias eclesiásticas, participou Equipe Regional: Pe. Henrique Cossart	Assistente Regional da JOC, Recife	Tema principal desse encontro foi a Evangelização
				Pe. Edson Araújo Cabral	Coordenador do Secretariado Regional NE-2, Recife	
				Irmã Adair de Freitas	Recife	
				Irmã Maria Tereza Mrazová	Recife	
				Irmã Lezitta Mattos, SSD	Recife	
				Maria do Rosário Oliveira (Zitinha)	Recife	
				Frei Tito Figueiroa de Medeiros, OC	Coordenador do DREV, Recife.	
IV	Garanhuns	20 a 27 fevereiro de 1969	RN: Natal, Caicó, Mossoró; PB: João Pessoa, Cajazeiras, Campina Grande e Patos; PE: Olinda-Recife; Afogados da Ingazeira, Floresta, Garanhuns, Nazaré; Alagoas: Maceió, Palmeira dos Índios.			- Tema geral do Encontro: Dinâmica da Fé no NE-2; - Discutiu-se também como as diretrizes de Medellín poderiam ser aplicadas ao Regional NE-2; - Outros assuntos discutidos: 1. Linha 4: Liturgia, sob coordenação do Pe. José Reginaldo Veloso; 2. Linha 6: Promoção Humana, coordenada pelo Pe. Severino Santiago; 3. Linha ecumenismo, com intuito de ampliar a ação ecumênica.

V	Caruaru	2 7.02.1970 a	Todas os Estados [PB, RN, AL, PE] que compõem o Regional NE-2 foram representados.	De Olinda e Recife: Pe. Lino Badino	Vigário de Água..., Recife
				Célio C. Borba	Coordenador Diocesano, do Giriquiti, 48, Recife
				João Francisco de Souza	Coordenador Diocesano, do Giriquiti, 48, Recife
				Abdalaziz de Moura	Coordenador Diocesano, do Giriquiti, 48, Recife
				Pe. Antonino Witschge	Coordenador Regional, do Giriquiti, 48, Recife
				Admir de Freitas	Coordenador Regional de Catequese, do Giriquiti, 48, Recife
				Maria Tereza Mrázová	Coordenadora Regional de Catequese, do Giriquiti, 48, Recife
				Maria Regina Nogueira	Coordenador a Diocesano, do Giriquiti, 48, Recife
				Miguel Bergun	irmão de Taizé, Rua São Bento, 44, Olinda
				Pe. Joaquim Diomar Lopes de Araújo	Recife

APÊNDICE - F

QUADRO-RESUMO: LISTA DOS PARTICIPANTES DO ENCONTRO SEMESTRAL DO EPISCOPADO E DOS COORDENADORES DA PASTORAL DO REGIONAL NORDESTE-2 [16 a 19 junho 1969]

Nomes	Função	Clero secular	Clero regular	
D. Helder Camara	Arcebispo de Olinda e Recife	x		
D. José Lamartine Soares	Bispo Auxiliar da arquidiocese de Olinda e Recife	x		
Mons. Isnaldo Fonseca	Coordenador diocesano	x		
Maria de Lourdes Almeida de Moraes	Secretariado Arquidiocesano	x		
Pe. Adriano Janssen	Assistente Regional da JOC			
Pe. Romano Zufferey	Assistente da ACO			
Maria das Dores Negreiro do Amaral	Coordenadora da Legião de Maria		x	
Frei Urbano J. Pires	Custódio Geral (provincial)	x		
Irmã M. Hildegardis Nassen, OSB	Alto da Misericórdia		x	
Irm. Maria Ursula Werringen, OSB	Representante da Madre Pioresca das Beneditinas-Missionárias de Tutzing		x	
Sóror Ana Sempliciana Mastro Donato	Vigária Provincial – superiora da Casa Provincial		x	
Irmã Maria Petrina	Superiora da Com. Regina Pacis [ou Paeis?] – CAR – DRAR		x	
Pe. Severino Gomes Santiago		x		
Irmã Carvalho	CRB – DRAR – CNBB		x	
Pe. Frei Tito F. de Medeiros, OC	Coord. Do DREV NE-2 Convento do Carmo		x	
Pe. José Reginaldo Veloso de Araújo	Depart. Regional de Liturgia	x		
Irm. Anseldo Souza, OSB	Assessoria Regional de Ecumenismo		x	
Maria Vileni Garcia	CERIS			
Irm. Neusa Franklin Vidal	Regional Liturgia		x	
Lourenisa de Sena Guerra	Depart. Ação Social		x	

Quadro-resumo elaborado com base em: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – Secretariado Regional Nordeste II. **Relatório do Encontro Semestral do Episcopado e dos Coordenadores da Pastoral do Regional Nordeste-2.** 16 a 19 junho 1969. In: Biblioteca da CNBB, Brasília.